

EXPERIÊNCIAS
EM EDUCAÇÃO
POPULAR

PROPOSTA

Uma revista trimestral da FASE • Ano 22 • Junho de 1994 • Nº 61 • Preço: 3 URVs

REPENSANDO O BRASIL

ENTREVISTAS

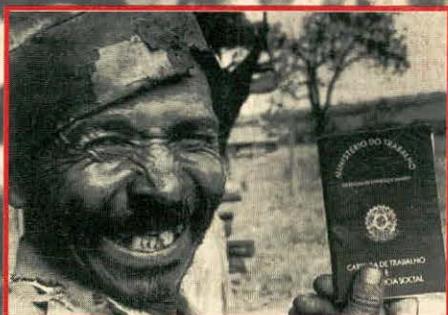
- Carlos Nelson Coutinho
- Telma de Souza

GLOSSÁRIO DA APARTAÇÃO

Cristovam Buarque

ESTADO: REFORMA SOCIAL OU REFORMA LIBERAL

Cunca Bocayuva



COMPLETE SUA COLEÇÃO DE PROPOSTA



- nº 61 Repensando o Brasil
- nº 60 Genocídio Social
- nº 59 Cidadania e políticas públicas
- nº 58 Democratização dos meios de comunicação
- nº 57 Revisão constitucional: Estado, trabalho e cidadania
- nº 56 Desenvolvimento e meio ambiente
- nº 55 Trabalho e cidadania nos complexos agroindustriais
- nº 54 Democratizando a cidade
- nº 53 Qual desenvolvimento
- nº 52 Educação básica: essa crise tem solução
- nº 51 A questão étnica e os movimentos sociais
- nº 50 Organização sindical nos locais de trabalho
- nº 49 Violência e direitos humanos: uma guerra no Brasil
- nº 48 Amazônia oriental: trabalhadores rurais e meio ambiente
- nº 46 Barragens: movimento ecológico e luta pela terra
- nº 44 Trabalhadores rurais: fazer nossa política agrícola
- nº 43 Vídeo popular: as outras cores da imagem
- nº 42 Assalariados rurais: para onde vai a organização
- nº 41 Mulheres, a política no cotidiano
- nº 40 Comissões de fábrica: uma década do novo sindicalismo
- nº 39 Lutas urbanas: o desafio da articulação
- nº 38 Pescadores artesanais: entre o passado e o futuro
- nº 34 Luta e organização camponesa: balanço de um trabalho educativo
- nº 33 Operário em construção

ASSINE PROPOSTA (021)286-1931

Rua das Palmeiras, 90 • 22270-070 • Botafogo • Rio de Janeiro • RJ • Fax: (021)286-1209

Visite o stand de publicações da FASE e de outras Ongs

REPENSANDO O BRASIL

EDITORIAL

REPENSANDO O BRASIL 3

ESTADO: REFORMA SOCIAL OU REFORMA LIBERAL 5
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

AÇÃO LOCAL: UMA NOVA OPÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ÉTICO - POLÍTICA 15
Augusto de Franco

PROJETOS ESTRATÉGICOS E PROJETOS NACIONAIS 20
Ricardo Salles

EXCLUSÃO E MISÉRIA OU CIDADANIA E JUSTIÇA 25
Haroldo de Abreu e Márcia da S. Pereira

ENTREVISTA

ROMPENDO COM O CÍRCULO VICIOSO DA EXCLUSÃO 31
Telma de Souza

GLOSSÁRIO DE TERMOS DA APARTAÇÃO 34
Cristovam Buarque

A NOVA QUESTÃO SOCIAL 40
Elimar Pinheiro Nascimento

ENTREVISTA

A SOLIDARIEDADE COMO FUNDAMENTO DA UTOPIA 44
Herbert de Souza

A PEDAGOGIA DE UM PROJETO ESTRATÉGICO 45
Jean Pierre Leroy

ENTREVISTA

DEMOCRATIZAÇÃO COMO VALOR UNIVERSAL 49
Carlos Nelson Coutinho

ESCOLA: PARA QUÊ TE QUERO 58
Regina Garcia

IGREJA CATÓLICA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO: UM PEQUENO BALANÇO 63
Lorenzo Zanetti

REFLEXÕES PARA UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NO CAMPO 67
Vários

NOVOS PRINCÍPIOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL 76
João Nogueira

VÍDEOS 80

FASE NACIONAL

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
 22221-011 - Rio de Janeiro - RJ
 Tel.: (021) 285-2998
 Fax: (021) 205-3099
 Tlx.: 213-4201 foas BR

Escritório das Palmeiras

Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
 22270-070 - Rio de Janeiro - RJ
 Tel.: (021) 286-1598
 Fax: (021) 286-1209

FASE-RIO

Av. Pres. Wilson, 113/1302 - Centro
 20030-020 - Rio de Janeiro - RJ
 Tel.: (021) 220-7198
 Fax: (021) 262-2565

FASE-SÃO PAULO

Rua Loeffgren, 1651 casa 6
 Vila Clementino
 04040-032 - São Paulo - SP
 Tel.: (011) 549-3888
 Fax: (011) 549-1307

Escritório do Programa**Trabalhadores Urbanos - PTU**

Rua Apeninos, 939 - Paraíso
 04104-020 - São Paulo - SP
 Tel/Fax: (011) 573-7256

FASE-JABOTICABAL

Rua Mimi Alemagna, 37 - Centro
 14870-000 - Jaboticabal - SP
 Tel.: (0163) 22-5219 - Fax: (0163) 23-3922

FASE-VITÓRIA

Rua Graçiano Neves, 377/2º pav.
 29015-330 - Vitória - ES
 Tel/Fax: (027) 223-7436

FASE-PORTO ALEGRE

Rua Gaspar Martins, 470
 90220-160 - Porto Alegre - RS
 Tel/Fax: (051) 225-0787

FASE-RECIFE

Rua do Paissandu, 419 - Boa Vista
 50070-200 - Recife - PE
 Tel.: (081) 221-5478 - Fax: (081) 231-0603

FASE-MACEIÓ

Rua Gonçalves Dias, 62 - Farol
 57021-330 - Macelió - AL
 Tel.: (082) 221-0667
 Fax: (082) 221-3645

FASE-ITABUNA

Rio Barão do Rio Branco, 93/1º andar
 45600-000 - Itabuna - BA
 Tel/Fax: (073) 211-4498

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329 - Umarizal
 66055-080 - Belém - PA
 Tel.: (091) 222-0318
 Fax: (091) 241-5310

FASE-ABAETETUBA

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
 Caixa Postal 25
 68440-000 - Abaetetuba - PA
 Tel/Fax: (091) 751-1181

FASE-CAPANEMA

Av. Presidente Médici, 1992
 68700-050 - Capanema - PA
 Tel/Fax: (091) 821-1716

FASE-MARABÁ

Folha 27, Quadra 07, Lote 07 - Nova Marabá
 Caixa Postal 73
 68508-970 - Marabá - PA
 Tel.: (091) 322-1591
 Fax: (091) 322-1558

FASE-SÃO LUÍS

Rua do Pespontão, 256 - Centro
 65010-460 - São Luís - MA
 Tel/Fax: (098) 221-1175

FASE-MANAUS

Rua São Paulo, 404 - São Jorge
 Caixa Postal 531
 69033-180 - Manaus - AM
 Tel/Fax: (092) 671-6121

FASE-VALE DO GUAPORÉ

Rua XV de Novembro, 136 - Centro
 Caixa Postal 10
 78200-000 - Cáceres - MT
 Tel/Fax: (065) 221-2615

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - é uma sociedade civil brasileira, de utilidade pública federal, sem fins lucrativos. Seu compromisso fundamental é com o desenvolvimento social e cultural de grupos e setores marginalizados da população, através de um trabalho de educação popular, nas áreas rural e urbana.

Situada no campo das organizações não-governamentais, a FASE define-se por um projeto institucional próprio, independente do Estado e dos partidos políticos. As ONGs são organizações vinculadas à sociedade civil, comprometidas com o processo de construção da autonomia de suas entidades representativas, ligadas aos movimentos populares.

Os principais beneficiários deste trabalho são os trabalhadores do campo - pequenos produtores, assalariados sem terra - operários, moradores da periferia e favelas.

FASE

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
 Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
 22221-011 - Rio de Janeiro - RJ

Diretoria**Diretor Executivo**

Jorge Eduardo Saavedra Durão
Diretor Administrativo-Financeiro
 Virgílio Rosa Neto

Programa Pequenos Produtores Rurais

Maria Emília Lisboa Pacheco
Programa Assalariados Rurais
 Leandro Lamas Valarelli
Programa Popular Urbano

Grazia de Grazia

Programa Trabalhadores Urbanos

Paulo Sérgio Muçouçah
Programa de Investigação e Comunicação
 Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

PROPOSTA

Nº 61 - junho de 1994
 Experiências em Educação Popular
 Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejía
 Clarice Melamed
 Grazia de Grazia
 Haroldo Baptista de Abreu
 Jean-Pierre Leroy
 João Ricardo Dornelles
 Jorge Eduardo Saavedra Durão
 Leandro Valarelli
 Mabel de Faria
 Maria Emília Lisboa Pacheco
 Paulo Sérgio Muçouçah
 Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
 Ricardo Tavares
 Sandra Mayrink Veiga
 Yara Ninô

Coordenador de Comunicação

Alberto Lopez Mejía

Assessora de Comunicação

Sandra Mayrink Veiga

Editora Responsável

Yara Ninô

Organização nº 61

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

Apoio Técnico

Silvia Helena Matos Brandão

Fotos da Capa

Gianne Carvalho, J.R. Ripper e Eraldo Carneiro/Imagens da Terra

Capa e Diagramação

Teresa Guilhon
 Maria Lúcia Braga

Editoração Eletrônica

HD Computação Gráfica

Promoção e Divulgação

Felícia de Moraes Soares

Serviços ao Assinante

Adelir Pires Rodrigues

Redação

Rua Bento Lisboa, 58 - Catete
 22221-011 - Rio de Janeiro - RJ
 Telefone: (021) 285-2998

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

REPENSANDO O BRASIL

A Primeira Conferência Nacional de Projetos Estratégicos Alternativos para o Brasil (Brasília, de 10 a 15 de novembro de 1993) colocou em pauta a questão: como formular os elementos de novos paradigmas e referências para o desenvolvimento nacional?

O caráter pluralista do debate apresentou um conjunto variado de projetos com diferentes matizes políticos.

Partindo do marco consensual do colapso do modelo de desenvolvimento da modernização autoritária, os diferentes projetos nascem de referenciais distintos e ênfases que procuram responder aos problemas nacionais. A abrangência dos enfoques colocou em confronto trabalhos da lavra de Cristovam Buarque, Hélio Jaguaribe, João Paulo dos Reis Velloso, Antonio Kandir e outros. Todos os projetos foram debatidos e analisados por comentaristas especializados e por quadros representativos da sociedade civil.

A metodologia inovadora deste debate levou em conta um conjunto de temas que serviu para interrogar os projetos através de 'oficinas' de trabalho, permitindo um aprofundamento do que poderíamos chamar as questões centrais do desenvolvimento nacional. Decidimos selecionar alguns enfoques que pudessem contribuir para que o esforço deste debate se generalize.

Partimos do conceito ou da noção de *apartação social* aqui aprofundada e didaticamente exposta no glossário de Cristovam Buarque. O trabalho de Elimar Nascimento, acerca do tema da 'exclusão' como nova questão social, recorta a temática da desigualdade e da busca de soluções. Esse corte central no tratamento dos temas aqui tratados é acompanhado pela abordagem histórica de Ricardo Salles.

A ênfase no caráter alternativo e na contemporaneidade que deve embasar um projeto estratégico para o desenvolvimento nacional encontra o potencial crítico e filosófico do projeto inaugural desse debate elaborado por Augusto de Franco. Mas preferimos nesta publicação colocar o seu texto 'Ação Local' que se desdobra do seu já difundido 'Brasil Futuro do Presente' que a FASE também editou para a Conferência. É Jean-Pierre Leroy quem busca a dimensão cultural-educativa que correlaciona situação-atores-alternativas para a potencialização de sujeitos coletivos capazes de enfrentar as temáticas do assim chamado desenvolvimento sustentável.

A tensão entre a institucionalidade e o engajamento social na caracterização da consciência e da prática dos que têm na Igreja Católica uma referência aparece positivamente no artigo de Lorenzo Zanetti.

As reformas estruturais e redefinição de políticas foram debatidas, na mesa redonda sobre a questão agrária e as políticas agrícolas, por Chico Menezes (IBASE), Jean

Marc von der Weid (AsPTA), Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ) e Maria Emília Lisboa Pacheco (FASE). Telma de Souza, ex-prefeita de Santos, formula saídas para romper com o círculo vicioso da exclusão e conduzir ao poder novos setores com capacidade de transformar em nacionais as demandas da maioria. A reforma do Estado se conecta, no artigo de Cunha Bocayuva, ao problema do processo produtivo, da representação e do poder local e das alianças dentro e fora do Estado para sua transformação a partir da ótica da democratização. Não poderia faltar o tema da inserção internacional do Brasil no contexto da crise derivada do fim da Guerra Fria. João Nogueira aborda criticamente as soluções que enfatizam a questão da soberania fora das disputas ético-políticas e coloca ainda os temas da globalização. Para Regina Leite Garcia, a reforma educacional exige um novo enfoque: esta é uma temática-chave das relações sociais e dos problemas da cidadania.

Cidadania e democracia são identificadas e articuladas na entrevista de Carlos Nelson Coutinho que atualiza o debate sobre a formulação de uma nova estratégia política no país a partir dos sujeitos coletivos.

Repensando o Brasil: a reflexão sobre um projeto nacional se relaciona com uma ampla busca de alternativas que deve marcar os desdobramentos do processo político de aprofundamento substantivo da democracia. O ano de 1994 aparece assim como um marco inaugural para que os diferentes atores sociais da sociedade civil e do Estado coloquem para si a questão da construção de um novo modelo de desenvolvimento. □

CARTAS

Diante da importância das questões levantadas, publicamos a carta de Marco Altberg para a revista Proposta:

Por uma nova política para o audiovisual

Chegou-se a um ponto que não é mais possível persistir na estrutura existente hoje no país, da atividade audiovisual, que compreende todas as formas de produção, expressão e veiculação de imagens. (...)

O cinema e todo o seu universo de produção teve seu modelo anterior deliberadamente destruído pelo governo Collor. E, hoje, (...) a reconstrução da atividade encontra barreiras circunstanciais e históricas localizadas no mercado, na dominação absoluta e cartelizada do produto estrangeiro e na estrutura radicalmente vertical da televisão brasileira.

A televisão, por sua vez, encontra-se numa das mais cristalizadas estruturas monopolistas com ramificações e cumplicidade em praticamente todas as áreas de decisão dos três poderes da República.

A televisão brasileira é uma concessão pública que não está a serviço de seu consumidor – do público – mas sim, declaradamente a serviço dos grupos que a detêm.

A questão das imagens de um país é uma questão fundamental para a formação e o cotidiano de uma nação. Através do imaginário se conquista a auto-estima, se educa e se proporciona prazer, cultura e informação para a população. (...)

O Brasil merece e necessita de, pelo menos, um sistema audiovisual democrático que compreenda:

1. Rigor na regulamentação e concessão de canais em todos os seus sistemas: VHF, UGF, MMDS, PAY-TV, CABO, ASSINATURA etc.

2. Regras básicas e democráticas para a sua operação: a concessão é para a transmissão e não para a produção. A produção e circulação de idéias devem ser livres. A emissora não pode produzir mais do que 30% de sua programação e mesmo assim se restringindo ao noticiário. A produção dos programas – dramaturgia, documentais, esportes, variedades, shows musicais etc – deve ser

realizada fora da emissora, nas chamadas produtoras independentes. (...)

3. Os concessionários de TVs não podem deter outros meios de comunicação tais como jornais, rádios etc. Assim como não podem ter cargos eletivos (políticos).

4. Predominância de programação nacional sobretudo nas novas formas de TVs (cabo etc).

5. Limitação da participação de grupos já detentores de TVs tradicionais em novas formas de TVs.

Estes são pontos gerais e preliminares para se abordar de frente a questão específica da televisão no Brasil. Existe todo um trabalho desenvolvido pelas TVs Populares, pelos Fóruns de Democratização dos Meios de Comunicação e pela sociedade civil que deve ser aprofundado.

Quanto ao cinema: além da queda do mercado das salas de exibição nos últimos dez anos, a estrutura monopolista e cartelizada, que envolve o sistema das distribuidoras estrangeiras e dos exibidores, nunca foi enfrentada.

Paradoxalmente, foi no período da ditadura militar que se fez investimentos pesados na produção e sobretudo na distribuição dos filmes brasileiros. O resultado foi uma maior diversificação de produtos, aceitação do público e ocupação de cerca de 40% do mercado. Esse estado de coisas provocou a vinda do presidente da Motion Pictures, que tem assento na Casa Branca, Jack Valenti, ao Brasil, para tentar reverter esse processo.

Parecem ter tido sucesso as ameaças de retaliação por parte dos Estados Unidos porque, após esse período, os sucessivos governos passaram a assumir uma atitude apenas paternalista, apoiando, na verdade, clientelisticamente, os projetos de filmes de acordo com as sucessivas administrações da Embrafilme. (...)

O cinema, ironicamente, é uma atividade tão pobre e tão poderosa, ao ponto de, para se impor em seu próprio mercado, ou seja, exibir-se a imagem do Brasil através de seus filmes, para o seu próprio público, encontra barreiras quase intransponíveis.

Alic-se a isso a estrutura fechada das TVs no Brasil e completa-se um quadro que se volta contra a soberania da nação, o que não foi difícil para os militares compreenderem.

Finalmente veio o governo Collor (...). O cinema era um entrave para quem queria ser 'moderno'. Cinema brasileiro não 'combina' com o dito Primeiro Mundo. Sua independência e ousadia formal e política não eram mais convenientes. O seu fim estava decretado.

Com a queda de Collor, o cinema voltou a tentar se reestruturar, até mesmo porque o novo governo tinha que ser anti-Collor. Mas não foi o suficiente. Recriou-se o Ministério da Cultura mas trocou-se de ministro três vezes em um ano. As políticas pensadas para o setor foram de emergência e a de maior alcance, como a Lei do Audiovisual, traz ranço de uma realidade collorida e neoliberal.

Por essas razões deve-se pensar uma política globalizante que envolva o audiovisual como um todo: cinema, vídeo e televisão. A partir daí certamente o país terá uma outra cara (imagem).

O Brasil é um país continental, ricamente diversificado, com várias culturas reunidas sob uma única nação.

Não podemos continuar apenas consumindo, através do cinema e da TV, todo e qualquer produto audiovisual que nos chega indiscriminadamente (lixo mundial da violência, sexo e way-of-life de outros países). Somos capazes, necessitamos e temos o direito enquanto cidadãos de ver as nossas imagens e sermos personagens e público de nossas histórias.

MARCO ALTBERG, cineasta – Rio de Janeiro (RJ)

ERRATA: a redação correta do final do parágrafo que ocupa a coluna central da pag. 37 é a seguinte: "... Na escolha dos desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados, adota-se o critério de acesso por promoção para o preenchimento de quatro quintos dos lugares, sem que - contida a interferência externa - indicação e nomeação caibam ao governador e a aprovação à Assembléia Legislativa, assegurados um quinto dos lugares a advogados e membros do Ministério Público, indicados como anteriormente se descreveu (CF, arts. 94, 104, 107, 111, 119, 123)."

ESTADO: REFORMA SOCIAL OU REFORMA LIBERAL?

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

O colapso da modernidade é interpretado de forma distinta pelas correntes que disputam soluções de longo prazo para o Brasil. Há de um lado os que consideram que vivemos um processo inconcluso de modernização. De outro, os que exigem uma ruptura ou uma revolução de prioridades. Divididos entre a ênfase na reforma liberal (no mercado) e a ênfase na reforma social (no papel da política), estes diversos atores sociais orientam diferentes estratégias onde a reforma do Estado ganha destaque nos projetos de corte liberal e a visão de reforço do Estado se destaca nos projetos de corte social-popular.

Nas eleições gerais previstas para outubro de 1994, haverá, provavelmente, uma polarização entre uma candidatura de esquerda como a de Lula, que enfatiza o papel do Estado e a necessidade de reformas sociais, e uma candidatura como a de Fernando Henrique Cardoso, que acena com um social reformismo mas apóia-se em forças comprometidas com o diagnóstico liberal. Esta polarização levará o debate para as amplas massas: qual a saída? qual a alternativa estratégica para o Brasil?

Contudo, há o risco de que o debate, ao invés de revelar os pontos fortes e os pontos fracos de uma ou outra interpretação, de um ou outro projeto, possa, no calor da hora, contribuir para esconder os seus termos realmente interessantes e que deveriam ser tratados por ambas.

Destacamos três pontos ligados à questão do Estado e da sua reforma ou reforço que entendemos

não devam ser deixados de lado neste debate:

1. legitimidade, representação e participação na gestão da coisa pública;
2. a regulação da vida econômica; e
3. alianças políticas e participação nas reformas.

nuaremos a ter senadores e deputados federais que parecem vereadores e vereadores e deputados estaduais que parecem senadores e deputados federais. A democratização do Estado e a necessidade de colocar o poder em bases locais

CLAUDIA LINHARES /IMAGENS DA TERRA



Manifestação política contra a privatização da CSN.

1. Legitimidade, representação e participação na gestão da coisa pública

O sistema brasileiro de representação política distancia representante e representado na medida em que se coloca como um processo sem objeto claramente definido. Salvo mudança no sistema eleitoral, que impeça a confusão entre os vários níveis de representação, conti-

exigem, portanto, mudanças na forma da representação municipal. Os serviços e o atendimento devem se deslocar para junto dos usuários simplificando as políticas públicas e a sua concretização.

Poucos discutem a necessidade de ampliar a participação do cidadão na gestão de sua cidade. Mas a

PEDRO CLÁUDIO CUNHA BOCAJUVA -
Diretor do PIC/FASE

descentralização da administração e a participação dos representantes locais nas definições e na fiscalização das políticas talvez indique a necessidade de experimentar o voto distrital-misto no plano local. Esta talvez seja a forma de valorizar as bases sociais do distrito e das classes ou grupos, sem perder de vista a importância das listas partidárias e, ao mesmo tempo, mantendo-se a dimensão universal do voto majoritário para os prefeitos.

A democratização pela via da cidadania exige mais do que uma sociedade civil organizada, mais do que processos eleitorais competitivos, mais do que partidos políticos, mais do que movimentos e comissões e conselhos de produtores, usuários e consumidores. Exige que a cidadania seja representada com capacidade de interferir, fiscalizar e co-gestionar as políticas públicas locais.

A descentralização da máquina administrativa da União e dos estados pode abrir espaço para um controle público ampliado por uma representação local (municipal) que supere o atual sistema de câmaras. Essa representação deve operar junto aos bairros e conselhos de moradores bem como em relação às dimensões e aparelhos que executam as políticas municipais, estaduais e nacionais que se realizam no âmbito municipal.

Na medida em que se abra o debate sobre o processo de organização da Federação (relação entre União, estados e municípios) e os seus efeitos sobre o orçamento, as políticas e os poderes, devemos insistir na mudança das formas de representação e exercício do poder local. Estas são questões que interagem com as reformas da administração pública, com os problemas de comunicação e informação e com as especificidades locais e podem vir a superar os entraves para uma participação cidadã ampliada, criando critérios para uma responsabilidade pública compartilhada na gestão do cotidiano.

Poucos discutem a necessidade de ampliar a participação do cidadão na gestão de sua cidade.

O horizonte deve ser, portanto, o de um poder executivo com seus administradores e conselhos locais; um poder legislativo com seus representantes da cidade e do distrito; movimentos sociais com poderes reais; um judiciário com seu juizado de pequenas causas e uma política de segurança descentralizada e controlada em acordos com os poderes e a sociedade local. A reforma tributária e fiscal teria um eixo de horizontalização e democratização compatível com esse processo de reforço e ampliação das formas de representação local.

As atividades econômicas locais e sub-regionais (no âmbito dos estados) se articulariam canalizando o esforço microeconômico das empresas para relações mais ativas nas suas conexões com as políticas públicas e as atividades dos cidadãos. O sentido público da propriedade e do território poderia ter uma ênfase mais redistributiva. A questão da propriedade urbana e rural concentrada ou reservada aparece no terreno local relacionada com esse processo de democratização do poder local. Políticas de reforma agrária e urbana, políticas de abastecimento, política de saneamento, geração de emprego e renda, segurança, ciência e tecnologia, meio ambiente, cultura, educa-

O debate sobre a relação entre economia e política nos remete para o papel do Estado no modelo de desenvolvimento.

ção e lazer, todas exigem uma redistribuição. Nesta direção faz-se necessário quebrar cartórios e monopólios, democratizar a propriedade, permitir o acesso à atividade produtiva e empresarial, fomentando a micro e a pequena empresa, as cooperativas etc. Isto sem deixar de apoiar as atividades e complexos produtivos capazes de combinar dinamismo produtivo e comprometimento com o entorno social e ambiental.

Tais elementos se conectam e são coordenados por políticas verticais ou dimensões mediadoras de decisão política e de representação que correspondem aos modelos mais tradicionais com enfoque mais nacional e internacional.

Já nas eleições para as duas casas do Congresso, o sistema distrital misto poderia acentuar as debilidades atuais do clientelismo ao impor uma regionalização e uma distritalização maiores. Uma mudança nesta direção teria que ser antecedida por transformações no sistema de proporcionalidade por Estados e na estrutura da Federação com base em critérios fornecidos por uma reforma administrativa comprometida com a democratização.

A unidade política da Nação deve estar embasada numa democratização do Estado que descentralize e democratize o poder sem, entretanto, perder de vista o âmbito dos processos e projetos que exigem estruturação nacional e centralização política para articular o sistema democrático e a cidadania bem como garantir o desenvolvimento econômico-social, a sustentabilidade ambiental, a justiça e a equidade social.

2. A regulação da vida econômica: sujeitos sociais e reestruturação produtiva

O debate que polariza liberais em favor da abertura competitiva da economia e a esquerda que defende o tecido industrial, o mercado inter-

no e as empresas estatais reduz o ponto focal da controvérsia: o da crise do modelo de desenvolvimento e do regime de acumulação que lhe caracteriza.

O aspecto-chave da crise do modelo de industrialização substitutiva aparece como uma controvérsia sobre o papel do Estado que é tido como obstáculo para uns e como solução para outros. Mas os que aparecem como destruidores do Estado fazem propostas de reforma ou exigem um Estado forte que promova o ajuste macroeconômico. E aqueles que colocam-se em defesa

O desenvolvimento desigual e combinado brasileiro vem se transformando num conjunto de formas desarticuladas, configurando um novo dualismo que aponta para um "apartheid" social de longa duração.

através de mudanças na renda e nos mecanismos financeiros. Os blocos sociais no poder e os tecidos industriais foram afetados pela inserção internacional da economia e pelos processos de globalização e ajuste que atingiram drasticamente as periferias industrializadas do sistema capitalista. Estes processos podem condenar certas economias a uma função complementar ou à descartabilidade com fenômenos de desindustrialização e/ou especialização para a exportação.

Responder ao processo de ajuste e reestruturação tornou-se um

ENERALDO CARNEIRO/IMAGENS DA TERRA



Carregamento manual X carregamento mecânico de cana - Visão do Rio Branco Junho/93.

do Estado acabam por deixá-lo à deriva. E, intocável, ele naufraga.

O debate sobre a relação entre economia e política nos remete para o papel do Estado no modelo de desenvolvimento. Fomentador, coordenador, impulsionador, inovador, regulador, investidor, protetor são adjetivos que expressam funções, práticas e estruturas que marcam as relações de intervenção e envolvimento direto do Estado na atividade econômica.

Os países com capitalismo ajustado e reestruturado vivem incertezas menores do que o Brasil. Os custos sociais e políticos foram diferentes para economias saídas do "socialismo real", para as economias de capitalismo organizado para as

economias que optaram pelo neoliberalismo no centro e na periferia e, finalmente, para os que se reestruturaram como periferias desses sistemas.

Mas, qualquer que seja a forma adotada nos processos de globalização, as economias do centro do capitalismo avançado em competição e em crise, as transformações no sistema financeiro, a globalização de empresas e as transformações tecnológicas penalizaram os países que se recusaram ao ajuste ou à reestruturação, seja em função de sua complexidade seja por resistência política.

O Brasil oscilou entre medidas de ajuste ortodoxo e medidas heterodoxas que aqueceram a demanda

desafio. A hegemonia neoliberal derivada do chamado "consenso de Washington" ditou as medidas e diretrizes de abertura econômica que caracterizaram o período Collor e que vêm caracterizando o governo Itamar Franco. O binômio reestruturação-privatização se faz acompanhar pela ênfase na competitividade e na qualidade. Os custos sociais desses processos de liberalização, com a reestruturação baseada na redução da força de trabalho e dos gastos sociais, ampliaram o desemprego e as formas de trabalho ou renditas informais e marginais.

O desenvolvimento desigual e combinado brasileiro vem se transformando num conjunto de formas desarticuladas, configurando um novo

dualismo que aponta para um "apartheid" social de longa duração.

Este modelo privilegia a exportação e as qualidades espúrias do processo social de trabalho. Mesmo que a reestruturação incorpore elementos de inovações tecnológicas, o seu caráter restrito insula setores e ramos de complexos industriais numa lógica adaptativa que não generaliza a qualificação para o conjunto da sociedade. A adesão à micro-informática e as influências do "modelo japonês", com as suas tecnologias de processo e gestão, atingem parte da sociedade sem alterar os padrões oligárquico-autoritários da nossa cultura técnica.

O desemprego e o medo se combinam com a ausência de políticas sociais de educação, de saúde e de

No caso de vitória de uma coalizão de esquerda, devemos evitar o açodamento na adoção de medidas que rompam com a dinâmica internacional.

qualificação profissional. Ao mesmo tempo, a abertura comercial e o fim das reservas de mercado deixam o tecido industrial desorientado. A especulação e os ciclos curtos da vida econômica, assim como o endividamento e as altas taxas de juros engolem parte da poupança interna às expensas do Estado e da produção.

No caso de vitória de uma coalizão de esquerda, devemos evitar o açodamento na adoção de medidas que rompam com a dinâmica internacional. Isto implicaria na evasão de divisas e na interrupção do fluxo de tecnologia e dos bens essenciais para o desenvolvimento industrial e o consumo produtivo, dificultando

associações e articulações com empresas e mercados num contexto que oscila entre a globalização e o protecionismo através da conformação de mercados regionais.

Para enfrentar este quadro estratégico, as políticas industriais podem e devem utilizar de maneira restrita e emergencial: induções e processos de transferência de divisas através da tributação direta e indireta; transferências de propriedade pela democratização, conglomeração e descartelização; regulação dos mercados; controle dos monopólios ou a sua criação em conformidade com o interesse público; proteção do emprego e do salário, assim como dos preços para o consumidor; aumento dos salários para ampliar o consumo interno; controle dos preços dos produtos da cesta básica; criação de instrumentos de fiscalização, controle e distribuição de bens essenciais; reordenamento do sistema financeiro, definindo as atividades dos agentes e apoiando medidas de investimento produtivo; controle da taxa de juros e utilização da política monetária para estimular o crescimento.

Tais medidas emergenciais que caracterizam a plataforma tradicional da esquerda quase sempre se combinam com uma ênfase na propriedade pública, estatal e social. Este tipo de plataforma se completa com políticas de nacionalização de empresas e medidas de proteção aos produtos nacionais.

Mas, diante da crise do modelo de desenvolvimento, das transformações decorrentes do binômio reestruturação produtiva/automação micro-eletrônica (crise do modelo fordista nos países centrais) e ainda do colapso das economias dirigidas do socialismo real, devemos considerar uma solução articulada dos problemas do bloco de forças industrial. Esta solução deve ser conduzida pelos trabalhadores assalariados em novas formas de procedimento técnico e financeiro, levando em conta o fracasso dos modelos de industrializa-

ção estatista e autárquica.

É necessário potencializar a capacidade industrial instalada em nosso país para a transição industrial com o primado da ética-social do trabalho e da democratização política numa visão cidadã e de hegemonia, isto é, que ultrapasse o corporativismo. A reflexão que incorpora estas primazias tem como centro a necessidade de construir um movimento de revolução nas relações de trabalho, na cultura técnica e no formato e ligação entre as empresas. E visa uma reestruturação virtuosa que, no mínimo, combine reestruturação com crescimento e equidade social. Esta combinação exigirá um salto de produtividade que deve partir da reflexão sobre a centralidade das relações sociais

Devemos desenvolver novos processos e produtos em interação com a construção de um novo bloco industrial e com políticas ativas de educação, de ciência e de tecnologia.

de produção e da qualificação da sociedade para fazer face ao processo de transformação do panorama produtivo.

Devemos desenvolver novos processos e produtos em interação com a construção de um novo bloco industrial e com políticas ativas de educação, de ciência e de tecnologia. É preciso construir elos entre empresas, realizar contratos e acordos bilaterais e tripartites entre Estado, empresariado e trabalhadores, além de fortalecer os vínculos formais e permanentes nas cadeias produtivas e nas relações entre produtores, fornecedores e consumidores.

O Brasil necessita de um processo de inovação ativa em direção

aos objetivos que o mantenham no rol das Nações passíveis de um desenvolvimento sustentável. Isto só pode se realizar com qualidade nos processos de produção e produto; qualidade de vida social, material e cultural e capacidade de adaptar, criar e inovar os elos entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia. E, ainda, através da capacidade para acompanhar a fronteira tecnológica e manter formas de interdependência internacional nos eixos Norte-Sul e Sul-Sul. Para tanto faz-se necessário padrões de integração internacional que combinem os interesses sociais e da cidadania com os processos de regulação econômica: comércio de bens, serviços e tecnologias; projetos e políticas conjuntas com blocos de países ou com empresas e setores produtivos buscando a nossa soberania num quadro de soberanias partilhadas.

Todos esses objetivos supõem a construção e adaptação de agentes públicos e privados que, como o BNDES e o SEBRAE, por exemplo, podem estimular um re-desenho estratégico das parcerias empresariais-sociais-comerciais-financeiras-tecnológicas para que a revolução democrática da cidadania apresente vitalidade macro e micro-econômica adequada ao projeto de crescimento com equidade social.

A reestruturação forçada pelo quadro neoliberal já vem redesenhando os elos e hierarquias, relações de força e padrões de exclusão e alianças entre empresas e dessas com o sistema financeiro, o Estado e o processo de internacionalização (bancos, mercados, tecnologia e multinacionais). As divergências no interior do grande empresariado, as disputas estratégicas e a falta de ordenamento e coordenação de um Estado enfraquecido do ponto de vista técnico, político e financeiro completam esse quadro de um cenário neoliberal. A diminuição da classe trabalhadora, a informalidade selvagem, a ilegali-

O sentido misto na economia brasileira se apresenta ainda mais plural quando falamos das micro, pequena e média empresas cujo peso em matéria econômico-social é decisivo na nossa economia.

dade crescente, os mecanismos de formação de preços e maximização de lucros num quadro de inflação crescente e a crise de governabilidade só reafirmam a necessidade de um controle público desse processo. O Estado desempenha tarefas decisivas através de suas agências de coordenação e financiamento de políticas para que este controle se viabilize.

O caráter cartorial e oligárquico-clientelista de nossas relações entre economia e política assim como o autoritarismo e as alianças do tripé corroído entre grande empresa estatal, privada e multinacional foi quebrado pelo conflito social interno e pelas formas de globalização e estrangulamento financeiro no terreno da economia mundial.

Mas o papel público na coordenação econômica ao lado dos organismos sindicais e das empresas encontra nas agências públicas um instrumento-chave de ação indutora do desenvolvimento, particularmen-

A necessidade de redefinição dos trabalhadores como agentes ativos de uma pactuação para o desenvolvimento.

te, no desenho da estratégia nacional. Combinar comércio internacional e reestruturação industrial, política industrial com política científica e tecnológica e garantir as alianças sociais de um bloco que combine políticas sociais emergenciais e estratégias de aumento da produtividade exige mais do que competência política e agenciamento técnico financeiro.

Precisamos manter o caráter misto da economia brasileira derivado daquele tripé: garantir a presença do Estado em setores estratégicos da economia (mesmo que a forma possa ser transmutada e os setores e complexos redefinidos), acompanhando a perspectiva de valorização dos produtos e processos portadores de valor derivado de intensidade em matéria de ciência e tecnologia. Apoiar o esforço das empresas multinacionais aqui presentes no sentido de valorizarem e investirem em processos e produtos garantindo ao máximo o emprego. Precisamos fortalecer as empresas nacionais ou grupos de empresas capazes de dar suporte aos processos internos e externos de ocupação de mercados de bens e serviços a partir do seu dinamismo em matéria de produtividade e inovação evitando as formas tradicionais de proteção e subsídio.

Uma burocracia racionalmente empreendedora de um projeto estratégico exige uma forte autonomia que depende dos investimentos no pessoal e nos aparelhos e agências correspondentes para que a burocracia se ponha a serviço das empresas e dos projetos. Essa forma de "autonomia inserida" caracteriza processos de interação pública/privada ocorridos, por exemplo, no Estado japonês e demais novos países industrializados da Ásia. Mas para que possa garantir as instituições da democracia política e a qualidade de vida social estas formas de autonomia e inserção devem estar embasadas numa transformação das relações sociais de trabalho como

parte técnica essencial das duas formas de modernidade econômico-social que não podemos descartar: a derivada das formas de produtividade que valorizam a participação do trabalho e as derivadas das formas de contratação social típicas do experimento social-democrata.

O capitalismo tardio e dependente brasileiro apresenta elementos que podem ser aproveitados da forma de economia mista mas estes não possuem a organicidade própria de países que detêm um nível maior de interrelação Estado, mercado e conglomeração como, por exemplo, a República Federal Alemã.

Os países de capitalismo organizado ou de corporativismo empresarial tipo o do Japão racionalizaram a produção, o emprego e as rendas, regularam mercados e interferiram de maneira ativa na obtenção de resultados mais eficientes do que as economias declinantes como a inglesa ou de economias globalizadas desde dentro como os Estados Unidos.

O debate sobre as políticas nacionais deve ter em vista a necessária globalização das economias e o declínio do espaço econômico nacional e da capacidade reguladora dos Estados nacionais. Mas, não deve deixar de lado a percepção da importância do solo nacional. Até mesmo para as empresas e os bancos privados multinacionais os seus elos nacionais estão longe de se perder. Na falta de espaço não pretendemos indicar o peso do Estado e seus agentes nos processos de ajuste neoliberalis que depois da derrota política e da exclusão dos atores sociais organizados acabam exigindo uma estratégia de reforço do Estado.

O sentido misto na economia brasileira se apresenta ainda mais plural quando falamos das micro, pequena e média empresas cujo peso em matéria econômico-social é decisivo na nossa economia. Esse sentido deve ser reaproveitado na direção do entrelaçamento e parcerias e do aprimoramento da cultura técnica

e empresarial que exigem a presença do agente público inserido e comprometido.

Ao que se agrega a necessidade de redefinição dos trabalhadores como agentes ativos de uma pactuação para o desenvolvimento. A ruptura da aliança com esses segmentos pode produzir uma catástrofe política ainda maior do que a que ocorreu no processo que levou à derrocada do governo Allende no Chile.

Precisamos manter um amplo bloco industrial – social e técnico-empresarial, público e privado – que permita avançar numa social-democratização ativa desde baixo, rompendo o contexto de exploração sócio-predatória e de super-exploração sem destruir as empresas. As greves e conflitos sociais devem operar na sua autonomia. Mas caberá ao governo produzir condições de negociação e participação permanentes em que mecanismos de democratização da propriedade e da gestão possam ter efeito de contrabalançar os aumentos salariais que devem acompanhar a produtividade bem como os processos de reestruturação ativa e participada. O debate sobre a socialização da riqueza e da propriedade só deve ser reaberto numa visão de ampliação das parcerias e responsabilidades

Precisamos manter um amplo bloco industrial – social e técnico-empresarial, público e privado – que permita avançar numa social-democratização ativa desde baixo, rompendo o contexto de exploração sócio-predatória e de super-exploração sem destruir as empresas.

na gestão e co-gestão dos empreendimentos econômicos aproveitando as oportunidades geradas pelas novas tecnologias.

Restringir a reestruturação, bloquear a incorporação de novas tecnologias ao invés de regular positivamente esse processo produzirá resultados tão nefastos quanto os gerados pelo quadro de reestruturação neoliberal.

O envolvimento ativo da classe trabalhadora no re-desenho do bloco industrial como parte de uma estratégia de revolução tecnológica pode ser um passo à frente no desenho da reestruturação. Isto dependerá de uma competência técnica e produtiva que deve se apoiar nas universidades e nos quadros técnico-científicos do Estado.

A geração de emprego e renda como um dos objetivos políticos do novo governo brasileiro dependerá da combinação de uma vontade política de reestruturação para um novo patamar de qualidade e produtividade e, de uma forma de consenso ativo que possa determinar os acordos nas Câmaras Setoriais e combinar aumento de salários com investimentos e políticas de criação de novos postos de trabalho. Transformar a política industrial e de ciência e tecnologia nos carros-chefe de uma política de desenvolvimento só faz sentido na conexão com esse processo sócio-político. Daí que a interação entre o Estado, as empresas e os trabalhadores deve levar em conta a orientação para políticas e complexos industriais e agroindustriais estratégicos e, para formas de conglomeração com redução de poder dos oligopólios, democratização da propriedade através das reformas agrária e urbana e ativação de alianças com micro, pequenas e médias empresas.

Por último, as negociações de políticas para os diferentes segmentos produtivos com suas conexões com investimento, preços, tributos e salários e em organismos formalizados, deve exigir a competência

crecente dos quadros do Estado como estimuladores da atividade produtiva evitando os interesses corporativos.

Procuramos indicar a importância da reforma e reforço das várias instituições capazes de agenciar e apoiar o novo desenvolvimento. Destacamos os agentes estatais capacitados política e tecnicamente, reforçados por uma forma de atuação e pelo condicionamento de um horizonte sócio-econômico de longo prazo com autonomia em face à visão restrita da maximização dos lucros, da lógica clientelista e da especulação na busca de um horizonte estratégico a partir da formulação de uma macro-política de reestruturação produtiva. O foco e o estilo inserido do agente público na luta pela transição industrial-produtiva com o direcionamento ético-político do trabalho deve se dar num processo instituído em parceria com o empresariado e a partir de uma lógica democrática e cidadã.

O Estado é visto como inimigo da organização social e instrumento de dominação pelos que pretendem substituí-lo ou é visto como obstáculo à liberdade econômica por outros.

Este é o resumo de uma exigência de agenciamento e articulação por parte dos agentes públicos que fundamenta a política de desenvolvimento que deve substituir o atual modelo, fundando um novo bloco industrial-produtivo que responda a era da hiperindustrialização denominada por alguns de pós-industrial do ponto de vista da perda relativa da centralidade do trabalho e da indústria fordista.

3. Alianças políticas e participação nas reformas

Reformas sociais e reforma do Estado significam, para os que participam do aparelho do Estado e os que lhe conferem base social, auto-reforma. A auto-reforma do Estado aparece quase sempre como possibilidade exclusiva dos processos de transição ou revolução pelo alto típicos das revoluções sem revolução ou das revoluções passivas. Mais do que contra-revoluções, tivemos sempre no passado recente formas de revoluções passivas das elites brasileiras como processos de modernização autoritária.

A descrença no Estado ou a contestação ao papel que ele possa ter num processo de transformação democrática da sociedade aparecerá historicamente como uma temeridade se olharmos o Estado como

ENERALDO CARNEIRO/IMAGENS DA TERRA



Usina de cana de açúcar - Visconde do Rio Branco - MG.



Caminhada de trabalhadores rurais sem-terra contra a fome e a miséria Mato Grosso do Sul/93.

GRANNE CARVALHO/IMAGENS DA TERRA

um instrumento ou aparelho repressivo restrito das elites, perdendo de vista seus nexos de ampliação e massificação e seu caráter mediador dos conflitos sociais aguçados como luta de classes no sentido social-sindical dos últimos quinze anos.

O Estado é visto como inimigo da organização social e instrumento de dominação pelos que pretendem destruí-lo e substituí-lo ou é visto como obstáculo à liberdade econômica por outros. Aparece como negatividade nos discursos puristas e extremados de ideologismos.

O que temos assistido no processo de transição brasileira é o efeito combinado de crises de regime econômico-social no momento mesmo da emergência de sujeitos coletivos na cena pública. O processo brasileiro de transição para a democracia opera em paralelo nas suas dinâmicas e ciclos econômico-sociais e políticos remetendo constantemente a problemas ético-políticos e de legitimidade que acabam questionando e contestando o modelo de Estado, o sistema político e as relações Estado-grupos e classes sociais. A radicalização no diagnóstico do Estado, as lutas sociais com o advento da nova constituição (88) e o colapso das políticas públicas, levaram, no vendaval colridor, a uma desvalorização sempre confirmada do papel do Estado. Somando o autoritarismo ao clientelismo, à corrupção, à ineficiência, ao empreguismo e aos baixos salários, o Estado chegou ao seu nível mais baixo de reconhecimento e foi engolfado no descrédito geral de sua autoridade pública e submetido ao processo de crise de governabilidade.

O diagnóstico neoliberal sobre a responsabilidade do Estado no bloqueio ao processo de desenvolvimento e bem-estar vinculou a noção de reforma do Estado ao cardápio da direita. Aproveitando o deslocamento de segmentos do aparelho do Estado para a oposição ao projeto neoliberal e apoiados por

novos movimentos sociais oriundos dos mais diversos níveis e setores de trabalhadores assalariados e de quadros do Estado (organizados em sindicatos quase sempre filiados à CUT), os setores da esquerda colocaram-se alinhados ao processo de defesa do Estado. O debate se radicalizou mais ainda em torno de temas como a estabilidade no emprego e ampliou-se para o enfrentamento de um debate sobre a privatização num contexto de reestruturação selvagem. As estratégias sindicais e defensivas não conseguiram garantir políticas mas acentuaram um deslocamento de bases sociais para o campo da esquerda.

As alianças que garantiram projetos políticos de modernização pelo

O foco inicial do trabalho da reforma é a revolução cultural que precisa ser operada na consciência das autoridades quanto ao quadro das prioridades, dos funcionários quanto à qualidade e eficiência e do cidadão usuário individual ou coletivo das políticas estatais quanto aos custos dos sistemas.

alto e de revolução passiva na história republicana não encontram nos liberais e no centro-conservador mais do que uma oposição feroz ao modelo clássico de "revolução pelo alto" conduzida pelo Estado.

Os epígonos do liberalismo tardio insistem numa revolução liberal que corresponda a um processo de transferência de poder e patrimônio

do Estado e de suas empresas para o setor privado. Temos, portanto, uma reversão das alianças e uma crise no bloco que moldava as revoluções pelo alto.

Mas se esse deslocamento de bases sociais para o campo da esquerda não levar em conta a demanda cidadã pela reformação do Estado, em prol de políticas públicas de caráter social e democrático, bem como para uma transformação das condições sociais e técnicas do processo produtivo, o corporativismo de uns (funcionários) e o basismo de outros (movimentos sociais) acabará gerando contradições insolúveis.

O contexto de democratização e luta cidadã bem como o colapso do modelo de desenvolvimento exigem um Estado reformado para um novo modelo de desenvolvimento com equidade e justiça social. Como conduzir esse processo garantindo a unidade social e política desses interesses contraditórios num processo que implemente uma política não liberal de reforma do Estado? Como garantir que a reforma do Estado não seja um processo exclusivo para os setores organizados do Estado e da sociedade e que exclua os segmentos que vivem na miséria?

Como realizar a reforma do Estado para torná-lo instrumento de cidadania; de reforma social; de justiça; de liberdade, igualdade e participação; de desenvolvimento econômico social e cultural?

A garantia para esse processo soldar um bloco social tão diferenciado exige uma reforma da administração e do funcionamento das funções e políticas públicas. O comprometimento dos quadros do Estado nas diferentes áreas com o pacto social pelo desenvolvimento social e ecologicamente sustentável que pode surgir desde um novo governo e de novos projetos e relações entre as forças sociais, exige um comprometimento com uma reforma de sentido público que coloque o Estado colado com as demandas sociais. Temas como custo e benefício de

políticas públicas, sua forma e seu conteúdo devem prevalecer para podermos formular e estruturar o quadro capacitado para o atendimento de forma direta ou indireta e sempre com formas de parceria.

É preciso garantir a letra da Constituição nas políticas universais e obrigatórias: educação, saúde, previdência, segurança. Combinar os objetivos de saneamento, habitação, geração de emprego e renda, fim da miséria e da pobreza,

apenas deve servir de balizador para os critérios cidadãos de avaliação dos sistemas e sub-sistemas públicos.

As questões do financiamento e os problemas da privatização devem ser examinadas no quadro do condicionamento público e das prioridades sociais na definição de medidas, políticas e obras. Estratégias que combinem ações, políticas e objetivos sociais exigem planejamento e descentralização, mobili-

quanto à qualidade e eficiência e do cidadão usuário individual ou coletivo das políticas estatais quanto aos custos dos sistemas. A revisão e a racionalização da Constituição não podem começar por uma formatação minimalista do Estado e de suas responsabilidades. Os neoliberais que tanto tripudiaram a socialização da pobreza não podem agora oferecer um capitalismo restrito ao "mínimo social".

A prioridade das prioridades

NANIXO NEVES/IMAGENS DA TERRA



Indústria de equipamentos eletrônicos

pactuando-os, dando transparência às informações e ampliando o espaço de participação e co-gestão sociais. Mas, principalmente, garantindo prioridades e dividindo responsabilidades nos marcos de alianças construídas democraticamente nas parcerias entre a representação e as autoridades de nível local.

A ponta do atendimento, do consumidor, do usuário, do cliente, do aluno, do beneficiado, do

idade e qualificação. Bem-estar social e qualidade de vida dependem de processos sociais mais participativos que incorporem os conselhos e as estruturas de representação renovada e popular na gestão da coisa pública.

O foco inicial do trabalho da reforma é a revolução cultural que precisa ser operada na consciência das autoridades quanto ao quadro das prioridades, dos funcionários

nacionais na definição do custo social emergencial e no planejamento de longo curso para o atendimento das demandas da cidadania deve estar relacionada organicamente com o Estado através de estruturas de planejamento e participação que operem a partir de uma visão de democratização na direção da co-gestão. Um exemplo candente que vem sendo indicado pelos quadros do IBGE e apoiado pelo processo da

Ação da Cidadania é o do nexo exigente entre centralização e des-centralização dos recursos nacionais para obras de saneamento básico que podem e devem operar em várias formas de empreendimentos geradores de emprego e renda. E que, em sua eficácia, podem ainda integrar formas mais participativas a partir dos níveis de articulação e poder social local.

Os estreitos limites de uma auto-reforma do Estado estão fora de esquadro num momento de colapso e crise de representação. As reformas necessárias ultrapassam os limites de uma reciclagem das formas do Estado e de uma mudança técnico-administrativa. Integrada numa reforma social abrangente a reforma do Estado deve ter por centro a democratização mais do que a desregulamentação. Os impulsos político-culturais, os processos técnico-operacionais, a abrangência e os limites devem ser formulados tendo em vista metas, avaliando custos, inovando e consolidando projetos e formulando políticas.

O bloco político que buscar a reforma do Estado deve conseguir articular em termos práticos e hori-

zontes bem definidos o que se pretende alcançar adequando meios e fins, garantindo que os custos sociais do processo de reforma estejam organicamente conectados com as conquistas e políticas sociais que se pretende implementar. Mas a diversidade dos aparelhos estatais e das funções e políticas públicas, bem como dos modelos, projetos e formas de parceria, gestão e contratação que devem ser implementados podem e devem manter uma unidade na diversidade. Os setores populares; com seus interesses e demandas, os segmentos desorganizados cujas aspirações devem se refletir nas novas políticas e, por fim, os trabalhadores e quadros do Estado devem permanecer unificados como sujeitos ativos. Seus acordos e formulações estarão condicionados por uma cidadania que pode e deve ser consultada na hora em que estiver definida e acordada a primeira plataforma e forem desencadeadas as medidas de reforma que exijam confirmação e respaldo ou mesmo quando se necessite mobilizar a opinião pública e as comunidades para apoiar medidas e políticas que signifiquem impacto redistributivo.

Conclusão

A Reforma Social como parte do processo de revolução democrática no Brasil exige uma interação entre esses três conjuntos sobre os quais trabalhamos: representação e poder local; regulação e reestruturação econômica e alianças por dentro e por fora para a reforma do Estado. Só assim poderemos garantir uma mediação político estatal que não perca de vista a necessária conexão entre um novo bloco político e a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo ao da modernização autoritária.

Este é um processo de longo curso que deve conformar novos arranjos e pactos sociais ao longo de uma "radicalização democrática" que é a designação mais atual para a reforma social que caracteriza a busca de projetos estratégicos alternativos para o desenvolvimento brasileiro. Consideramos que estas reflexões nos permitem operar em outros contextos hegemônicos que podem advir dos deslocamentos de poder que devem nascer das eleições de 94. □

Seja assinante da revista **PROPOSTA**

REPRODUZA O CUPOM
AO LADO E
ENVIE PARA:

Revista PROPOSTA
Rua das Palmeiras, 90
CEP: 22270-070
Rio de Janeiro - RJ

OU FAÇA SUA
ASSINATURA
PELO TELEFONE:
(021) 286-1598

CUPOM DE ASSINATURA

Cheque nominal à FASE Vale Postal - Ag. Botafogo

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

CEP: _____

Cidade: _____

Estado: _____

Profissão: _____

Tel/Ramal: _____

Data: _____

Área de interesse: Sindicalismo Questões rurais Questões urbanas
 Comunicação Ecologia Outros

Assinatura Anual
10 URVs

Número Avulso
3 URVs

Exterior
US\$50.00

AÇÃO LOCAL: UMA NOVA OPÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA

Augusto de Franco

JOÃO ROBERTO RIPPER/IMAGENS DA TERRA



Lazer comunitário na favela da Maré.

Imagino que deverá voltar o tempo das “comunidades alternativas”. Tudo indica, porém, que elas não mais assumirão a forma de “ilhas” ou guetos, isoladas das sociedades realmente existentes à sua volta. Não serão mais baluartes proféticos, marcos simbólicos de contestação sócio-cultural, das estruturas

e dos valores do “mundo exterior”. Pelo contrário, serão comunidades reais – pequenas cidades, vilas, povoados rurais, bairros e até quadras e ruas das grandes metrópoles – que poderão se transformar em espaços ético-políticos alternativos.

Ao contrário das “comunidades contra-culturais” que proliferaram nas últimas décadas, sobretudo nos anos 70, e das quais ainda se encontram resquícios em alguns lugares, as novas comunidades alternativas deverão se constituir com base no que chamamos de Ação Local. Ou seja, não uma ação desligada da população local, mas integrante com esta população e, progressivamente, promovida por ela própria.

Não se fala aqui apenas, nem principalmente, do “poder local”, mas sim da **colaboração local** constituída pela iniciativa autônoma da sociedade civil, pela Ação Cidadã.

Freqüentemente esta Ação Cidadã deverá contar com a ação estatal nos seus diversos níveis e, em alguns casos, não se poderá prescindir da convergência de três esforços: os esforços da Ação Cidadã, da parceria sociedade-Estado e da ação estatal-governamental, parlamentar

Ao contrário das “comunidades contra-culturais” que proliferaram nas últimas décadas, as novas comunidades alternativas deverão se constituir com base no que chamamos de Ação Local.

e judiciária – nas esferas dos municípios e das outras unidades políticas do país e da própria nação. Mas a ausência do Estado não constitui impedimento para a sua realização.

Não se trata, também, de uma volta a primitivas formas sociais, já ultrapassadas historicamente pela Modernidade; nem, tampouco, daquele municipalismo sempre presente nas propostas formais de reforma do Estado.

A Ação Local é uma possibilidade e uma condição para materializar um outro estado do mundo no âmbito espaço-temporal onde realmente isto pode ser feito: **aqui-e- agora**, quer dizer, no presente de uma determinada localidade habitada por uma população de seres humanos concretos que têm **carecimentos sociais básicos que geram sofrimento**. Ou seja, que passam fome, que têm doenças endêmicas, que são analfabetos, que não têm casa, terra ou emprego.

A satisfação adequada desses carecimentos não pode ser obtida

AUGUSTO DE FRANCO – Professor de Física, coordenador do Instituto de Política e membro da Executiva Nacional do PT.

por uma ação global, desenvolvida no espaço genérico ou das grandes cidades e regiões. Nem pode ser alcançada num futuro tão distante que seja incapaz de aliviar o sofrimento e, mesmo, evitar a morte daqueles carentes de recursos mínimos de sobrevivência e de cidadania. Aliás, não existe a fome do continente, o analfabetismo do país, os "sem casa" da metrópole. Estas são abstrações necessárias – sem dúvida – para os levantamentos estatísticos e para as análises teóricas. Mas a fome que deve ser erradicada, para ficarmos apenas com um exemplo – é a fome concreta de pessoas concretas que têm um nome e um endereço (ainda que este possa ser o de uma posse clandestina ou o da sombra de um viaduto).

Assim, se alguns moradores de uma rua, de uma quadra ou quarteirão, decidem fazer um levantamento de quantos (e quais) habitantes deste local passam fome, eles podem perfeitamente desencadear uma Ação Cidadã, associada ou não ao poder público, para que ninguém mais ali passe fome. Tal não ocorrerá, todavia, se ao invés de praticar a solidariedade e exercer a colaboração (no presente) estes moradores "empacarem" na análise das causas estruturais da fome e ficarem apenas discutindo e planejando como atingir a raiz do problema através de uma ação global voltada para erradicar de vez a fome do país ou do mundo num futuro mais ou menos distante. Neste caso, enquanto as profundas reformas ou a grande revolução nacional ou mundial planejadas não chegam, muitos dos famintos desta localidade continuarão passando fome, adoecendo em virtude da falta de alimentação e, possivelmente, até morrendo.

O exemplo da fome, descrito acima, serve também para os demais carecimentos que afligem atualmente grande parte da humanidade.

Vejam os outros casos. Pequeníssimos habitantes de um pequeno município podem, facilmente,

***Muitos dirão, que a
Ação Local
desenvolvida para
atenuar os efeitos dos
carecimentos básicos
das populações é
superficial porque não
atinge a raiz dos
problemas.***

erradicar por completo o analfabetismo ali incidente através de uma Ação Local coordenada: talvez em menos de dois anos, talvez sem dispender nesta ação mais do que duas horas por dia e, talvez, sem nenhuma ajuda ou apoio estatal.

Mais um exemplo. Uma Ação Local desenvolvida em vários bairros de cidades de grande porte poderia promover a adoção e a recuperação dos meninos e meninas de rua, praticamente acabando com o problema, em poucos anos, em cada uma dessas cidades.

É óbvio que a Ação Local deve ser desenvolvida com uma perspectiva global pois os carecimentos humano-sociais básicos constituem realidades globais (e, como se costuma dizer, têm "causas estruturais"). O que não é óbvio nem razoável – mas continua sendo uma realidade entre nós – é tentar fazer o inverso, ou seja, pretender desenvolver uma ação global sob uma perspectiva local. Em outras pala-

***É óbvio que a Ação
Local deve ser
desenvolvida com uma
perspectiva global pois
os carecimentos
humano-sociais básicos
constituem realidades
globais.***

avras: para melhorar a situação do meu bairro, da minha rua do meu local de trabalho, apelo para o governo central, responsabilizo o Estado, o sistema social, enfim o gênero humano e imagino e planejo ações para que um poder superior algum dia chegue ao recanto do globo onde vivo com o fito de modificar uma realidade que eu mesmo posso transformar (mas que, por algum motivo, não o faço).

Pois bem. Qual é esse motivo pelo qual não alteramos, para melhor, a realidade na qual estamos inseridos se para tanto, em muitos casos já contamos com os recursos e os meios suficientes? Deixo esta pergunta "no ar". O leitor poderá encontrar sua própria resposta. Tentei uma solução teórica mais sistemática em outro artigo e aqui não seria o caso de reproduzi-la¹.

Vamos voltar, pois, ao nosso tema.

Muitos dirão, que a Ação Local desenvolvida para atenuar os efeitos dos carecimentos básicos das populações é superficial porque não atinge a raiz dos problemas e carece, ela própria, de dimensão histórico-social uma vez que não apresenta uma alternativa de desenvolvimento. De nada adiantaria acabar com a fome de uns enquanto a "máquina" geradora de fome e miséria continua produzindo mais fome e mais miséria num ritmo muito maior daquele que a ação solidária pode atingir. De pouco valeria acolher os desalojados se não se estabelecer políticas de reforma agrária e de plano emprego que evitem a expulsão do homem do campo e possibilitem que o trabalhador tenha condições de construir ou alugar sua casa.

Tais objeções são verossimilhanças, mas apenas parcialmente verdadeiras pois, se parece a todos evidente que a solução dos grandes

1- FRANCO, Augusto de. "Solidariedade como uma nova opção ético-política", Subsídios INE:SC, Brasília, outubro de 1993.

problemas estratégicos da maior parte das nações atuais exige o Estado como agente global de desenvolvimento, não ficou ainda tão evidente que somente o Estado é insuficiente para solucionar o conjunto destes problemas.

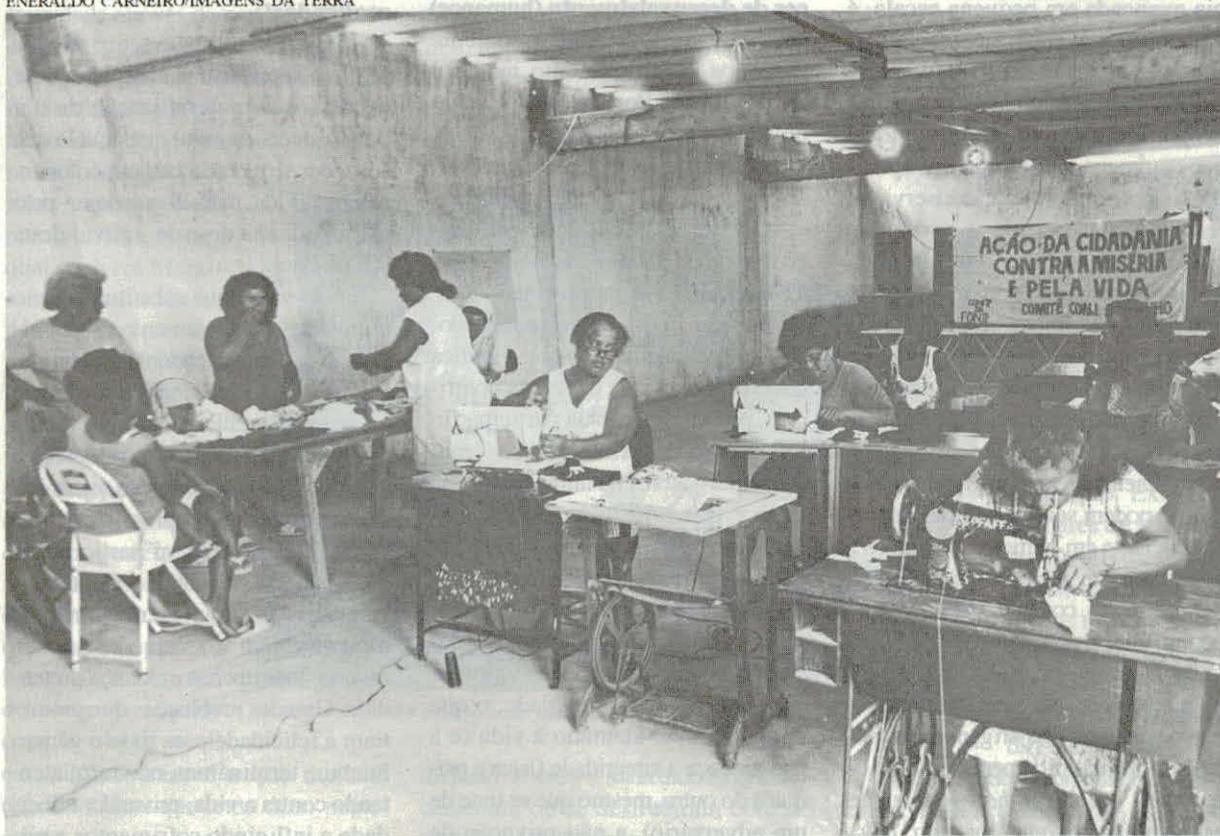
Explicando melhor: está claro que os investimentos prioritários, capazes de atender e solucionar os carecimentos básicos das populações, na maior parte dos países do

GENERALDO CARNEIRO/IMAGENS DA TERRA

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a Ação Local não é uma ação assistencialista, mas uma ação de desenvolvimento sob um novo ponto de vista.

cionados impasses, dentre os quais o mais urgente e premente é o de reverter a tendência para a apatização social verificada sobretudo no interior dos países menos desenvolvidos.

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, a Ação Local não é uma ação assistencialista, mas **uma ação de desenvolvimento sob um novo ponto de vista.** Ou seja, é uma ação adequada a um **novo padrão** de desenvolvimento, ambien-



Oficina comunitária de costura do Comitê da Ação da Cidadania do Conjunto Campinho.

globo, não poderão ser feitos sem a formulação de diretrizes estratégicas por parte desses países, sem programas de governo baseados em tais diretrizes e sem sistemas de alianças políticas e sociais capazes de dar condições de implementação a estes programas. O que talvez não esteja igualmente claro é a necessidade de propostas globais de Ação Cidadã que mobilizem amplamente as nações para esforço, haja vista que apenas os Estados, com seus

governos, não terão condições de superar os grandes impasses estratégicos colocados para os países do chamado "Terceiro Mundo" (onde se verificam, predominantemente, os carecimentos sociais básicos de que falamos) na transição para o século XXI. Além disso, é necessário que estas propostas globais de Ação Cidadã se materializem em projetos concretos de Ação Local, única forma de viabilizar e potencializar soluções alternativas para os men-

talmente seguro e eco-socialmente equilibrado: o **desenvolvimento sustentado**, entendido como aquele que cria condições para a sustentabilidade da própria sociedade humana.

Examinemos, para exemplificar, um problema característico do mundo atual: o desemprego. Trata-se de um problema global, sem solução nos marcos do atual padrão de desenvolvimento por motivos quase óbvios: a automação tende a invia-

bilizar o pleno emprego. A solução global – uma redução drástica da jornada de trabalho – dificilmente poderá ser implementada pois o país ou a empresa que a adotasse, dando o “primeiro passo”, ficariam expostos à ruína face à concorrência. Este é o típico problema que só terá como adequada uma solução **local**. A progressiva substituição do emprego em massa, em ambientes de grande escala pelo trabalho local, em empreendimentos vicinais e comunitários, com tecnologia avançada em pequena escala, é uma via possível para potencializar soluções alternativas. Grande parte das necessidades podem ser satisfeitas por um trabalho produtivo local que empregue **tecnologia apropriada** (isto é, aquela que conserva os recursos, não agride o ambiente, ajuda no trabalho e cria produtos socialmente úteis), com a vantagem adicional de dispensar o deslocamento das pessoas. Produção de energia e alimentos, construção, manutenção, decoração, mobiliário, vestuário e fabricação de alguns equipamentos e tecnologias da informação podem ser viabilizadas de forma eficiente em termos econômicos e adequada em termos ecológicos a partir do local, com a descentralização do trabalho. É uma solução que vai na linha da conquista da auto-suficiência na medida em que permite que o recurso a insumos de origem mais global seja necessário apenas quando os recursos e o *know how* locais não estejam disponíveis. Por outro lado, diferentemente do emprego em massa – que avilta o trabalho feminino, discrimina ou não incorpora satisfatoriamente os portadores de deficiências e exclui os idosos e os aposentados –, o trabalho local será mais “produtivo socialmente”².

Aqui estamos diante de uma Ação Local de desenvolvimento; mas – como dissemos – sob um outro ponto de vista. Este novo ponto de vista pressupõe uma mudança na visão de economia que adote como critérios, para além da qualidade produtiva, a **qualidade de vida**; em substituição

**Comunidades
realmente existentes
poderão se transformar
– através da Ação Local
– em espaços ético-
políticos alternativos.**

ao léu de uma “lógica” intra-econômica, a **ética na definição das prioridades**; e, por último, outros **índices de desenvolvimento** (humanos) em lugar de indicadores somente baseados no crescimento material da produção. Porém este já é um outro assunto.

Voltemos portanto, mais uma vez, ao que aqui centralmente nos interessa. Afirmo no início do presente artigo que comunidades realmente existentes poderão se transformar – através da Ação Local – em espaços ético-políticos alternativos. O que significa isso? Significa que devemos contribuir, por intermédio da participação local, para a universalização das grandes idéias-valores da humanidade, ou melhor, **que constituem humanidade: a promoção da vida e da liberdade e o alívio do sofrimento!**

O que chamamos de atuação ético-política é exatamente isto: regular a ação política pela idéia-valor de constituição de humanidade, o que engloba o não-atentado à vida (e a não-ameaça à integridade física e psíquica do outro, mesmo que se trate de um adversário), a não-privação da liberdade e a não-imposição de sofrimentos aos semelhantes (e, a rigor,

**Para assumir a
Humanidade como
idéia-valor reguladora é
necessário resgatar a
dimensão humana da
comunidade através da
participação ético-
política no local.**

como queria Gandhi, a qualquer ser sensível).

Assim, erradicar a fome, as epidemias e o analfabetismo, estimular a saúde, adotar e recuperar meninos e meninas de rua, acolher desalojados, apoiar e acompanhar a incorporação de flagelados, retirantes e desempregados em geral, em sistemas de trabalho local, constituem exemplos de participação ético-política **desde que – fique bem claro – sejam ações efetivamente realizadas!**

Para que o conteúdo ético da ação política se efetive é absolutamente necessária a materialização de um outro estado, ou seja, que aquele que sofre em virtude de carecimentos tenha mais vida, mais liberdade e – pelo menos alguma dose de – alívio deste sofrimento.

Não vale aqui substituir a ação efetiva pelo planejamento ou por algum movimento tendente a obter, no futuro, mais vida, mais liberdade e menos sofrimento para todos. Ainda que os planejamentos estratégicos e os movimentos organizados sejam imprescindíveis numa proposta global de Ação Cidadã, sem participação ético-política – a qual só pode se exercer, como tal, no presente –, não há mudança real do velho estado do mundo, mas apenas mudança pretendida. Grandes revoluções que prometiam a felicidade para todo o gênero humano terminaram, não raro, atentando contra a vida, privando a liberdade e infligindo sofrimentos a milhões de pessoas!

Todavia, por que devemos restringir nossa ação ético-política ao local ao invés de ampliá-la para todo o país e mesmo para o mundo? Creio que esta pergunta já esta respondida acima. Na verdade só é possível desenvolver uma participação ético-política tendo-se uma

2- FRANCO, Augusto de e DUARTE, Ozeas. “Brasil Futuro Presente. Diretrizes para a elaboração de um Projeto Estratégico Alternativo para o Brasil”, UFC, Fortaleza, 1993.

perspectiva global: a perspectiva da humanidade, cuja dimensão é, hoje, planetária.

Entretanto, a ação que concretiza este pensamento global só pode ser realizada no local, **onde se encontram as pessoas!** Assim, poderíamos dizer que o caminho para o universal passa pelo local. Para assumir a (constituição de) Humanidade como idéia-valor reguladora (que engloba e sintetiza todas as demais), é necessário resgatar a dimensão humana da comunidade através da participação ético-política no local. Isso porque é impossível alcançar a construção da humanidade futura – a utopia da comunidade planetária realmente humana, o mundo (dos seres humanos) totalmente moral, com o qual sonhava Marx – sem realizar mais-humanidade no presente pois, como já assinalai em outro lugar, o que leva a esta humanidade futura são as (mesmas) ações que constituem humanidade no presente³.

Não estou falando apenas de ter um objetivo ético para a luta política. Mas sim de **viver de acordo com o objetivo.** E

esta última frase é a que melhor resume tudo o que tento dizer neste artigo.

Ora, se viver de acordo com o objetivo significa, neste caso, desenvolver a Ação Local, entendida como participação ético-política na comunidade local, justifica-se então o nosso desejo de que se constituam, cada vez mais, “comunidades alternativas” no (novo) sentido assinalado aqui. Encontro-me agora plenamente convencido de que o mundo (só) pode assim ser alterado, ou melhor, de que o mundo (só) pode assim ser alterado; ou melhor, de que talvez não se trate tanto de transformar o velho mundo – como queria Marx – mas de criar um

mundo novo, de materializar um outro estado do mundo. Neste propósito o fundamental é **mudar a vida.** A vida **das pessoas** é que tem que ser mudada para além das coisas, estruturas e mecanismos.

Escrevi este artigo pensando naquelas pessoas que desejam ser **participantes** de uma opção política nova, seja porque não concordam ou porque não se sentem atraídas pela velha política que até hoje se pratica predominantemente nas instituições estatais (como os governos e parlamentos), pró-estatais (como os partidos) ou, ainda, nas organizações da sociedade civil de caráter corporativo (como os sin-

do uma nova institucionalidade que poderá emergir em breve.

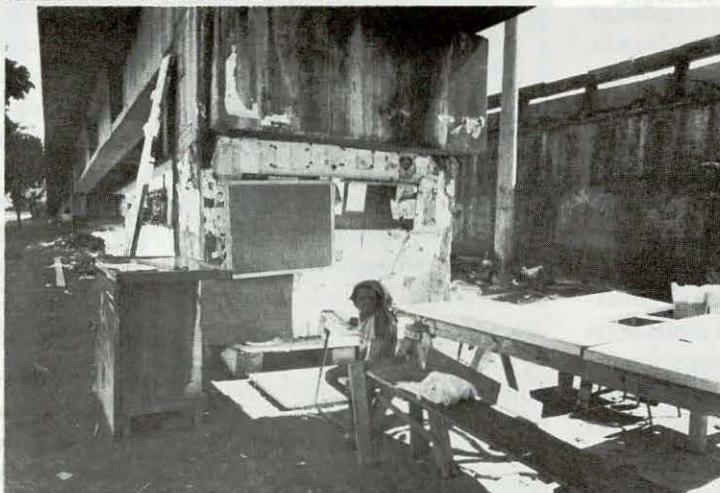
Se me é permitido, recomendo, portanto, a todos os que se afastaram por algum motivo da militância política tradicional, bem como aqueles que ainda não tiveram oportunidade de fazer política – seja porque não se sentem vocacionados para este tipo de prática, seja porque não têm confiança no **meio** da política e nos próprios políticos – a participação ético-política em projetos de Ação Local. Como é óbvio, esta observação vale também para todos os que continuam na “linha de frente” da atividade política (e que acham ser possível conciliar as duas coisas).

Sei que não é difícil. Basta começar. Aqui no Brasil já temos a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida na luta contra o Desemprego, reclamando e precisando da nossa colaboração. Existem milhares de municípios, povoados, distritos, bairros, quadras e ruas que podem ser “adotados” por nós e realmente modificados através da Ação Local.

Todo mundo surpreendentemente novo pode ser descoberto num **coletivo co-operante**: uma nova visão alimentar e terapêutica, uma nova concepção de educação, uma nova prática de gestão administrativa e política – com a introdução da co-decisão e do governo para as peculiaridades –, uma nova espiritualidade e, enfim, para não dizer que não falei de economia, elementos de um novo “modelo” de desenvolvimento humano. □

3- FRANCO, Augusto de. “A Humanidade como idéia-valor capaz de fundamentar um ‘modo ético’ para a política”. In: “**Nova Política**”, Instituto de Política, Brasília, 1993.

GIANNE CARVALHO/IMAGENS DA TERRA



Escola e moradia embaixo do viaduto na Praça da Bandeira.

dicatos). A estas – sobretudo às que se cansaram ou se desiludiram com a militância tradicional – quero dizer que dificilmente vão conseguir reencontrar o entusiasmo perdido sob uma nova sigla que abrigue antigas práticas e antigas estruturas políticas. Ainda que os partidos, os sindicatos, os governos e parlamentos continuem sendo necessários, não é necessário que todos participem desses tipos de instituições. Aliás, encaro hoje como fundamental a existência de múltiplas minorias envolvidas com outras experiências: social-públicas não-estatais, nem partidárias ou sindicais. Quem sabe estas minorias estejam – muitas vezes sem o saber – preparan-

PROJETOS ESTRATÉGICOS E PROJETOS NACIONAIS

Ricardo Salles

A discussão sobre projetos estratégicos para a redefinição dos rumos do desenvolvimento brasileiro tem se tornado cada vez mais freqüente, principalmente a partir dos anos 80. Com efeito, o esgotamento do regime militar e de seu modelo de crescimento econômico e organização social, bem como a reestruturação do capitalismo internacional e a falência do chamado socialismo real, tornaram evidente que a superação da crise econômica que, desde então se abate sobre o país, não depende apenas de fatores conjunturais tais como a derrubada da inflação, a retomada do crescimento econômico e a eventual volta dos investimentos internacionais. Tais fatores seriam as conseqüências do esgotamento de um modelo de desenvolvimento tomado num sentido mais amplo em que os próprios pressupostos dos diversos momentos de crescimento e fases de expansão da economia e da sociedade brasileiras nas últimas décadas estariam em questão. Para Cristovam Buarque, por exemplo, a crise atual seria mais uma crise de projeto, de conceito e de destino da modernidade brasileira do que meramente deste ou daquele modelo de crescimento econômico¹.

É esta perspectiva que adotaremos ao tratarmos da discussão sobre projetos estratégicos para o Brasil. Neste sentido, a questão diz respeito a um tempo de longa duração em que são consideradas as tendências seculares, os quadros mentais e as condições geopolíticas². Esta é uma dimensão típica do espaço na-

cional, da constituição histórica da nação, das classes sociais, da cultura e do Estado nacional.

Projeto imperial e identidade nacional

A afirmação dos Estados-nações é uma das grandes questões que marcam a história ocidental no século XIX. Até aproximadamente 1880, a noção do que seria uma nação era ainda vaga e inserida no contexto do pensamento liberal. O Estado-nação seria o grande elemento para a definição de uma nação. Fatores como língua, identidade nacional, raízes culturais etc pesariam menos³. Segundo Hobsbawn, três critérios seriam decisivos para um povo poder ser considerado como nação, além de uma existência numérica minimamente significativa: a) "... sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável"; b) "... existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito"; e c) "... uma provada capacidade para a conquista". Não haveria "... nada como um povo imperial para tornar uma população consciente de sua existência como um povo..."⁴. O pensamento eugênico convivia com a afirmação dos Estados-nações.

Deixando de lado os grandes acontecimentos europeus neste sentido – a constituição da Alemanha e da Itália enquanto nações modernas –, o

fenômeno teve sua marca americana na afirmação das novas nações egressas dos processos de independência contra as antigas potências coloniais. Aqui, ainda mais, os fatores étnicos, lingüísticos e culturais teriam pouco peso pelas próprias características das sociedades coloniais ligadas em suas tradições, folclore, língua e cultura às suas antigas metrópoles européias. Entretanto, mesmo a ligação a "um Estado existente" e a presença de uma "elite cultural estabelecida" eram fatores que estavam por constituírem-se nos próprios processos de independência. Quanto à terceira condição – "uma provada capacidade para

1-Palestra pronunciada na Conferência sobre Projetos Estratégicos Alternativos Para o Brasil, realizada em Brasília entre 10 e 15 de novembro de 1993.

2-Sobre o conceito de longa duração, conferir BRAUDEL, Fernand Escritos sobre a história, Editora Perspectiva, 1978, São Paulo.

3-Cf. Hobsbawn, Eric J., "Nações e Nacionalismo desde 1780, Programa, mito e realidade", Paz e Terra, São Paulo, 1991, p. 27 e ss. A partir de 1880, com o surgimento de uma política de massas, Hobsbawn identifica o surgimento do moderno nacionalismo baseado em fatores étnicos, lingüísticos, culturais etc que reivindicaria a formação de Estados nacionais a partir destas afinidades.

4-Idem, ibidem, pp. 49-50.

RICARDO SALES – Superintendente do Intercultura Brasil e autor de 'Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército', Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990 e de 'Nostalgia Imperial', no prelo.



O Brasil copia o modelo europeu

a conquista” –, evidentemente dependia em grande medida de um Estado forte dirigido por uma elite experimentada capaz de viabilizar material e moralmente eventuais veleidades expansionistas.

Na perspectiva mais ampla em que estamos tratando a questão neste momento, interessa salientar que a formação de um mercado mundial, resultante da expansão comercial européia e da expansão internacional do capitalismo a partir do século XIX, atribuiu uma nova dimensão ao papel do Estado enquanto elemento de afirmação nacional. Passou a existir, de forma relativamente independente do amadurecimento das condições internas, uma necessidade técnica que assegurasse a sobrevivência de um Estado nacional ante outros Estados competidores. Esta necessidade técnica se expressou em determinada capa-

cidade de ação militar e diplomática, de captação de recursos econômicos, financeiros e humanos internos e de recursos financeiros externos. Efeito de uma crescente globalização da economia e da política, o fortalecimento dos Estados nacionais na periferia do centro econômico irradiador guardou especificidades em seu papel interno de acordo com as condições das diferentes formações sociais: impulsionou o desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão; assegurou a existência de relações de produção pré-capitalistas através da modernização do Estado autocrático na Rússia; possibilitou a formação de um império escravista no Brasil.

Em parte o nascente império brasileiro era um caso à parte de seus vizinhos da América do Sul. Por um lado, a transmigração da família real portuguesa em 1808



Chá interiorano

A base para a consolidação do novo Estado imperial foi a existência generalizada de relações de produção escravistas consolidadas ao longo da história colonial. O projeto imperial, antes de mais nada, buscava um estar no mundo que legitimasse a sociedade escravista brasileira.

havia criado melhores condições para que o Estado português liquidasse pretensões de independência, como em Pernambuco em 1817. Por outro, as circunstâncias da independência – conduzida pela própria burocracia estatal transmigrada em aliança com os grandes proprietários escravistas – rapidamente permitiram que um forte Estado fosse o elemento principal na organização política da nova nação em contraposição às tendências que privilegiavam o atendimento a interesses imediatos locais e regionais no quadro da crise do antigo sistema colonial. A base para a consolidação do

novo Estado imperial foi a existência generalizada de relações de produção escravistas consolidadas ao longo da história colonial, estabelecendo um interesse comum entre os diversos setores regionais dos proprietários escravistas mediados pela ação de um aparelho estatal, constituindo-os assim numa classe dominante ao nível da nação. Este processo não se deu automaticamente e tampouco pacificamente: a instabilidade do Primeiro Reinado e as diversas tentativas de estabelecer autonomias e independências regionais do período regencial são uma evidência neste sentido⁵.

O fato é que, a partir de 1848-50, o Império consolidado e baseado na disseminação e na defesa do escravismo, buscava seu lugar no mundo das nações.

A construção histórica deste processo hegemônico demandou e produziu um aparato de Estado em sentido amplo, uma burocracia e uma inteligência, uma cultura e uma vida cultural capazes de, por um lado, imprimir uma direção política e cultural efetiva sobre o conjunto da sociedade e, por outro, de garantir a singularidade desta sociedade – e seus diversos interesses – no contexto internacional. Emergindo de um passado colonial e situado num contexto internacional cada vez mais interdependente pela expansão do capitalismo, o projeto imperial, antes de mais nada, buscava um estar no mundo que legitimasse a sociedade escravista brasileira. Para tanto, era necessário partilhar dos parâmetros civilizatórios dominantes do ocidente europeu e, ao mesmo tempo, afirmar a novidade americana do projeto imperial para a sociedade em formação. Como bem colocou Ilmar Rohloff de Mattos, se os fundadores da nova nação tinham os olhos “... na Europa porque tinham como ideal erigir um Império soberano, à semelhança dos estados nacionais europeus”, ao mesmo tempo, ameaçados pela política da Inglaterra de repressão

Forjou-se um padrão em que as questões de ordem econômica e social passaram a ser pensadas e referidas.

O fim do regime escravista não acarretou automaticamente o abandono deste padrão.

ao tráfico internacional de escravos, tinham os pés na América já que “...tornava-se necessário marcar a singularidade deste Reino...”⁶.

O projeto imperial, no que diz respeito à formação de um espaço nacional, também se apresentou como um resgate e uma superação da herança colonial na medida em que preservou a unidade territorial da América portuguesa e, ao mesmo tempo, afirmou a independência do país. Este projeto não significou apenas preservação física do espaço territorial mas, igualmente, sua valorização cultural e ideológica como marca particular da nova nação: a grandeza territorial brasileira. Do ponto de vista de suas relações com o restante da América independente, o Império, com sua grandeza territorial, sua solução monárquica com vínculos dinásticos a velhas monarquias europeias e sua peculiaridade cultural e linguística, além da marca escravista, representou sempre um antagonismo latente.

Temática de fundação e padrão excludente de relações sociais⁷

A estrutura econômica e social escravista esteve na base da formação do Estado nacional brasileiro e do próprio conceito de nação que este estimulou e buscou consolidar no plano da cultura. O projeto imperial definiu um terreno cultural e

político em que os valores e noções do substrato cultural ganharam a forma de uma temática nacional. Estes valores e noções tiveram sua existência marcada através de uma forma histórica determinada, isto é, na construção concreta de uma hegemonia de classe dos senhores de escravos durante o período imperial.

Apesar desta temática nacional ter sido historicamente produzida e, portanto, datada, ela teve – e, em certo sentido, ainda tem – a força de uma temática de fundação. Foi a própria entidade nacional, com suas definições ideológicas abrangentes tais como o caráter da nação e do povo brasileiros, lugar da extensão territorial e da riqueza natural nos destinos do país e uma filiação a um projeto civilizatório, que tomou corpo. Neste sentido, a definição deste terreno cultural transcendeu seu momento histórico de constru-

5-De modo semelhante, no Sul dos Estados Unidos, os interesses dos senhores de escravos coloniais se constituíram em interesses dominantes hegemônicos de toda uma sociedade nacional emergente, ainda que tivessem que partilhar o domínio sobre o aparelho de Estado com uma burguesia ascendente. As duas grandes sociedades escravistas articulavam-se em Estados nacionais mais sólidos do que aqueles presentes na maioria das demais nações egressas do processo de independência do continente americano. O Paraguai, com sua economia e sociedade baseadas na colonização autárquica das missões, constitui-se também em um outro projeto nacional mais homogêneo, ainda que em grande parte fora da esfera do mundo ocidental capitalista em consolidação. A outra exceção, no quadro geral de instabilidade política e social das novas nações americanas, foi o Chile, em que os interesses oligárquicos puderam articular-se num projeto político nacional estável e numa situação econômica proveitosa, em que o novo país apresentou-se como provedor de alimentos no ciclo de expansão econômica da Califórnia e da Austrália.

6-Mattos, Ilmar Rohloff de, “O Tempo Saquarema”, Hucitec, São Paulo, 1987, p. 126.

7-Versão ligeiramente modificada deste tópico se constitui na conclusão de Nostalgia Imperial, ainda no prelo.

ção, significando a definição de temas recorrentes que configuraram o terreno, os temas e os próprios meios que viriam marcar qualquer tentativa de alteração deste mesmo quadro hegemônico depois da superação formal da própria escravidão. Ela se constituiu no pano de fundo das grandes alterações das hegemonias de classe e só muito lentamente sofreu modificações significativas no decorrer do processo histórico de longa duração.

Mais que uma forma específica de organização econômica e social com sua superestrutura ideológica própria, forjou-se um padrão em que as questões de ordem econômica e social passaram a ser pensadas e referidas. O fim do regime escravista não acarretou automaticamente o abandono deste padrão. Este continuou a determinar o modo pelo qual a classe dominante continuou a encaminhar seus negócios e atividades econômicas. Desprovida de seus escravos, tratava-se de perpetuar seu controle sobre os demais meios de produção e assegurar força de trabalho abundante, disponível e barata. Para

tanto, a exclusão social e política, assegurada institucionalmente pelo regime liberal do Império, continuava sendo elemento imprescindível. A abolição do regime escravista e a ampliação formal dos direitos de cidadania a parcelas mais amplas da sociedade, sem a incorporação social e política efetiva dos novos cidadãos, perpetuaram a tensão social típica da matriz escravista da sociedade brasileira.

Como em qualquer outra parte, no Brasil, a afirmação da nação e do Estado nacional estão intimamente

relacionadas. A especificidade, com tantas definições dois grandes afastamentos em seus componentes. Em primeiro lugar, produziu um afastamento

entre classe dominante, Estado e nação. Para as classes dominantes (o emprego do termo no plural é intencional no sentido de marcar que este afastamento transcende o período histórico de dominação escravista) a nação sempre se apresentou como algo mais ou menos à parte, estrangeiro, mais ou menos colônia. Ocidentais, encontram-se em um país exótico do qual devem desfrutar com um povo estranho.

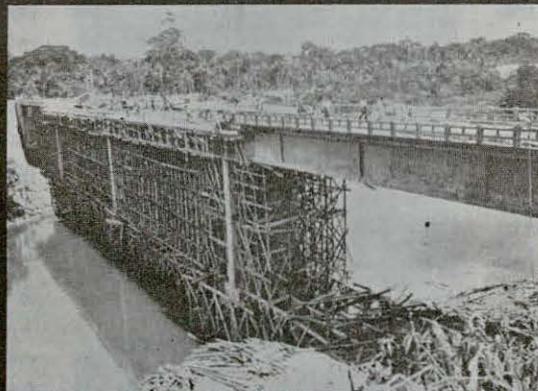
Em segundo lugar, a matriz escravista da nação produziu um outro afastamento entre seu povo e sua cidadania. Submetido a um Estado distante que organiza normas distantes e irrelevantes ou impróprias para sua vida cotidiana, o povo identifica-se com a nação por vias distintas daquelas dos direitos e da cidadania.⁸

Simbolicamente, a grande questão colocada pelo fim da monarquia e, principalmente, pela conjuntura pós-abolição foi a passagem do liberalismo – se quisermos acompanhar Roque Spencer Maciel – tradicional para a democracia. Esta passa-

gem não se completou com o estabelecimento da República Velha que manteve ciosamente as bases estreitas da cidadania brasileira. Posteriormente, ocorreram tentativas de grandes saltos em termos de progresso material sem que, contudo, a ampliação das bases da cidadania

8-A inadequação das normas em relação ao cotidiano popular foi tratada por Roberto da Matta, "Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma sociologia do povo brasileiro", 5ª edição, Guanabara, Rio de Janeiro, 1990.

M.DAVID ANDREAZZA/FOLHA DE SÃO PAULO



A "construção" da Transamazônica

BLOCH EDITORES



A indústria automobilística.

**Mais de cem anos
após a abolição e a
proclamação da
República, no
limiar do século XXI,
o país permanece com
níveis de exclusão
tão grandes ou mais
graves que então.**

tivesse sido colocada explicitamente como prioridade número um do país. Esta ocorreria mais ou menos como uma consequência automática dos progressos materiais realizados. O resultado é que mais de cem anos após a abolição e a proclamação da República, no limiar do século XXI, o país permanece com níveis de exclusão social e cultural, miséria absoluta e extrema pobreza tão grandes ou mais graves que então.

Projetos nacionais, desenvolvimento e exclusão social

Talvez, ao longo do século XX, o Brasil tenha sido o país que apresentou maiores índices de desenvolvimento econômico em todo o mundo. Entretanto, de acordo com a perspectiva histórica mais ampla que estamos adotando, nenhum dos grandes ciclos de desenvolvimento econômico que se seguiram ao fim da República Velha representou a quebra do padrão secular de exclusão das relações sociais brasileiras a que acima nos referimos. Isto é verdade tanto para a industrialização substitutiva das importações do período de 30 a 60, quanto para o "milagre" do regime militar que colocou a economia brasileira entre

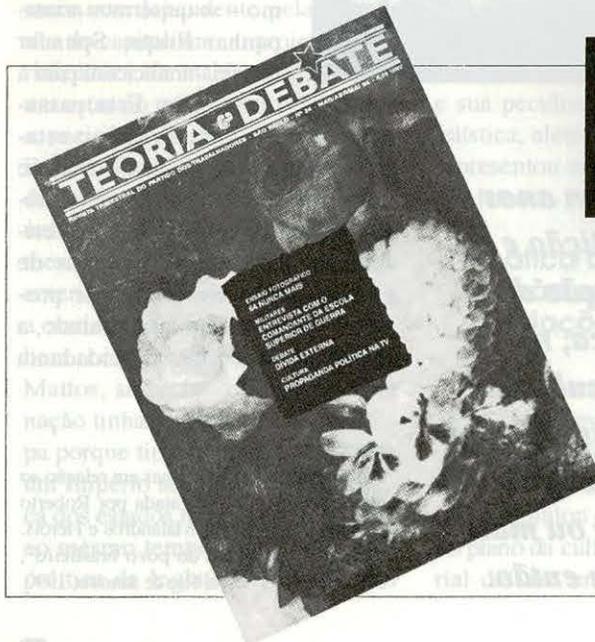


A construção de Brasília

*Nenhum dos ciclos
de desenvolvimento
econômico que se
seguiram ao fim da
República Velha
representou a quebra
do padrão secular de
exclusão das relações
sociais.*

as dez mais industrializadas do mundo ocidental. Sem dúvida, as modificações foram profundas: um capitalismo moderno, periférico, de base industrial e urbana encontra-se definitivamente instalado entre nós; o poder político e ideológico está em mãos de uma burguesia com formas diferenciadas de integração com o sistema capitalista internacional; as modernas tecnologias internacionais têm livre trânsito nesta sociedade; da mesma forma, ocorre uma integração internacional ao nível da disponibilidade dos bens simbólicos e do consumismo.

Amplios setores sociais beneficiaram-se destes ciclos de desenvolvimento econômico: para além da burguesia e das remanescentes elites agrárias, formou-se uma expressiva classe média e alguns setores mais integrados da classe operária. Ao todo, cerca de 30 a 35 milhões de pessoas. Uma Argentina ou quase uma Espanha. Entretanto, são cerca de 110 a 120 milhões de excluídos. Praticamente uma Nigéria e meia. Estes dados demonstram claramente que se alguma lição podemos tirar do desenvolvimento brasileiro ao longo do século XX é que este perpetua o sistema de exclusão social presente na formação mesma da nação. □



APÓIE UMA IDÉIA QUE DEU CERTO

**Faça uma assinatura e ganhe quatro
exemplares de edições anteriores
à sua escolha.**

Assinaturas:

**Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203-002 – São Paulo – SP**

Tel.: (011) 220-2103

Minas Gerais: (031) 222-3811

Nordeste: (085) 252-1992

EXCLUSÃO E MISÉRIA OU CIDADANIA E JUSTIÇA

Márcia da S. Pereira Leite
Haroldo Abreu

Trinta e dois milhões de brasileiros vivem em estado de indigência e miséria. Este número, conhecido desde o início da campanha Ação da Cidadania Contra a Miséria Pela Vida, chocou a todos. Neste país, entretanto, contamos às dezenas de milhões as pessoas submetidas às várias formas de exclusão.

Vinte milhões de brasileiros são analfabetos. Doze milhões de pes-

elevando para aproximadamente 45% da PEA aqueles trabalhadores em condições de sub-remuneração e instabilidade.

O desemprego é devastador e crescente (especialmente nos três últimos anos), embora parcialmente oculto nas estatísticas pelo trabalho precário e o mercado informal. A taxa de desemprego aberto em 1990 – certamente subestimado –

era de 3,7% da PEA, o que significava cerca de 2 milhões e 400 mil trabalhadores sem trabalho e sem renda. Contudo, em 1992, atingia 15% da população economicamente ativa da maior metrópole do país.¹

A dimensão dessa exclusão nos coloca duas claras opções: incorporação efetiva dessas massas pauperizadas e estigmatizadas por sua pobreza à cidadania ou *apartheid* social.

NANDO NEVES



Trabalhador ferroviário.

J.R. RIPPER



Menino trabalhador rural.

GLIANNE CARVALHO



Lavadeira na Rocinha.

soas trabalham em troca de um salário menor do que o mínimo legal, o que corresponde a 20% da população economicamente ativa. Quatorze e meio milhões de trabalhadores não têm carteira assinada, percebendo assim salários rebaixados e sem ter acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. Outro tanto se insere na categoria de trabalhador por conta própria que, como se sabe, incorpora formas precárias de emprego como o de biscate,

*O ainda frágil
exercício da cidadania
entre nós está
intimamente
associado à
persistência de uma
forte inorganicidade
na sociedade brasileira.*

¹Fonte: Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil, n.1, IBGE (Dados da PNAD 90). Observar que a população economicamente ativa (PEA) era constituída de 64.467.981 pessoas. A taxa de desemprego em São Paulo foi calculada pelo DIEESE e publicada no Jornal do Brasil, de 2 de maio de 1993.

MÁRCIA DA S. PEREIRA LEITE – Socióloga, professora da UFRJ.

HAROLDO ABREU – Sociólogo, técnico do PIC/FASE Nacional.

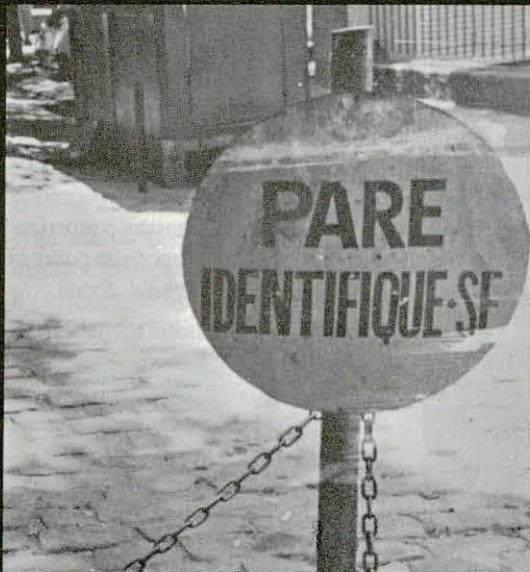
A razão cínica escolhe a segunda opção. Demonstrando que na sociedade brasileira nunca se apagou de fato a identificação das classes populares como classes perigosas, nas grandes cidades discute-se sem pejo como formalizar e legalizar a segregação espacial. Até há pouco tempo, os grandes condomínios, as grades e a privatização de ruas públicas protegiam os mais favorecidos

As indefinições político-institucionais vêm colocando para a sociedade civil não só a possibilidade mas também a necessidade de ação autônoma.

O ainda frágil exercício da cidadania entre nós está intimamente associado à persistência de uma forte inorganicidade na sociedade brasileira, à prevalência, em grande parte de seu território, de valores e práticas patrimonialistas e clientelistas, a uma relativamente recente e restrita cultura política democrática.

De meados dos anos 70 ao final dos 80, a emergência de uma cons-

MARCELO OLIVEIRA/IMAGENS DATERRA



Condomínio com grades e guarita

NANDO NEVES/IMAGENS DATERRA



Miséria no centro do Rio

dos mantendo os outros fora de seus domínios e limites. Agora essa lógica começa a ser invertida – particularmente no Rio de Janeiro – e a questão é como manter os subalternos dentro de guetos, quais as formas de controle e repressão para tanto necessárias, como impedir que circulem nas áreas públicas de lazer etc.

A mesma ótica perversa de exclusão orienta os empresários neoliberais tupiniquins que optam por reestruturar, flexibilizar e terceirizar, ampliando cada vez mais o desemprego estrutural e o contingente de miseráveis, sem se sentirem comprometidos com a produção de alternativas geradoras de emprego e renda, ou seja, de políticas de incorporação desses segmen-

tos ao sistema de produção e consumo. Por outro lado, pesquisa do DIEESE demonstra que também para os trabalhadores que permanecem inseridos no mercado a terceirização vem significando deterioração das condições de trabalho e salário.²

Este artigo toma partido pela primeira opção, considerando a cidadania uma alternativa estratégica para a sociedade brasileira. Esta perspectiva envolve priorizar o exercício ampliado da cidadania como incorporação dos excluídos ao patamar de direitos já conquistados, como ampliação do corpo de direitos publicamente reconhecidos e, finalmente, como possibilidade de redefinição do sentido de ser cidadão.

ciência de direitos dentre as classes subalternas, a articulação de diversos sujeitos políticos na sociedade civil e o fato da esquerda assumir-se como herdeira da luta por direitos de cidadania, por reformas sociais e democráticas constituíram elemen-

2-Pesquisa do DIEESE identificou nos casos de terceirização analisados os seguintes efeitos sobre as condições de trabalho: diminuição dos benefícios sociais (em 72,5% dos casos); salários mais baixos (67,5%); ausência de equipamentos de proteção e falta de segurança/insalubridade (32,5%); trabalho menos qualificado (17,5%); trabalho sem registro (7,5%); jornada mais extensa (5%) e perda de representação sindical (5%). Fonte: Jornal do Brasil, 3 de junho de 1993.

tos centrais para a incorporação do tema da cidadania à agenda política brasileira e à ordem institucional-legal representada pela Constituição de 1988. Ainda assim, a identidade de cidadão não se generalizou nem a ação política coletiva por direitos se consolidou no país.

A esta debilidade – digamos – estrutural se soma outro fator conjuntural: a crise ético-política que o país atravessa e que se sobrepõe à chamada crise dos sujeitos políticos, dos movimentos sociais, sindicatos, partidos etc, alimentando o descrédito dos brasileiros, imersos na apatia ou na indignação impotente, com a política.

Apesar dos pesares, não nos parece haver outra escolha possível para o campo democrático. Os primeiros resultados da campanha Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida revelam sinais das dificuldades acima apontadas, mas também uma consciência crescente da crise do Estado brasileiro (no sentido forte de crise ético-política combinada à falência do modelo de desenvolvimento e do padrão de acumulação e não estritamente como crise fiscal ou de regulação estatal excessiva, como querem os conservadores neoliberais).

Esta crise vem nos propiciando viver uma experiência singular ao se combinar com o que poderíamos referir enquanto passagem de uma situação de Oriente para Ocidente, nas condições específicas de um longo processo de transição democrática em que o Estado excludente e ditatorial deixava de ser tudo e a sociedade civil buscava constituir sua organicidade.

A crise do Estado brasileiro, ao nível federal, estadual e municipal, expressa-se também como crise institucional e perda de poder de atuação, normatização e integração da esfera pública. As indefinições político-institucionais vêm colocando para a sociedade civil não só a possibilidade mas também a necessidade de ação autônoma, em comple-

Os atores sociais são interpelados no sentido de atuarem, “para o bem ou para o mal”, independente do Estado, contra o Estado ou apesar do Estado.

mentaridade ou em oposição à ação e, em alguns casos, à inação estatais. Diversamente da tradição que caracteriza a sociedade brasileira, os atores sociais são interpelados no sentido de atuarem, “para o bem ou para o mal”, independente do Estado, contra o Estado ou apesar do Estado.

Uma das possibilidades abertas é um engajamento real da cidadania na busca de justiça e equidade. Escolher essa direção envolve romper com a lógica da exclusão e da produção/acentuação de desigualdades sociais e de miséria, o que exige uma reorientação ético-político-institucional das finalidades e atribuições do Estado. Esta escolha é inseparável de uma estratégia de publicização do Estado, isto é, de sua subsunção à opinião pública e aos interesses e vontades majoritários na sociedade civil.

Justiça e equidade supõem uma efetiva democratização e desprivatização do Estado. Por um lado, exigem superar a tradição oligárquica, patrimonialista, corporativista e clientelista da ordem política nacional. Por outro, implicam em um grande embate com as estratégias políticas e os interesses econômicos sob influência do neoliberalismo.

O diagnóstico neoliberal faz de um suposto “excesso de Estado” a fonte maior da crise econômica.

lismo. Trata-se, portanto, de um enfrentamento tanto com o “velho” quanto com o “novo” conservadorismo que frequentemente estão articulados no processo social e político.

O diagnóstico neoliberal faz de um suposto “excesso de Estado” a fonte maior da crise econômica. Tributação demasiada, controles excessivos sobre as relações de trabalho e o sistema produtivo, que se somariam à crise fiscal e ao déficit público, estariam gerando a diminuição dos investimentos privados e o desemprego e propiciando o esgotamento do modelo de desenvolvimento e do padrão de regulação sócio-política da força de trabalho até então existentes.

Recursos escassos seriam ainda malbaratados. A corrupção seria favorecida pelo gigantismo do aparelho de Estado e as correlatas dificuldades de controle e fiscalização, mas sobretudo o corporativismo das classes subalternas aprisionaria a esfera pública, imobilizando-a. Estes efeitos perversos da lógica corporativa de ampliação dos direitos sociais de cidadania em nosso país justificariam romper a relação entre cidadania e direitos sociais, quer no mundo do trabalho, quer quando propiciados por políticas públicas.

A solução proposta – retorno ao mínimo Estado possível – sustenta a necessidade de uma administração racional da escassez de recursos, entendendo racionalidade como compatibilidade com as leis do mercado e considerando as demandas por ampliação de direitos como espúrias porque unificadas todas sob o emblema do corporativismo. A incorporação dos subalternos está prevista pela via da integração ao mercado de trabalho e consumo, descartando inclusive o padrão liberal-democrático de universalização de direitos sociais.

O argumento relativo à capacidade do mercado solucionar as carências sociais não se enfrenta diretamente com a dimensão dos ex-

cluídos do sistema assinalada acima pois um subtexto percorre toda esta formulação: entre racionalidade da acumulação e justiça social, entre eficiência tecnocrática e equidade, a primazia não só temporal mas substantiva cabe ao primeiro termo.

A opção pela cidadania, fundamentando-se em princípios ético-políticos diferenciados, atribui prevalência, nesta equação, à justiça e equidade como condição dos cidadãos – e não apenas do capital – emanciparem-se da necessidade.

Contudo, não há porque sermos politicamente ingênuos nem maximalistas. Há que reconhecer que tanto a crise econômica quanto a crise do estado modernizador-corporativista são reais, assim como a reestruturação capitalista em curso no mundo globalizado e não apenas no Brasil define-se como um processo irreversível em largo prazo. E, ainda, que eficiência e equidade não são termos opostos em um jogo de soma zero. Ambas constituem conquistas da humanidade e podem ser combinadas ética e politicamente em estratégias democráticas.

Se os neoliberais recusam essa possibilidade, o fazem visando impor uma dinâmica econômica orientada estritamente pelas exigências da livre acumulação em oposição à auto-regulação da sociedade mediante o exercício de uma cidadania democrática.

Cabe, assim, ao campo democrático formular e negociar políticas públicas alternativas em todos os níveis – federal, estadual e municipal – do Estado, que obriguem a confrontação dessa dinâmica naturalizada e mistificada “da mão invisível do mercado” com as opções sócio-politicamente construídas.³

Esta perspectiva envolve reconhecer a necessidade de pactuação para definir prioridades, conteúdos e abrangência das políticas públicas bem como para estabelecer formas de controle público da/pela cidadania sobre as mesmas.

A legislação penal e o poder judiciário, que de acordo com os preceitos jurídicos do próprio liberalismo burguês deveriam garantir direitos iguais, preservam e reproduzem os privilégios patrimoniais.

Participação cidadã e superação da exclusão social

No Brasil, como em qualquer sociedade capitalista, os direitos de cidadania estão centrados no predomínio do direito privado sobre o direito público ou, mais precisamente, nos direitos essenciais à acumulação de capital. Contudo, entre nós, este *ethos* burguês mescla-se e confunde-se com o patrimonialismo, que subordina os interesses públicos aos interesses privados das classes dominantes, como se estes fossem únicos e exclusivos. Poder público e poder privado são entendidos como irmãos siameses com um único corpo: a propriedade privada.

A indistinção entre direitos e privilégios ainda prevalece em nossa cultura jurídico-política. Vive-

Neste país – onde estudar ainda é um privilégio de poucos – valoriza-se uma cultura bacharelesca e/ou tecnocrática que reproduz e massifica os valores e o saber instituídos.

mos em um país em que o “ladrão de galinha” – que rouba para matar a fome – e os “invasores de terras” – que ocupam um pedaço de solo por não terem aonde morar e/ou plantar – são rapidamente reprimidos, presos e condenados. Enquanto isso, sonegadores fiscais, fraudadores de verbas públicas e corruptores dos poderes representativos desfrutam de foros especiais, respondem a processos em liberdade (quando são processados) e raramente são presos e condenados. A legislação penal e o poder judiciário, que de acordo com os preceitos jurídicos do próprio liberalismo burguês deveriam garantir direitos iguais, preservam e reproduzem os privilégios patrimoniais.

Em nossa sociedade existem ainda múltiplos outros espaços sociais em que exercer direitos é um privilégio. O patrimônio privado é o princípio e o fim mas não o único meio de exclusão. Neste país – onde estudar ainda é um privilégio de poucos – valoriza-se uma cultura bacharelesca e/ou tecnocrática que reproduz e massifica os valores e o saber instituídos em detrimento do desenvolvimento das manifestações culturais democráticas, populares e instituidores de novos direitos e padrões de vida.

Além de patrimônio e escolaridade apropriados privadamente, a cultura de privilégios traz a marca de nossa herança colonial-escravocrata. Valores abertamente racistas ou transmutados em preconceitos sócio-econômicos dominam a consciência de nossas elites, quase que exclusivamente brancas, de origem européia. A discriminação racial atinge também outros não-brancos como os mestiços descendentes de negros e índios e se reproduz sob formas de discriminação regional

3-Sobre esta relação, consultar: S. H. Abranches, “Política social e combate à pobreza. A teoria da prática”, in: S. H. Abranches et alli (org.) Política Social e Combate à Pobreza, RJ, Jorge Zahar Ed., 1987.

contra os nordestinos e os povos da floresta.

Certamente não é por acaso que negros e mestiços não detentores de propriedades e com pouca escolaridade predominam entre a população carcerária, entre os favelados, os sem-teto e outros excluídos dos direitos urbanos, entre os que migram em busca de alternativas do campo para a cidade, do Norte para o Sul etc. Para os herdeiros da tradição colonial-escravocrata esta subcidadania é naturalizada como a expressão de “uma sub-raça” destinada a servir e não a participar (nas)

Não é por acaso que negros e mestiços não detentores de propriedades e com pouca escolaridade predominam entre a população carcerária, entre os favelados, os sem-teto e outros excluídos dos direitos urbanos.

da cidadania pela metade feminina de uma sociedade organicamente machista e patriarcal.

Por tudo isto, parece difícil que as elites tradicionais – identificadas com valores burgueses, patrimonialistas, bacharelescos ou tecnocráticos, de superioridade européia e machistas-patriarcais – reconheçam que os trabalhadores, os não-proprietários, os pouco escolarizados, os “de pele escura”, as mulheres, os favelados, os sem-teto ou sem-terra, os excluídos do mercado formal, os famintos etc possam ser cidadãos com voz ativa no processo

J. R. RIPPER/IMAGENS DA TERRA



Favela Nova Holanda.

ou partilhar das conquistas da humanidade.

Apesar de terem conquistado espaços no mercado de trabalho, no processo político e em muitas outras esferas da vida social, a maior parte das mulheres também persiste em situação de subalternidade, em casa e no trabalho, na vida pública e na vida privada. Assédio sexual e violência doméstica completam o quadro das condições de exercício

Uma vitória eleitoral da esquerda nas próximas eleições pode despertar esperanças adormecidas e liberar energias até então desconhecidas pela sociedade brasileira.

político ou no cotidiano das relações sociais.

Por outro lado, contudo, os apartados do exercício privilegiado dos direitos só serão reconhecidos como cidadãos se possuírem voz ativa para conquistar direitos, para participar da constituição de novos consensos políticos e novos blocos histórico-renovadores.

O enfrentamento desta tradição de exclusão social, política e cultu-

ral pode ser definido como central e insubstituível em qualquer estratégia de constituição de uma democracia de massas promotora de equidade e justiça social. Sem a participação ativa das classes, etnias, gêneros e demais grupos subalternos na ampliação da esfera pública e na politização da esfera privada, fazendo valer os direitos e a voz ativa de uma nova cidadania, os discursos valorizadores da justiça, da equidade e da emancipação social podem se perder em retóricas abstratas e formais, sem sujeitos que as objetivem, sem atores para lutar, negociar, fazer acordos e compartilhar a direção social e política sem submissão a vontades alheias.

Esta "utopia democrática" parece distante quando olhamos para a inércia da sociedade brasileira, para a atual apatia dos movimentos sociais dos subalternos e para a descrença política de uma cidadania passiva e submissa. Mas uma vitória eleitoral da esquerda nas próximas eleições – sem dúvida as mais importantes de nossa história republicana – pode despertar esperanças adormecidas e liberar energias até então desconhecidas pela sociedade brasileira. O risco é a de uma explosão passional contra os históricos opressores ou simplesmente para matar a fome, exercer o direito de morar e de trabalhar. As tensões das injustiças sociais são tão agudas que não precisam ser estimuladas para explodirem: basta serem liberadas das condições de coerção hoje existentes.

O que está em questão é se a cidadania continuará sendo um privilégio de poucos, reproduzindo a nossa tradição social e política de apatidão.

Sem uma direção ético-política e uma estratégia processual que traduzam essas paixões reprimidas em participação cidadã e vontade democratizadora das relações sociais, os riscos são inimagináveis. Apesar desta possível liberação de novas energias sociais, o debate estratégico das forças progressistas ainda se encontra limitado às táticas e alianças eleitorais e à formulação de programas de governo.

Sem propostas para articular e oferecer alternativas de políticas públicas e participação institucional a uma cidadania emergente, os êxitos eleitorais e administrativos, objetivamente possíveis, poderão ser frustrantes da perspectiva de constituição de uma democracia de massas como processo de superação dos privilégios, injustiças e desigualdades. (Não falamos aqui das possibilidades de fracasso político-administrativo de um governo democrático-popular, o que provavelmente levaria o processo de democratização a um colapso, mas sim

do significado da participação dos subalternos como cidadãos ativos da soberania popular.)

A experiência social-democrática europeia, ao longo do século XX, foi sem dúvida eficaz na promoção do desenvolvimento econômico com ampliação e garantia de direitos dos subalternos ao consumo e bem-estar. Mas foi ineficaz na promoção de uma consciência cidadã que se identificasse com os valores de autogoverno da sociedade, de autogestão do trabalho e de todas as intuições sociais, com a superação das relações desiguais de poder no mundo da produção, no domínio territorial (urbano e rural), na família e em todos os espaços públicos e "privados" da existência social e política.

Ultrapassar, nestes termos, a experiência social-democrática é o desafio de uma conjuntura rica em cenários alternativos. Por trás da disputa de governo e estratégias político-partidárias temos uma disputa pelo sentido da cidadania. O que está em questão é se a cidadania continuará sendo um privilégio de poucos, reproduzindo a nossa tradição social e política de apatidão; se vai se consolidar como posse privada (individual e corporativa) de direitos civis, políticos e sociais ao estilo dos modernos estados liberais, democratizados e provedores de bem-estar; ou se será capaz de afirmar os diferenciados seres sociais como atores de um processo de democratização e emancipação social. □

RAÍZES VEIO PARA FICAR

Leia e assine o Boletim que fala da terra e da gente do Ceará

Assinatura (4 números por ano) US\$2

Instituto da Memória do Pvo Cearense – IMOPEC
Av D. Manuel 1197 – Fortaleza – CE
Fone: (085) 226-1947



ROMPENDO COM O CÍRCULO VICIOSO DA EXCLUSÃO

Telma de Souza

PROPOSTA – Como você avalia a nossa tradição de exclusão política e quais as características mais importantes para serem enfrentadas e revertidas dessa tradição?

TELMA DE SOUZA – O “modelo liberal” implantado no Brasil promoveu a separação entre liberalismo e democracia. O povo e suas reivindicações sempre foram encarados como “caso de polícia”. O Estado centralizador deveria conduzir, “dar organicidade” à Nação em oposição aos interesses mesquinhos dos indivíduos.

Só que apesar da expansão estatal iniciada na década de 30, não se constituiu no país uma esfera verdadeiramente pública. Há uma extraordinária resistência à mudança na estrutura política brasileira, isto é, no padrão de articulação formado pelas classes proprietárias no exercício da dominação.

Eu gosto muito da análise feita pelo professor Florestan Fernandes no livro “A Revolução Burguesa no Brasil” que é mais ou menos a seguinte: as novas classes, frações ou camadas sociais produzidas pelas transformações capitalistas são incorporadas ao poder sem, entretanto, excluírem os agrupamentos que até então eram dominantes. O resultado é que o Estado acaba fazendo o papel de “grande mãe” das elites, novas ou decadentes. Daí vivermos o paradoxo de um aparelho estatal privatizado, que durante muitas décadas foi capaz de expandir-se ao mesmo tempo em que não era capaz de implementar, com autonomia, políticas públicas.

Vou citar dois exemplos recentes: o que foi a história do governo José Sarney senão a reincorporação ao cenário político de atores que gozaram as benesses da ditadura? E o governo Collor, o que fez senão articular interesses de um grupo privado de Alagoas ampliando com isso – mas não excluindo – o arco de apoio montado na aliança democrática?

Para acabarmos com esse círculo vicioso que causa a exclusão política é preciso romper essa aliança e conduzir ao poder novos setores com capacidade de transformar em nacionais as demandas da maioria.

Este é o famoso “pacto das elites”. Não posso deixar de encerrar a aliança entre Fernando Henrique Cardoso e Antonio Carlos Magalhães como uma nova tentativa de segurar as mudanças estruturais necessárias para de fato reconduzir o Brasil ao desenvolvimento.

Fazendeiros, senhores de engenho/usineiros, coronéis, grande empresariado são os “donos do poder” no Brasil. Para acabarmos com esse círculo vicioso que causa a

exclusão política é preciso romper essa aliança e conduzir ao poder novos setores com capacidade de transformar em nacionais as demandas da maioria.

PROPOSTA – O processo de democratização dos últimos dez anos trouxe alguma ruptura com essa tradição? O que mudou e o que se conservou?

TELMA DE SOUZA – Com certeza existem rupturas nessa tradição autoritária. O próprio fato de estarmos levando adiante e aperfeiçoando nosso sistema democrático – com eleições regulares, com a incorporação da grande massa de analfabetos e jovens ao eleitorado, com sindicatos e imprensa livres e partidos que se esforçam para ser mais do que aglomerados de políticos – acaba criando uma espécie de “cerco” à forma de conduzir a política entre quatro paredes. Os episódios do impeachment, das CPIs do orçamento e do jogo do bicho, se ainda não têm os resultados que esperamos, mostram que há um repúdio nacional crescente contra a

TELMA DE SOUZA – Pedagoga e advogada, pós-graduada em Psicologia da Educação com extensão universitária pela London University. Vereadora por Santos em 1982. Eleita Prefeita de Santos pelo Partido dos Trabalhadores em 1988. Ao final do seu mandato, em dezembro de 1992, Telma apresentava um dos mais altos índices de popularidade já obtidos por um prefeito: 84% de ótimo e bom. Atualmente Telma de Souza é Secretária Nacional de Assuntos Institucionais do PT e candidata a Deputada Federal pelo PT/São Paulo.

apropriação de maneira privada do que é público. O que não mudamos ainda são as condições sociais que fazem de milhões de brasileiros cidadãos de direito mas não de fato. É difícil você obter participação de quem está preocupado em garantir o pão do dia seguinte. É difícil transformar crianças abandonadas em cidadãos conscientes de seus direitos. Esta é a transformação essencial que o próximo governo terá que promover.

PROPOSTA – Como enfrentar, nos dias de hoje, o processo de exclusão política na sociedade brasileira?

TELMA DE SOUZA – Em primeiro lugar recuperando o Estado. Tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista político, é preciso que o país sinta que há autoridade pública, que o Estado tem um projeto para conduzir o Brasil. A política de investimentos do Estado e seu direcionamento político terão que reverter, fundamentalmente, o terrível processo de concentração de renda do país. Além de garantir a democracia, é preciso que o Estado seja também um agente da igualdade.

Para isso é preciso descentralizar. É nos municípios que as pessoas vivem e tornam-se cidadãos. É nas cidades que elas encontram mais facilidade para participar – conhecem os políticos, se interessam pelos temas que alteram diretamente suas vidas. Creio ser fundamental recuperar, na prática, a noção de cidadania.

PROPOSTA – Quais devem ser os compromissos de um governo democrático nestas circunstâncias que você descreveu anteriormente?

TELMA DE SOUZA – Um governo realmente democrático não poderá voltar as costas para os grandes dramas nacionais: a fome, o desemprego, a saúde e a educação (ou a falta delas) e o transporte público. O compromisso deve ser o de um enorme esforço para acabar com os fatores que são os maiores

responsáveis pela exclusão do povo brasileiro não só da política, mas da própria vida. Assim, não há como não promover a reforma agrária, investimentos maciços na saúde pública, na educação e na inversão da prioridade dada ao transporte privado no Brasil, para o planejamento e o investimento em transporte público, com especial destaque para hidrovias e ferrovias.

Se os cidadãos têm direito de participar, eles devem poder opinar sobre a administração pública com mais freqüência do que vão às urnas.

PROPOSTA – Como um governo democrático pode contribuir para que os diferentes segmentos da cidadania, especialmente os tradicionalmente excluídos da participação política, participem como cidadãos ativos de uma nova sociedade?

TELMA DE SOUZA – Em primeiro lugar, repito, descentralizando o poder e também recursos para os municípios. Se os cidadãos têm direito de participar, eles devem poder opinar sobre a administração pública com mais freqüência do que vão às urnas. Eles devem poder decidir quais as prioridades do orçamento municipal (Porto Alegre e Santos têm experiências interessantes de orçamento participativo), decidir como administrar as escolas de seus filhos,

Um instrumento imprescindível para estimular e embasar os cidadãos que desejam participar é a comunicação.

opinar sobre os gastos com saúde, sobre a necessidade ou não de obras. Isso deve ser feito nas cidades. Lá também é mais fácil criar conselhos e obter a participação.

É também a disposição de transferir os recursos necessários para os municípios.

Um instrumento imprescindível para estimular e embasar os cidadãos que desejam participar é a comunicação. É preciso dar publicidade (tornar público) a todos os atos e projetos públicos e garantir agilidade na prestação de informações aos cidadãos.

A Constituição prevê a realização de plebiscitos, referendos e de iniciativas populares na proposição de leis. O próximo governo deve ter a preocupação de regulamentar e estimular essas práticas. E, sobretudo, isto tudo não pode ser só retórica pois a participação será tão maior quanto mais as pessoas percebam que gera resultados concretos.

PROPOSTA – Os aparelhos de Estado e as diferentes agências de governo são adequadas para a promoção e realização dessas mudanças? Se não são, o que precisa ser política e institucionalmente reformado no Estado brasileiro?

TELMA DE SOUZA – Não, não são. É preciso uma ampla reforma. Do ponto de vista administrativo, além da exagerada centralização, que já citei anteriormente, é preciso rever a competência de vários órgãos que acabam se sobrepondo e fazendo a mesma coisa. A burocracia é exagerada e torna lento o processo decisório. Além disso, ela incha os setores-meio do governo e reduz o número de funcionários que atendem diretamente ao público.

O funcionalismo parece desmotivado diante dos baixos salários da maioria, de questões ligadas à carreira, da falta de programas de reciclagem. O caminho das verbas destinadas principalmente aos programas sociais também deve ser totalmente revisto. Os recursos nunca chegam

integralmente ao seu destino, sendo desviados para finalidades bem menos nobres. É preciso combater a corrupção em todas as áreas e níveis.

Do ponto de vista da representação, creio ser de extrema importância fazer valer a máxima de "cada cidadão, um voto", o que significa que o voto de um cidadão de São Paulo não pode valer vinte vezes menos que o do Acre. Enfim, será preciso todo um trabalho de resgate da capacidade gerencial do Estado para prestar serviços públicos com qualidade e sem desperdício.

Creio que não só o PT e a esquerda estão preparados para o poder pois é cada vez menor uma espécie de veto ideológico às nossas posições.

PROPOSTA – Quais são as suas expectativas com relação ao processo político brasileiro e às diferentes forças políticas e movimentos sociais que lutam pelas reformas mais estruturais? A esquerda e os movimentos estão política e culturalmente prontos para exercer o poder? Por que?

TELMA DE SOUZA – Minha expectativa é de uma profunda modificação na forma de conduzir os negócios públicos.

Quanto ao fato da esquerda estar ou não preparada para o poder, não resisto à tentação e pergunto: aqueles que mandam no país até hoje estão preparados para fazê-lo?

Mas não vou fugir à pergunta. Eu acho que sim, que a esquerda e os setores progressistas deste país estão preparados para o poder. Os acontecimentos dos últimos anos fizeram com que amadurecêssemos. Aos poucos percebemos que a política não tem uma dimensão somente ra-

cional, mas emocional também. São seres humanos que chegam ao poder com suas virtudes e defeitos. Por isso estamos aprendendo a conviver com a incerteza e com a dúvida, o que é essencial para garantir a democracia. Do ponto de vista cultural, podemos dizer que já adotamos a democracia como um valor em si. Na outra ponta, temos trabalhado para construir um projeto coerente para o país. E isso é feito não entre quatro paredes, mas com a sociedade. Acho que ninguém vai contestar que a opção de esquerda no Brasil de hoje é representada pelo Partido dos Trabalhadores e pelos partidos que com ele se coligam. O programa do PT é amplamente discutido pela imprensa em todo o país. O partido não abre mão das posições que formam sua espinha dorsal – é o que faz dele um partido –, mas também não se fecha à influência que a sociedade tem sobre ele.

Esse programa nos garante um começo importante: sabemos por onde dar os primeiros passos, temos vontade e, mais do que isso, acumulamos experiências importantes, seja nas prefeituras que administramos, seja no parlamento.

E há mais um elemento importante. Creio que não só o PT e a esquerda estão preparados para o poder pois sinto que é cada vez menor na sociedade uma espécie de veto ideológico às nossas posições. E não digo isso apenas porque Lula é o primeiro colocado nas pesquisas. Percebi que o PT tornou-se uma referência nacional durante a campanha para o plebiscito da forma e sistema de governo. Todo o país parecia esperar a decisão do partido sobre presidencialismo ou parlamentarismo para saber qual, de fato, seria o resultado final das urnas. Há um reconhecimento implícito de que nossas posições são de fato representativas de amplos setores sociais. E este reconhecimento e esta legitimidade são absolutamente importantes para quem quer exercer o poder. □

ALÔ MUNDO

A REVISTA DIFERENTE E INTELIGENTE DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES DO BRASIL

Lindas histórias em quadrinhos, passatempo e humor, notícias e curiosidades, a bíblia do jeito que a garotada gosta, e muito mais, os seus filhos, sobrinhos, netos e afilhados vão encontrar mensalmente nas páginas atraentes de ALÔ MUNDO, única no gênero em todo o Brasil.



Informações e pedidos:

ALÔ MUNDO

Caixa Postal 241 - 06751-970 Taboão da Serra/SP

Fone: (011) 843-1221 - Fax: (011) 842-1093

SEM FRONTEIRAS

Revista missionária de circulação nacional

Desde 1972, em sintonia com as aspirações e práticas de transformação da sociedade e do mundo.

Notícias e reportagens. Atualidades. Testemunhos de vida cristã

comprometida no Brasil, na América Latina e no resto do mundo.

As grandes questões ligadas à atividade missionária de ontem e de hoje.

Uma revista que incomoda, questiona e desafia ao compromisso. Uma mensagem viva de esperança.

Todo mês, em suas mãos, uma revista bem diferente.

Informações e pedidos:

Sem Fronteiras - Caixa Postal 55
06751-970 TABOÃO DA SERRA - SP
Fone: (011) 843.1221 - Fax: (011) 842.1093

PEQUENO GLOSSÁRIO DE TERMOS DA APARTAÇÃO

Cristovam Buarque

Todo conceito novo exige palavras novas, ou novas definições para as antigas. Parte da ambigüidade da idéia de **apartheid social** vem do significado ainda confuso de muitas palavras usadas. Por isto, necessitamos iniciar esta discussão sugerindo um pequeno glossário de termos que comecem a participar do novo vocabulário que tenta representar a nova realidade da **apartação** no Mundo e no Brasil.

ALHEAMENTO: Durante muito tempo, os trabalhadores não tinham consciência se seus próprios direitos: eram alienados. Com a modernização, graças ao trabalho dos sindicatos, os trabalhadores integrados passaram a conhecer e lutar por seus direitos. Mas a apartação fez com que ignorassem as necessidades dos que ficaram excluídos da modernidade. Em vez de alienados, os trabalhadores e sindicatos dos setores modernos ficaram alheios.

APARTAÇÃO: A palavra tem origem no latim *partire* que tanto significa "ir embora" quanto "dividir em partes". Com base nesta raiz latina, muitas palavras foram surgindo em diversos idiomas. Uma delas foi na África do Sul – a palavra **apartheid** – que significa a concepção e o conjunto das normas que regulam o processo social e econômico, separando a população entre brancos, negros e mestiços. No Brasil, a palavra apartação tem sido usada para significar o ato ou efeito de apartar ou separar. Neste trabalho a usamos como tradução adap-

tada do conceito de **apartheid**. Tradução no sentido de separar; adaptação por separar categorias sociais em vez de categorias raciais. **Apartação** é o sistema econômico onde os grupos sociais são tratados segregadamente conforme a categoria econômica a que pertençam: incluídos ou excluídos da modernidade.

ARRASTÃO: Até há pouco tempo significava um sistema de pesca em que o peixe era arrastado para o pescador. Hoje, significa a invasão de multidões de **excluídos** em locais frequentados pelos **incluídos** com finalidade de incomodar, roubar ou simplesmente debochar. Aos poucos, para protegerem-se dos **arrastões**, os incluídos começam a criar mecanismos de defesa: sistemas de vigilantes, cercas e controle do transporte urbano, enquanto tentam criar leis que permitam às Forças Armadas se transformarem em **guardiães da apartação**.

BOAT PEOPLE: Enquanto os países de maioria rica necessitavam de mão-de-obra para suas economias, e os **países-com-maioria-pobre** ofereciam alternativas e esperanças para seus habitantes, o fluxo migratório internacional era aceito e mesmo incentivado. Com as mudanças tecnológicas nos últimos anos, a perda da esperança, a recessão e com a explosão demográfica, a migração cresceu e ao mesmo tempo foi barrada. Os **boat people** são os pobres do mundo que perderam as esperanças em seus países e tentam emigrar a pé ou por meio de pequenos barcos que são devolvidos, afun-

dados ou confinados pelas polícias de fronteira dos ricos. Ainda que nas estatísticas dos jornais não passem de algumas dezenas de milhares, podemos dizer que os **boat people** são todos os quatro bilhões de excluídos do progresso, inclusive aqueles que estão na pobreza dentro das fronteiras geográficas dos **países-com-maioria-rica**, mas excluídos de suas fronteiras sociais.

BRASILIANIZAÇÃO: Apesar de ser um fenômeno mundial, o desenvolvimento que separa ricos e pobres tem sido visto recentemente como uma característica especialmente forte do Brasil. Por isso, tem-se usado a expressão de **brasilianização** para indicar o empobrecimento social que ocorre ao lado do enriquecimento de minorias e a separação que se faz necessária entre estes dois grupos. Fala-se por isto em **brasilianização dos EUA**, como da **brasilianização da África do Sul**, quando o **apartheid** racial é substituído pela **apartação social**.

CARRO POPULAR: O conceito de carro popular indica o desprezo das elites brasileiras aos excluídos. Num país onde dezenas de milhões não têm a menor condição de pagar um ônibus, onde quase 80% dos trabalhadores recebe até o máximo de

Este glossário constava do livro "O que é apartação – o apartheid social brasileiro". Não foi incluído na publicação devido ao limite no tamanho dos livros da Coleção Primeiros Passos da Editora Brasiliense.

US\$ 150 por mês, um automóvel privado que custa US\$ 7 mil é considerado um produto popular porque atende aos interesses dos mais pobres entre os 10% mais ricos. Estes compõem a parcela popular da sociedade. Os demais compõem a categoria de **povão**.

CICLO DE APARTAÇÃO: A civilização sempre teve **apartheids** sociais e religiosos. Ao eliminar a **diferença** nos direitos entre os seres humanos, a humanidade fez um enorme avanço ético, ainda que mantendo a **desigualdade**. Mas, nos anos recentes, observamos que o mesmo avanço técnico está levando outra vez à **apartação**: agora é o ciclo da **apartação** entre **incluídos** e **excluídos** da modernidade.

CLASSISMO: Pode-se perceber que os preconceitos já não decorrem apenas – nem mesmo sobretudo – das diferenças raciais. Cada vez mais os europeus toleram e convivem com outras raças, desde que as pessoas de outras raças sejam ricas e tenham uma cultura européia. Cada vez mais o preconceito é de classes sociais. Até um futuro em que a **desigualdade** se transforme outra vez em uma **diferença** racial, não mais das raças tradicionais – oriental, branca, negra, mulata –, mas raças produzidas socialmente: de um lado pessoas saudáveis, fortes, inteligentes; e de outro, massas de desnutridos, fracos, doentes e imbecilizados.

CORPORATIVISMO ANTI-POPULAR: O corporativismo foi uma conquista das populações na Idade Média, na defesa de seus interesses contra a opressão e o arbítrio das aristocracias. Nos tempos industriais modernos, o sindicalismo tem sido um instrumento de defesa dos trabalhadores contra a exploração por parte dos patrões. Mas nas sociedades com **apartação** – como nos “países-ricos” em relação ao resto-do-mundo, na África do Sul em relação

aos brancos ou no Brasil em relação aos excluídos – os movimentos sindicais corporativos muitas vezes defendem os interesses de seus associados transferindo os custos para os pobres e excluídos. Aliam-se aos patrões: bancários aumentam os salários graças a aumentos de juros e metalúrgicos conseguem aumentos de salários com aumentos de preços ou eliminação de impostos sobre produtos de luxo, sacrificando os que não participam das negociações ou que sofrem com a conseqüente inflação ou redução de recursos públicos. Fazem um corporativismo anti-popular.

CORPORATIVISMO ANTI-DEMOCRÁTICO: Apesar da inovação técnica fragilizar o poder de barganha da maioria dos trabalhadores, os movimentos sindicais, representando a mão-de-obra qualificada, adquiriram uma força que não tinham no passado. Mas esta força serve apenas a uma pequena minoria da população porque a inovação técnica e os produtos de luxo excluíram as massas de qualquer poder de barganha. O movimento sindical, mesmo quando enfrenta os patrões, muitas vezes o faz de maneira anti-democrática, sem respeito à população. É o que ocorre com algumas greves selvagens e sem prévio aviso nos serviços públicos. Fazem um corporativismo anti-democrático.

DESENVOLVIMENTO DUAL: Os economistas chamam de desenvolvimento dual aquele que ocorre apenas em uma parte da economia, dividindo a sociedade entre uma parte moderna e rica e outra pobre e atrasada, mas mesmo assim interligadas. Além disto, a dualidade é vista como provisória, enquanto o desenvolvimento não se espalha por toda a população. Até recentemente, o desenvolvimento da América Latina tem sido visto como dual.

DESENVOLVIMENTO SEPARADO: É aquele em que as partes mo-

derna e atrasada se separam e cada qual mantém permanentemente suas características. O desenvolvimento por **apartheid** racial na África do Sul tem sido um desenvolvimento que separa as raças. O desenvolvimento econômico brasileiro é do tipo separado: entre os que participam dele, como trabalhadores ou empresários, e os que ficam excluídos de seus resultados.

DESIGUALDADE: A desigualdade é a distinção entre pessoas dentro do mesmo padrão social, econômico e técnico. Há **desigualdade** entre as pessoas que conseguem dispor dos bens de serviços **essenciais**, mas consomem quantidades e qualidades desiguais de bens e serviços **não-essenciais**. É **desigualdade** a distinção existente entre os engenheiros e os capitalistas em uma empresa, ou entre estes e os operários especializados da mesma. Em tempos normais, todos têm acesso à alimentação, à educação básica, à saúde, mesmo que sob formas e qualidades diferentes e mesmo que se distanciem muito na quantidade e no tipo de consumo supérfluo.

DIFERENÇA: Significa a distinção entre os que participam de forma relativamente estável da modernidade, qualquer que seja sua posição social, e aqueles que estão excluídos dela. A **diferença** ocorre entre os empregados do setor moderno e os desempregados permanentes ou semi-permanentes; entre os que têm e os que não têm acesso aos bens e serviços essenciais. Há **desigualdade** entre os que comem um tipo ou outro de uma dieta satisfatória; há **diferença** entre os que comem e aqueles que passam fome. Há **desigualdade** entre os que se locomovem automóvel particular e aqueles que usam transporte público eficiente; há diferença entre os que se locomovem em carros particulares ou transporte público eficiente e aqueles que não têm como pagar transporte de qualquer tipo.

DIQUES DE APARTAÇÃO: A **apartação**, assim como o **apartheid**, não ocorre naturalmente. A sociedade utiliza instrumentos que mantêm os grupos sociais apartados. Para impedir a distribuição e ampliar seus privilégios, as minorias privilegiadas utilizam políticas econômicas e sociais, legislações eleitorais, normas lingüísticas, desenhos urbanos e arquitetônicos e forças policiais como **diques** para manter separados os grupos excluídos.

DIREITO ADQUIRIDO: Antes da implantação da **apartação**, os direitos se dividiam entre os legítimos e os privilégios. A **apartação** criou o conceito de direito adquirido. São direitos que não podem ser expandidos para todos, mas que são tratados como se não caracterizassem privilégios. Os ricos dizem querer que a renda seja distribuída – desde que a renda deles seja mantida como um direito adquirido. Os trabalhadores mais remunerados do setor moderno querem que o salário-mínimo cresça, desde que seus salários continuem medidos em número de salários-mínimos para que possam manter o direito adquirido de pagar empregados domésticos e de contar com pedreiros que façam suas casas grandes. Assim como fazem os latifundiários com o direito adquirido em relação à propriedade da terra, muitas categorias de profissionais criam sistemas de regulamentação que impedem que outros usem o saber que têm apenas porque não têm um diploma registrado.

DIVERSIDADE: É a distinção positiva e desejada que ocorre entre indivíduos e grupos sociais conforme seus gostos e preferências, depois de atendidas as necessidades essenciais de cada um deles.

DUPLO MOEDA: Na África do Sul, apesar de toda segregação, os brancos e os negros têm a mesma moeda. No Brasil, como lembra o Prof. Lauro Campo, da UnB, os ricos têm

moedas que se atualizam e até se valorizam diariamente, enquanto os pobres, sem acesso aos sistemas de correção e especulação monetária, usam uma moeda que se desvaloriza diariamente devido à inflação.

DUPLO APARTHEID: É o **apartheid** duplo que sofrem aqueles que além de pobres, pertencem a outros grupos excluídos como negros, mulheres, índios e homossexuais.

ENCASTELAMENTO URBANO: A implantação da **apartação** exige um sistema de separação física. É isto o que está em implantação no Brasil com os shopping centers, os condomínios, os beach parks, as ruas fechadas, os prédios de apartamentos protegidos por sistemas de fortes aparatos eletrônicos, por muros, os campi universitários cercados, o ar condicionado dos carros que são usados como barreiras contra meninos de rua, as praças cercadas, o sistema de transporte urbano que dificulta o ingresso de imigrantes fiscalizados e impedidos pelas municipalidades em cidades mais ricas, as casas cercadas. Pouco a pouco, a paisagem do Brasil se reorganiza em uma rede de ilhas privilegiadas cercadas, como os castelos medievais, contra os pobres.

ESSENCIALIDADE: Cada grupo biológico tem necessidades essenciais para viver. As sociedades, além das necessidades biológicas de seus indivíduos, têm valores, bens e serviços considerados essenciais. Os indivíduos que não têm acesso a esta essencialidade são **diferentes** – e não apenas **desiguais** – dos demais. Durante a Conquista, pela essencialidade do cristianismo, bastava não ter acesso ao batismo para ser diferente. Na África do Sul, basta não ser branco. No Brasil, a essencialidade deve conter pelo menos: liberdade individual, alimentação, saúde e educação básicas, acesso ao transporte urbano e direito a um terreno saneado onde

construir sua casa sem risco de expulsão.

EXCLUÍDOS: Talvez este seja o conceito de mais difícil definição porque a exclusão depende dos desejos do sujeito e das possibilidades do sistema sócio-econômico. Os líderes representantes dos interesses das classes médias brasileiras insistem que também são excluídos porque não dispõem do padrão de consumo dos ricos. Mesmo reconhecendo as dificuldades de uma delimitação clara da linha que separa excluídos e incluídos, sobretudo pela dinâmica como mudam os gostos, desejos e possibilidades sociais, é possível diferenciar a **exclusão do acesso aos bens e serviços essenciais** e a **exclusão ao consumo do luxo e dos bens e serviços que vão além do essencial**. Por mais que deseje correr em uma maratona, o corredor que não chega ao final não pode se considerar um deficiente físico. Ainda que possa, certas vezes, não ser clara a linha que separa o “deficiente” físico de um não-‘deficiente’, é uma usurpação absurda considerar todos como deficientes físicos apenas para se ter acesso ao pouco apoio que estes recebem.

FUGA ÀS RESTRIÇÕES: Esta é uma expressão criada pelo Prof. André Eduardo Silva Fernandes, da UnB, para explicar o processo como a política econômica no Brasil vai adiando suas dificuldades através da concentração da renda, até chegar ao limite da **apartação**.

GUARDIÃS DA APARTAÇÃO: Em uma sociedade integrada, a Polícia e as Forças Armadas zelam pela ordem geral. Em uma sociedade com **apartação**, como foi o caso da África do Sul, essas forças são sobretudo **guardiãs** para a proteção dos privilégios dos que participam do setor rico e moderno contra as ameaças dos excluídos. Secundariamente elas colaboram também na proteção da ordem interna entre os incluídos.

GULAG-SOCIAL INTERNACIONAL/GSI: **Gulag**, em russo, significa arquipélago. Foi com essa palavra que o escritor Solzhenitsyn apelidou o conjunto de campos de concentração e prisões do sistema soviético. Hoje, a miséria se espalha por todo o mundo, formando um **Gulag Social**. O **Gulag** era formado de ilhas de prisioneiros cercados no meio do oceano soviético. O **Gulag-Social** é formado por continentes de pobres proibidos de entrar nas ilhas paradisíacas dos ricos.

HIPPIESENTADOS: Graças ao atual sistema de aposentadoria por tempo de serviço e às diversas formas de contagem do tempo de serviço, um grupo reduzido de executivos de empresas e funcionários de altos escalões optaram ou foram jogados na aposentadoria ainda jovens. Ao mesmo tempo, milhões de pobres jamais se aposentam ou recebem salários que mal permitem sobreviver: são os **necrosentados**.

HOMEM-GABIRÚ: Expressão criada em Pernambuco por pesquisadores do Centro Josué de Castro – Tarsiana Portelas, Daniela Amos, Zelito Passavante – para indicar os homens que, como o gabirú – uma espécie de rato –, vivem do lixo que sobra dos consumidores. O gabirú, além disto, procria velozmente, produz repugnância e mostra o lado sujo do ambiente.

INCLUÍDOS: A definição de inclusão, apesar de difícil, tem uma simplificação em relação à exclusão. Se não é possível delimitar a legitimidade dos desejos das pessoas, é possível perceber a demanda que representa privilégios só possíveis pela concentração da renda e a restrição do acesso aos benefícios do progresso. O padrão de consumo de parcelas das classes ricas e médias só é possível para poucos. Por isso há a apartação como forma de garantir os privilégios daqueles que podem ser considerados incluídos. Além disto, tecnicamente,

é possível observar que há pessoas com acesso ao mínimo essencial e pessoas excluídas até mesmo desse mínimo que o avanço técnico já permitiria para todos. Por isso podemos considerar ambas excluídas.

INSTRANGEIROS: A palavra estrangeiro não é suficiente para definir os invasores dentro de um mesmo país. Mas a palavra **nacionais** tampouco serve para definir pessoas de um mesmo país que são tratadas como estrangeiros – como os negros sul-africanos, dentro de seu país, ou como os pobres nortistas no sul do Brasil. Aos poucos outras palavras vão surgindo como a palavra **“inrangeiros”** que significaria estrangeiros de dentro do mesmo país, isto é, nacionais politicamente, estrangeiros socialmente. Isto se aplica às massas de pobres nos **países-com-maioria-pobre** e às minorias pobres, como os **homeless**, nos **países-com-maioria-rica**.

INVASORES: Em qualquer lugar, invasor é um estrangeiro que ameaça a integridade do país. Nos países com **apartheid**, invasor é qualquer nacional que extrapola os limites aos quais sua moradia deve ficar confinada, seja por razões de cor, seja por razões econômicas.

MAURICINHO: Em uma sociedade sem apartação, criança é chamada de criança, não importa a raça nem a classe. Em uma sociedade com apartação, as crianças são divididas entre as que fazem parte ou parecem ainda fazer parte do sistema moderno – e são chamadas de crianças – e outras que são chamadas de menores. Cada grupo sabe sua posição correta. A diferenciação não existe apenas dos mais ricos para os mais pobres. As crianças excluídas sentem-se diferenciadas e criam nomes para os filhos dos ricos como por exemplo: os **mauricinhos**.

MENOR: A diferenciação entre as crianças conforme a posição social

tem um conteúdo de grave discriminação porque **criança** tem uma conotação etária enquanto que **menor** tem uma conotação legal daquele que ainda não pode ser julgado por seus crimes. O sistema moderno passa a identificar os mais pobres como possíveis criminosos.

METABÓLICOS: Um dos poucos serviços que ainda continuava o mesmo para todos os brasileiros era a televisão. Mas, com os novos sistemas a cabo e por satélite, a televisão começa a se separar. Surgem os **parabólicos**, que podem pagar assinaturas para dezenas de canais especiais de todo o mundo, e os **metabólicos**, que continuarão presos às televisões tradicionais. Os primeiros certamente vão ter televisões culturais, educativas e informativas. Os outros certamente terão uma televisão que fará de suas culturas meras extensões dos braços, alienados e docéis para servir ao sistema de apartação como uma casta inferior.

MODERNIDADE-ÉTICA: A palavra modernidade tem origem no conceito de contemporaneidade: ser atual por ser de hoje, “hodiernus”. A partir deste século, a palavra passou a ter um significado sociológico, de sociedade contemporânea, e esta contemporaneidade passou a significar o acesso às técnicas novas. Os objetivos sociais da modernidade passaram a ser definidos pelos meios e não pelos fins. A **modernidade-ética** seria aquela que se basearia nos fins sociais e não nos meios técnicos. Os **valores éticos** da sociedade definiriam os **objetivos sociais**; estes definiriam a **racionalidade econômica**: só então se faria a **escolha da técnica** a ser usada da maneira mais eficiente, conforme a racionalidade econômica, para atingir os objetos sociais e assim respeitar os valores éticos.

MODERNIDADE-TÉCNICA: É a modernidade atual baseada na técnica e não nos objetivos sociais ou

valores éticos. Define como moderna a televisão por ser colorida, mesmo que censurada e sem pluralidade de idéias; uma fábrica robotizada, mesmo que gere desemprego; um condomínio fechado, mesmo que represente o apartheid.

MODERNÔMADES: Qualquer curso de história informa que o primeiro gesto civilizatório do Homem foi o salto da vida nômade para o sedentarismo. A partir daí, iniciou-se o longo processo que culminou com a civilização industrial moderna. O que a história da apartação está escrevendo agora é que a modernidade relançou o homem no nomadismo. No Brasil de hoje, algumas dezenas de milhões não têm endereço. Estão sempre provisoriamente em algum lugar, nas **cavernas modernas** – os viadutos, os acampamentos de invasores, os casebres sujeitos à expulsão, às intempéries das marés ou das chuvas, ou em locais perdidos: são os **sem-teto**, os **sem-terra**, os **sem-endereço**. A dinâmica da modernidade, destruindo e criando empregos, obriga quase todos a estarem sempre migrando sem fixar-se em nenhuma parte, vivendo em outros países e sem inserir-se nas novas culturas. Mesmo entre os que estão dentro da modernidade, a rotatividade do emprego obriga a uma constante mobilidade.

MUNDO TERCEIRO MUNDO/MTM: No começo do século, tinha-se a idéia que no ano 2000 o planeta estaria integrado em uma espécie de grande país do tipo Primeiro-Mundo. O final do século está chegando e o planeta está integrado, mas se parece muito mais com um imenso Terceiro-Mundo do que com um país rico. A Terra é hoje um planeta de tipo Terceiro-Mundo.

NECROSENTADOS: Diferente do nítido apartheid racial sul-africano, as classes privilegiadas brasileiras manipulam hipocritamente a opinião pública, justificando privilégios em nome da justiça

social. Alegando que o povo brasileiro morre cedo, as elites brasileiras aprovaram um sistema de aposentadoria com base no tempo de serviço aos 25, 30 e 35 anos e mecanismos de contagem do tempo que permitem aposentadorias antes dos 50 e mesmo antes dos 40 anos de idade: são os **hippiesentados**. Mas não informaram que a esperança de vida é diferente conforme seja-se pobre ou rico e de classe média. Os pobres não se beneficiam deste sistema de aposentadoria porque morrem antes ou porque não conseguem justificar o tempo de serviço ou ainda porque os salários são tão baixos que jamais podem se aposentar: morrem antes da aposentadoria ou com ela. São os **necrosentados**: a aposentadoria só ocorre com a morte ou a própria aposentadoria é uma forma de morte.

NEOPELEGUISMO: Peleguismo é a subserviência de líderes sindicais aos patrões ou ao Estado, desprezando os interesses dos trabalhadores aos quais deveriam representar. Neopeleguismo é o alinhamento e submissão dos líderes sindicais do setor moderno ao sistema que os emprega, alheando-se dos problemas dos excluídos e desprezando suas necessidades.

NOVO PASSAPORTE: O passaporte é um antigo documento para viagens internacionais que tem a finalidade de proteger os países contra estrangeiros inimigos ou bandidos. Nos últimos anos ele tem sido usado para proteger os **países-com-maioria-rica** contra desempregados e pobres de **países-com-maioria-pobre**. Para isso o passaporte está sofrendo modificações: depois de emitido por cada país, o passaporte necessita de um visto que depende da comprovação de rendimentos e de patrimônio do viajante no seu país de origem. No futuro, os passaportes serão internacionais: excluirão as nacionalidades mas só serão concedidos para aqueles que não viajam em busca de emprego

fugindo da pobreza. Enquanto isto não ocorre, além da identificação da renda adicional ao passaporte nacional, muitos países começam a exigir a apresentação de cartões de crédito, travellers checks e dólares como os verdadeiros passaportes para os seus visitantes estrangeiros.

PAÍSES-COM-MAIORIA-POBRE/PMP: Até há pouco tempo, os países eram divididos em Primeiro Mundo, rico e capitalista, Segundo Mundo, socialista, e Terceiro Mundo, pobre. O Segundo desapareceu como conceito político e mergulhou em profunda crise. No Primeiro surgiram bolsões de pobreza e a crise ecológica mostrou a fragilidade da pobreza natural da maior parte deles. Graças a certos recursos – como o petróleo – alguns países do Terceiro Mundo ficaram com rendas per capita superiores às de países do Primeiro Mundo, outros realizaram saltos econômicos criando grandes riquezas para alguns de seus habitantes. A caracterização tradicional perde sentido. Os antigos países do Terceiro Mundo, mesmo quando dispõem de riqueza e realizam saltos de crescimento, continuam com uma imensa maioria pobre; por isso esta é a melhor qualificação para eles.

PAÍSES-COM-MAIORIA-RICA/PMR: Os países do Primeiro Mundo já não são de todo ricos nem ricos para todos. Passam a ser apenas países-com-maioria-da-população-rica, até porque não dispõem necessariamente de riquezas naturais nem culturas superiores aos demais povos.

PARABÓLICOS: Um dos poucos serviços que ainda continuava o mesmo para todos os brasileiros era a televisão. Mas, com os novos sistemas a cabo e por satélite, a televisão começa a se separar. Surgem os **parabólicos**, aqueles que podem pagar assinaturas para dezenas de canais especiais de todo o mundo, e os **metabólicos**, aqueles que continuarão presos às televi-

sões tradicionais. Os primeiros certamente vão ter televisões culturais, educativas e informativas. Os demais certamente terão uma televisão que fará de suas culturas meras extensões dos braços, alienados e docéis, para servir ao sistema de apatenação como uma casta inferior.

PIVETE: É uma palavra que também, como **menor**, separa a criança conforme a sua posição social.

PÓLOS DA DIFERENÇA: O que mostra a distinção entre **desigualdade** e **diferença** é, como na África do Sul, um branco rico preferir contato com um pobre branco, que considera desigual, do que com um rico negro, que lhe parece diferente. O Brasil é um país com forte conteúdo racista mas um branco rico brasileiro sente-se mais próximo de um rico negro do que de um pobre branco. Os aristocratas espanhóis que chegaram na América sentiam-se superiores aos plebeus cristãos mas eram diferentes dos príncipes astecas. Cada sociedade com **apatenação** tem seus pólos de **diferença** que distanciam mais os indivíduos do que as desigualdades dentro do mesmo pólo.

POVÃO: A palavra saudade tem sido considerada a mais específica e de mais difícil tradução no vocabulário do idioma português. Mas em todos os demais idiomas há palavras com sentido próximo. Difícil é

traduzir o vocábulo **povão**. Nem mesmo o Dicionário Aurélio contém tal palavra como se ela fosse apenas um aumentativo de povo. Mas não é. Como também ela não significa "peuple" ou "people". Nestes idiomas, desde os séculos anteriores, a palavra representa o conjunto da população, excluídas as elites aristocráticas. No caso do Brasil, além destas elites aristocráticas, as massas se dividiram entre a população que faz parte da modernidade e a população dos excluídos. O **povão** representa o conjunto dos excluídos, os que têm pouca educação, uma cultura relegada, gostos desprezados pela elite, inclusive a elite que se considera parte do povo mas não do **povão**.

PRIMEIRO MUNDO INTERNACIONAL/PMI: Até recentemente, as sociedades nacionais estavam divididas entre aquelas de tipo Primeiro Mundo e aquelas de tipo Terceiro Mundo. Hoje, as pessoas ricas do mundo estão integradas em um mesmo padrão tecnológico e de consumo, independentemente do país onde vivem: formam um Primeiro Mundo internacionalmente integrado.

RESTRIÇÕES ÉTICAS À FUGA: Não há restrição técnica à implantação da **apatenação**. O único impedimento está na existência de restrição ética às fugas utilizadas pelas políticas econômicas das elites pri-

vilegiadas, sempre que as crises ocorrem, concentrando cada vez mais a renda nacional.

SEMELHANÇA: As chamadas sociedades modernas defenderam a possibilidade e a tendência de uma **igualdade** plena, repudiaram a **diversidade**, aumentaram a **desigualdade** e construíram novas formas de **diferença**. O final do século mostra que esta igualdade plena é impossível, desnecessária e mesmo inconveniente. O que se necessita é fazer com que todos os homens sejam **semelhantes** pelo acesso a todos os bens e serviços **essenciais** e sejam **diversos** em suas culturas, ainda que possam ser desiguais no nível de consumo dos bens e serviços **essenciais** sejam **diversos** em suas culturas, ainda que possam ser desiguais no nível de consumo dos bens supérfluos.

SUL-AFRICANIZAÇÃO: Ainda que todos os países estejam seguindo formas de segregação econômica entre ricos e pobres, a África do Sul pode ser vista como o símbolo do uso de leis para explicitar esta segregação física. Por isso, pode-se dizer que aos poucos os **países-com-maioria-rica** estão caminhando para sul-africanizar o mundo inteiro, com barreiras legais e policiais contra os imigrantes, da mesma forma como o Brasil está aos poucos se sul-africanizando com muros físicos ou legais contra seus pobres. □

SERVIÇOS LOCAIS DE SAÚDE: CONSTRUÇÃO DE ATORES E POLITICAS

Este livro resgata a dimensão local como espaço de redefinição das políticas públicas setoriais. Situa os conflitos entre o debate acadêmico e os problemas e desafios atuais das políticas de saúde.

ONDE ADQUIRIR: Escola Nacional de Saúde Pública
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Departamento de Ciências Sociais
Av. Leopoldo Bulhões, 1480 - 9º andar
Rio de Janeiro - RJ - CEP 21041-210 - Manguinhos
Tel: (021) 590-3789 - Fax: (021) 280-8194



EXCLUSÃO: A NOVA QUESTÃO SOCIAL

Elimar Pinheiro Nascimento

A palavra exclusão social tomou de nossos meios de comunicação, particularmente os jornais e as revistas especializadas em Ciências Sociais. Talvez, ainda mais particularmente, a anteriormente chamada imprensa "alternativa". Como decorrência esperada, uma polifonia se instalou. Os sentidos da palavra são diversos e a imprecisão, da maior envergadura. Ora emerge como uma novidade, ora como um fenômeno tão antigo quanto a própria humanidade. Ora confunde-se com o velho conceito de marginalidade, ora com o ainda mais antigo de estigma. De toda maneira, há um terreno minimamente comum de comunicação: a palavra exclusão é normalmente utilizada para indicar as novas formas da iniquidade social. Neste sentido, compreende uma novidade no repertório brasileiro.

Nos anos 70 a questão da iniquidade social era apreendida através do termo desigualdade. O País crescia, mas com ele as desigualdades sociais e regionais (Tolipan e Tinelli, 1975). Nos anos 80, a percepção se modifica e a palavra predominante é pobreza (Abranches, 1985 e Zaluar, 1985). Aparentemente o País, com a crise econômica que se instala nos anos 81/82, conhecia um crescimento dos seus bolsões de pobreza. E a comprovação era o crescimento dos moradores de rua e da violência urbana. Não importa se as estatísticas desmentiam esta percepção. Ela se deve em grande parte à mudança no seu perfil e não ao aumento da dimensão relativa da pobreza: de rural para urbana e de

citadina para metropolitana. Nos anos 90, a palavra que melhor parece denominar a forma da iniquidade social é exclusão.

É interessante se interrogar sobre as razões desse deslocamento semântico. No entanto, a exigüidade do espaço nos obriga à objetividade de percorrer a sua trilha. Como ocorre este deslocamento? E, sobretudo, como emerge o predomínio da palavra exclusão? Em termos

A palavra exclusão é normalmente utilizada para indicar as novas formas da iniquidade social. Neste sentido, compreende uma novidade no repertório brasileiro.

da literatura das ciências sociais, o caminho é simples e tem dois nomes centrais: Hélio Jaguaribe e Cristovam Buarque.

Ainda em meio à década de 80, o antigo intelectual do ISEB lançou dois livros que tentaram chamar atenção para novos aspectos de nossa dívida social: 'Brasil 2000' (1986) e 'Brasil: reforma ou caos' (1989). A idéia que surge nos textos é o da produção de uma dualidade social, da construção de dois Brasis: de um lado, uma sociedade moderna e industrial, minoritária e, de outro, uma sociedade primitiva, majoritária. A

primeira é desenhada pelos indicadores econômicos e a segunda, "que compreende cerca de 60% da população total", nasce dos indicadores sociais. Caso não se tomem medidas eficientes, a segunda tende a destruir a primeira. Este é o dilema brasileiro então representado entre a reforma (incorporação dos deserdados do progresso) ou o caos: "Nesse ambiente de caos e de inviabilidade da existência coletiva, os mais capacitados abandonarão o País em inauditas ondas migratórias. As instituições democráticas entrarão em colapso. E um neofascismo, de corte sul-africano, instaurará um regime de ditadura de classe média (...) um *apartheid* de classe." (1989:35)

A proposição de Jaguaribe – com seu grupo – é a da adoção de um conjunto de políticas sociais que possibilite a retenção do aumento dos bolsões de pobreza e a retomada do processo de integração social interrompido com a crise. Assim, produz-se o primeiro deslocamento: da constatação da pobreza para o da dualidade social. As razões desta dualidade são históricas, encravadas no instituto da escravidão. Segundo Jaguaribe, o regime de propriedade, impedindo seu acesso aos mais pobres, e a industrialização recente, poupando mão-de-obra pelo seu paradigma tecnológico, manteve-a ao longo do século XX fortalecida pelo Estado e pela ignorância da maioria da população.

ELIMAR PINHEIRO NASCIMENTO – Sociólogo, professor da Universidade de Brasília.

O termo *apartheid* será o mote para os trabalhos de Buarque (1991 e 1993) na retratação da forma moderna da iniquidade social, pois se trata do resultado mais visível e mais perverso da implantação do modelo econômico mimetista instalado desde os anos 30. Para Buarque a “velha” dualidade social dá lugar à “apartação” pois agora se trata de dois mundos que se confrontam, se excluem, se digladiam... perdendo, cada vez mais, a possibilidade de comunicação. As situações dicotômicas proliferam. Enquanto os excluídos vivem numa miséria crescente, os ricos se articulam com o Primeiro Mundo. Gradativamente os excluídos são considerados uma subespécie humana e uma representação social de sua desnecessidade começa a ser disseminada: os exemplos povoam frequentemente os nossos periódicos nos anúncios dos

massacres de moradores de rua, meninos abandonados e favelados. O risco maior, para Buarque, é que num futuro não muito remoto produza-se uma espécie de sub-raça, passível de eliminação pura e simples.

Não há dúvida que – cada um nos seus termos – os dois autores são radicais na caracterização de um novo fenômeno social: o da exclusão social. Com menos dramaticidade, mas igual importância, a questão está presente no projeto estratégico da Força Sindical. ‘Um Projeto para o Brasil’ (1993) reconhece que “as políticas sociais (...) até hoje, foram incapazes de deter a cristalização de um verdadeiro *apartheid*”, situando no “subdesenvolvimento humano” o maior obstáculo à retomada do desenvolvimento nas novas condições criadas pelo mercado internacional. O Projeto cita explicitamente o risco de desagregação social e define a questão social como o maior desafio ao País hoje.

***Gradativamente os
excluídos são
considerados uma
subespécie humana
e uma representação
social de sua
desnecessidade começa
a ser disseminada.***

ROSANE MARINHO/IMAGENS DA TERRA



Lixão de Gramacho, Caxias.

Assim, autores situados em posições político-ideológicas distintas, e preocupados em propor alternativas de retomada do desenvolvimento e saídas da crise, parecem confluir na definição da exclusão como um fenômeno social novo e o desafio central para o País. Mesmo que suas proposições sejam diferentes ou antagônicas.

É claro que a exclusão, em si, não é um fenômeno novo. Muito pelo contrário, acompanha o próprio homem em sua história. Está

***É claro que a exclusão,
em si, não é um
fenômeno novo. Muito
pelo contrário,
acompanha o próprio
homem em sua história.***

presente na antiga Grécia (mulheres, escravos e estrangeiros), na Índia (castas), na África (mulheres, jovens e cativos). Na Idade Média européia praticava-se a exclusão contra os leprosos, hereges ou judeus. E entre nós encontra-se inscrita na escravidão e no não reconhecimento de direito aos analfabetos e/ou trabalhadores rurais, entre outros.

Desse ponto de vista não existe novidade. Esta se encontra na forma que a exclusão social assume.

Se nas sociedades pré-territas a exclusão era tida como natural, na sociedade moderna ela ocorre como discriminação a grupos particulares (toxicomaníacos ou homossexuais, por exemplo) ou como racismo, sem que os direitos de cidadania sejam negados a seus membros ou as portas do mercado de trabalho fechadas (com exceções particularmente na África do Sul). Há seleção,

discriminação, mas não proscricção. A própria idéia da modernidade, assentada em um espaço de igualdade jurídico-político, tem funcionado como um entrave a que a exclusão se manifeste em suas formas históricas.

Não há dúvidas de que parece estranho falar-se em exclusão no momento em que temos uma Constituição cidadã. Quando um processo político de integração finalmente se concretiza, quando um longo processo de integração social marca o País, quando temos o parque industrial mais importante do Hemisfério Sul, a tolerância racial habita as nossas mentes e a urbanização parece quebrar as velhas hierarquias tradicionais.

Mas em que consiste a novidade da exclusão, quais as suas dimensões, quais as suas formas hodiernas? Creio que esta questão pode ser apreendida, de forma simples, a partir de dois enfoques complementares.

A primeira forma de abordagem é a econômica, à semelhança do que ocorria no debate em torno da marginalidade (Kowarick, 1981), mas articuladamente à dimensão política dos direitos. Pelo lado do consumo, assinala-se que um contingente cada vez mais considerável de pessoas não tem acesso aos bens essenciais, eliminando na prática a proclamação da igualdade jurídico-política. Sem condições de sobreviver dignamente, comendo restos de lixo e sem teto não há cidadania. Pelo lado da produção, o balanço entre a supressão e a criação de postos de trabalho é sempre negativo (a indústria brasileira cresceu, no ano passado, em torno de 10%, enquanto houve um crescimento negativo de 2% do emprego).

Nesse enfoque reside a primeira novidade que pode ser anunciada de forma simples da seguinte maneira: a presente Revolução Científico-tecnológica cria uma nova questão social. Substituindo não mais a força física do homem, mas sua inteligência, a atual Revolução Científico-tecnológica tem seu cerne no processo de automação. Aparentemente cria, desta forma, uma situação de “desemprego estrutural” (Schaff, 1990) que, a permanecer, deverá desembocar numa disjunção entre as “classes perigosas” e as “classes laboriosas”. Esta disjunção muda completamente o quadro da questão social que emerge entre os séculos XVII/XIX, resumida no trabalho de tornar o marginal indisciplinado e improdutivo em um trabalhador produtivo e comportado. A questão é, nesta época, uma questão operária.

Ora, com a eliminação crescente do emprego, a questão social passa a ser outra: o surgimento de contingentes populacionais economicamente ‘desnecessários’. O excluído anterior, como o escravo, era não apenas necessário como indispensável à economia colonial, mesmo que considerado uma simples mercadoria. Hoje, seus descendentes,

Com a eliminação crescente do emprego, a questão social passa a ser outra: o surgimento de contingentes populacionais economicamente ‘desnecessários’.

entre outros, são considerados teoricamente como cidadãos, mas “desnecessários” do ponto de vista da produção.

A segunda abordagem da questão da novidade nas formas modernas de exclusão entre nós está relacionada com as mudanças nas representações sociais em relação aos pobres. De forma extremamente simplificada, na primeira metade do século o pobre é representado pela imagem do Jeca Tatu: preguiçoso, indolente e sem ambições. O pobre encontra-se sobretudo no campo, sustentando o processo de industrialização do País. É um trabalhador pouco produtivo, incompetente, objeto de pena e de filantropia. Sua imagem mais visível é o das levadas de migrantes do Nordeste em direção ao “Sul Maravilha”.

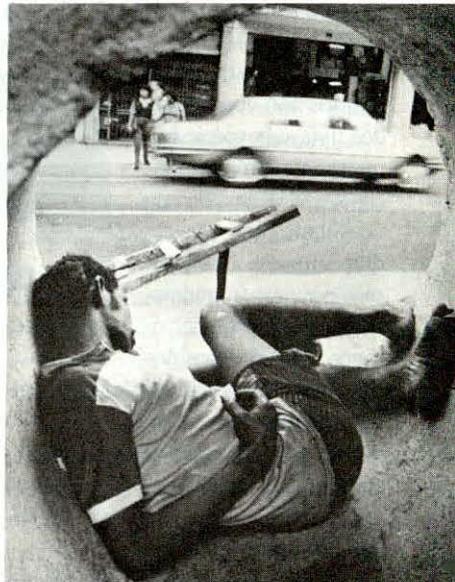
Na segunda metade deste século esta imagem modifica-se: o pobre é representado não apenas como um indolente, mas um esperto. O indivíduo é pobre porque não quer trabalhar. Passa a ser objeto de indiferença ou desprezo.

Hoje a imagem do pobre é a de um ser potencialmente perigoso. O pobre é um bandido em potencial. Mesmo em propaganda de órgãos reconhecidamente defensores dos direitos humanos, ele emerge desta maneira: na ausência de uma sopa, pega uma faca.

Ora, a construção desta imagem, nos dias atuais, é reforçada pelo aumento da violência urbana. Adorno (1993), entre outros, em

seus estudos, já demonstrou como a violência tem causas diversas, sendo ela mesma plural. No entanto, a associação entre pobreza e violência persiste. Coincidentemente, porém, a pobreza não cresceu relativamente nos anos 80 (Eichenberg Silva, 1992 e Rocha, 1991), enquanto que a mobilidade social bloqueou-se. Se na leitura do senso comum a violência cresceu porque cresceu a pobreza, os indicadores sociais mostram que este crescimento nos anos 80 é relativamente falso. Mas, em contrapartida, a sociedade conheceu uma inflexão. Até 1980 os bolsões de pobreza diminuíram;

MARCELO PINTO/IMAGENS DA TERRA



Indigente no centro do Rio.

naquela década houve uma estagnação. Como diz Furtado (1992), a construção foi interrompida.

Aparentemente, o crescimento da violência urbana tem mais a ver com o bloqueio da ascensão social do que com um aumento suposto da pobreza: na impossibilidade de mudar sua situação, numa sociedade cujos meios de comunicação televisiva estampam as diferenças sociais cotidianamente, e em meio a um espaço social marcado pelas relações secundárias, o pobre é atraído à transgressão. Este comportamento se relaciona com o enfraque-

cimento do princípio da solidariedade largamente presente nos grupos políticos e empresariais dominantes (vide Collor/PC, CPI do Orçamento, jogo do bicho, privatizações etc.).

Na mudança dessa representação social do pobre constrói-se a maior novidade da exclusão social entre nós hoje: a população economicamente desnecessária passa a ser socialmente perigosa. Este é o retrato perverso da nova exclusão social: a criação de uma parcela da população passível de eliminação física. Para lembrar Hannah Arendt: é a criação de indivíduos despidos

apresentações se generalizem e se constituam no vínculo simbólico dominante.

Não deixa de chamar atenção, porém, o paradoxo de que esta questão seja levantada quando o movimento social mais importante hoje no Brasil seja justamente a favor da vida, contra a fome e a miséria, galvanizando as atenções nacionais, movendo solidariedade em todos os rincões, mobilizando milhões de pessoas em todas as partes. Paradoxal, mas nem tanto: sinal de que a Nação está viva, de que a solidariedade flameja. Mas é sinal também de que os nossos objetos de luta chegaram ao extremo. Não

tão? Tem o nosso povo a percepção do risco que isto implica? Têm os nossos intelectuais compreensão de seus desdobramentos?

Mais que outras, talvez, esta questão deverá distinguir os Projetos para o Brasil, pois não se trata simplesmente de frear a inflação, retomar o desenvolvimento, inserir-se no mercado internacional, inovar tecnologicamente nosso parque industrial, mas de abolir a apartação social que se constrói entre nós. Quais medidas e quais mudanças serão necessárias? Que Revolução deveremos realizar?

CLÁUDIA LINHARES/IMAGENS DA TERRA



Chacina de Vigário Geral, 1993.

do "direito de ter direitos". Por isso, massacraram-se nas prisões (Carandiru), nas ruas (Candelária), nas favelas (Vigário Geral). Por isso, os governos permanecem impassíveis com o crescimento da população dos meninos e moradores de rua, dos cata-lixo que comem tudo, inclusive carne humana (Olinda). Como passíveis permanecem com a existência de grupos de extermínio contratados por comerciantes para aplicar a justiça pelas próprias mãos, comprovadamente na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife...

□ O grande risco é que essas re-

se trata mais de melhores condições de trabalho ou melhores condições de moradia, mas da própria vida. É como se nos colocássemos no lugar do personagem de Gabriel, o Pensador!: 'o meu sonho é morar numa favela'. É claro que os riscos são maiores no seu fracasso... O que será, neste caso, o *day after*?

Têm os nossos presidenciais sensibilidade para este tipo de ques-

1- Música que me fez conhecer o jovem Maurício Dantas, em São Paulo, a quem agradeço.

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio. **Os despossuídos. Crescimento e pobreza no país dos milagres.** Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

ADORNO, Sérgio. **A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático.** BIB, Boletim Informativo e Bibliográfico, 35, 1º semestre 1993, p. 3-24.

BRANDÃO LOPES, Juarez (coord.). **Brasil 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbana.** Campinas, NEEP/UNICAMP, janeiro de 1992 (Relatório final).

BUARQUE, Cristovam. **O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

———. **O que é apartação.** São Paulo, Brasiliense, 1993.

EICHENBERG SILVA, Luiz Carlos (coord.). **O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida.** Rio de Janeiro, IPEA, agosto de 1992 (texto para discussão 274).

FORÇA SINDICAL. **Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical.** São Paulo, Geração, 1993.

FURTADO, Celso. **Brasil, a construção interrompida.** São Paulo, Paz e Terra, 1992, 2ª edição.

JAGUARIBE, Hélio et alli. **Brasil: reforma ou caos.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

———. **Brasil, 2.000. Para um novo pacto social.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

ROCHA, Sonia. **Pobreza metropolitana e os ciclos de curto prazo: um balanço dos anos 80.** Rio de Janeiro, IPEA, Boletim Conjuntural 12:35-39, jan. de 1991.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática.** São Paulo, Unesp/Brasiliense, 1990.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo, Brasiliense, 1985. □

A SOLIDARIEDADE COMO FUNDAMENTO DA UTOPIA

Betinho (Herbert de Souza)

NANDO NEVES/IMAGENS DA TERRA

PROPOSTA – A Ação da Cidadania inaugurou um possível caminho para a elaboração de um novo modelo de desenvolvimento?

BETINHO – Acho que a Ação da Cidadania abriu caminho para uma nova política que adota princípios e estratégias que sempre existiram de forma dispersa na sociedade e que podem ser sistematizados. Primeiro, por que foi possível agir a partir da sociedade e não do Estado. Isso muda o olhar e o andar político. Segundo, porque a Ação da Cidadania não parte do global abstrato, mas do concreto singular. Eu diria até que é impossível começar do estrutural. A estrutura não se oferece de corpo inteiro, ela aparece a partir da ação concreta. Em terceiro lugar, eu ressaltaria o fato de que a descentralização se mostrou eficiente como um método de trabalho. E sublinharia também que a Ação da Cidadania deu certo ao apostar na iniciativa e na autonomia do cidadão que sempre foi considerado como espontaneísmo pelas esquerdas. Mas, na prática, a experiência da Ação da Cidadania mostrou que este cidadão tem grande capacidade mobilizadora. Por último, eu ressaltaria a primazia dos cidadãos sobre a sociedade e a primazia da sociedade sobre o Estado.



Manifestação na Candelária.

PROPOSTA – Quais são, na sua opinião, os possíveis cenários que se abrirão na conjuntura eleitoral e seus possíveis resultados?

BETINHO – Esta é uma pergunta difícil porque sempre parto do princípio e da experiência de que, no Brasil, cada eleição é sempre uma surpresa. Fora o Lula, tudo o mais é indagação: os resultados, a reação da opinião pública, tudo no processo eleitoral ainda é um campo de surpresas e não de certezas. E estas certezas podem ser boas ou ruins.

PROPOSTA – Qual é a sua utopia para o Brasil?

BETINHO – É de um país fundado, organizado e funcionando nos cinco principais princípios fundamentais da democracia: liberdade, solidariedade, igualdade, diversidade e participação. São princípios universais e que eu gostaria de ver em todos os países do mundo. Esta é uma utopia que não tem fim porque não define um modelo, mas é um fazer permanente. O perigo da utopia é justamente se fixar em determinadas características que passam a funcionar como modelo, que caminham como dogmas. Mas eu estou falando de princípios e de processos sem os quais os fundamentos da democracia não estarão assegurados. □

A PEDAGOGIA DE UM PROJETO ESTRATÉGICO OU "VEM, VAMOS EMBORA, QUE ESPERAR NÃO É SABER"

Jean-Pierre Leroy

Este texto pretende, mais do que produzir uma reflexão teórica, compartilhar algumas idéias inspiradas pela experiência do Fórum de ONGs brasileiras preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizado no Rio de Janeiro, em 1992, sobretudo as que se referem à feitura do seu relatório editado sob o título de "Meio Ambiente e Desenvolvimento: Uma Visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros". Estas idéias foram trabalhadas por ocasião da Conferência Nacional "Projetos estratégicos alternativos para o Brasil", organizada em novembro de 1993 pela UnB. Desde já agradeço aos conferencistas, debatedores e participantes da Conferência a quem este texto deve muito.

O relatório do Fórum foi confeccionado progressivamente de abril de 1991 a abril de 1992, sem que o seu conteúdo tivesse sido previamente definido. Foram formados vários grupos de trabalho para assuntos gerais e temas específicos. Alguns coletivos já existentes assumiram estes temas outros constituíram-se especificamente para esta tarefa e, ainda, houve uma contribuição individual para alguns temas. A produção de todos foi submetida ao debate coletivo que se deu em dois encontros nacionais do Fórum e num seminário organizado para esse fim. Estimo que mais de quatrocentas entidades participaram direta ou indiretamente da feitura do relatório.

O relatório aborda sucessivamente: a crise planetária; a crise brasileira; a terra brasileira – os seus recursos

naturais e os seus grandes ecossistemas – a sociedade – campo, cidade, indústria; os gêneros e etnias; o direito e a educação e termina com um balanço das lutas sócio-ambientais no país e algumas propostas de ordem geral.

Provavelmente nenhuma entidade membro do Fórum concordaria individualmente com todos os pontos tratados. Mas globalmente o relatório é mais ou menos a cara do Fórum como um coletivo composto de entidades ambientalistas e não-ambientalistas, de ONGs, associações profissionais, entidades religiosas e movimentos sociais com os mais variados perfis mas cuja maioria questionava profundamente a nossa sociedade.

Ao reunir representantes de várias correntes que, de um certo modo, recobrem as três ecologias – a ambiental, a social e a mental – de que falava Felix Guatari, produziu-se uma química integradora tornando ainda mais evidente a crise global e nacional que vivemos. Crise não só de desenvolvimento mas de civilização. Crise política, econômica, tecnológica, social, cultural e ética que leva à destruição ecológica, ameaça a humanidade futura e traz a exclusão social.

Faça a isso, só resta repensar profundamente o desenvolvimento da sociedade brasileira, os seus valores, o padrão tecnológico, as relações sociais dominantes e as formas de regulação do Estado.

À luz deste processo condensado em um livro e sumariamente apresentado aqui (faltou enfatizar as suas lacunas, contradições e fragilidades que refletem as do Fórum e as da sociedade), pergunto-me: como

gestar, nas condições atuais, um novo projeto de desenvolvimento?

1. Os modelos pereceram. O neoliberalismo se apresenta como o único projeto aparentemente triunfante, sustentado por um enorme aparelho mediático e nos empurra para o abismo. Se não há mais modelos, um projeto tem que ser construído, inventado. Deve-se evitar tentar substituir um modelo por outro, cedendo à tentação finalista e salvacionista pois isto seria acreditar que alguns iluminados (intelectuais, tecnoburocratas, um partido, uma classe?) pudessem deter o monopólio do conhecimento das nossas necessidades e dos nossos desejos e transformar essa ciência em um modelo ideal a se atingir.

Um projeto só pode ser fruto/construção da sociedade, deve ser uma proposta coletiva e, para que adquira densidade, deve se fundar sobre aspirações reais, mobilizando efetivamente as energias.

2. É entre o horizonte da utopia e a gestão do dia-a-dia que se constrói um projeto que arranque os seus formuladores do peso da gravidade provocada pela necessidade da sobrevivência imediata, sem que se afastem do possível, recusando instalar-se num mundo ideal imaterial e nutrindo-se de utopia e desejo dos quais devem tirar a motivação da razão.

Dentro desses parâmetros tem-se assim, como matéria-prima para elaboração de um projeto, tanto as múltiplas experiências humanas

JEAN PIERRE LEROY – Educador e coordenador da área de Estudos e Capacitação da FASE-Nacional

gestadas no cotidiano quanto a reflexão teórica acumulada: a razão com a subjetividade.

3. Ao não se propor como um modelo finalístico, do tipo, "tudo pronto", e procurando escapar das contingências das conjunturas imediatas, uma proposta contra o determinismo valoriza o querer, a vontade humana. Sim, é possível fazer história de maneira diferente como já parece indicar a emergência da sociedade civil. Um projeto, tanto quanto uma questão de conteúdo, é também uma questão de método. Se projetar como o saltador de vara que corre e se arremessa, se projetar coletivamente para a frente, é um movimento inseparável do objetivo a ser atingido.

4. O método de fato é parte integrante do projeto: é indicativo do tipo de projeto que está em construção. Um projeto que mobiliza as vontades na sua elaboração significa um projeto de sociedade democrático, plural e participativo. Um projeto elaborado por uma diversidade de atores refletirá provavelmente melhor – através dessa diversidade e mesmo das contradições inerentes a ela – a complexidade do real e a impossibilidade de se apresentar como acabado. Não há dissociação dos meios e dos fins. Um projeto elaborado de modo autoritário nunca conseguirá um desenvolvimento democrático humano.

Ao dizer isso, percebo que falo no fundo contra qualquer projeto acabado, senão contra qualquer projeto único. Numa sociedade complexa como a nossa, talvez trate-se mais de algo a viver, a cultivar, de pôr-se em atitude de resolução das grandes questões que se colocam para a nossa sociedade. Se é indispensável definirmos estratégias com metas de médio e longo prazo e lutar vigorosamente para realizá-las, sabemos que a condição mesma da sua execução é a redefinição/atualização permanente e dinâmica do nosso projeto.

5. Dizer que os grandes modelos faliram não significa renunciar a qualquer projeto mas sim ter ambição: é realmente um outro projeto de socie-

dade de que se precisa. A sua elaboração supõe uma luta constante contra os corporativismos e a formação de um pacto entre setores que consigam superá-los. Os setores sensíveis à questão social, como os mobilizados pelos problemas ambientais, são compelidos a ultrapassar seus interesses particulares.

A luta contra a pobreza e a exclusão social, num país em que a metade da população trabalhadora não tem carteira de trabalho e em que 36 milhões vivem na miséria é uma luta anti-corporativista, exige dos que estão integrados/incluídos na sociedade menos atrair os marginalizados, os pobres e os excluídos a esta nossa cidadania cambaleante do que inventar uma outra sociedade com qualidade de vida para todos.

***Um projeto que
mobiliza as vontades
na sua elaboração
significa um projeto
de sociedade
democrático, plural
e participativo.***

Quanto à questão ecológica, torna-se uma questão global que afeta a todos, embora mais diretamente aos pobres vítimas frequentes nas grandes cidades de um tipo de apatenação ambiental. Como dito na Constituição, o meio ambiente é nosso bem comum. Um ambientalista coerente deveria ser anti-corporativista.

Se há forças enormes a trabalhar pelos mais variados corporativismos – das grandes corporações transnacionais a um sindicato de trabalhadores –, há também novos movimentos, novos setores sociais em busca de novos projetos e cuja aproximação configura a possibilidade de novas alianças que poderiam permitir o estabelecimento de um verdadeiro pacto social.

Podemos vislumbrar um contrato unindo trabalhadores da indústria, da

agricultura e dos serviços, empresários produtivos, produtores rurais familiares, setores da classe média, intelectuais. Ou, dito de outra forma, setores da sociedade que se expressam através de uma multiplicidade de organizações e movimentos unindo-se a partir de um consenso mínimo (ou máximo?): a) a exclusão é intolerável; b) a relação que mantemos com o nosso ambiente leva o país (o mundo) e sua sociedade a sua perda; c) trata-se de reinventar a sociedade, as relações que mantemos entre nós, seres humanos, e com nosso ambiente.

Falei de superar os corporativismos mas os dirigentes sindicais metalúrgicos que negociam na câmara setorial a redução de alíquota de impostos sobre automóveis fazem seu trabalho. Não é porque sabem que o modelo de transporte individual que predomina e os faz viver não é extensivo ao conjunto da população e polui o meio ambiente que devem parar de reivindicar.

Talvez mais do que a superação dos corporativismos – visão um tanto angelical –, tratar-se-ia de reconhecer, num projeto concebido como processo, os corporativismos. Assim, além de consensos mínimos, um projeto pactuado forçosamente comportaria tensões e contradições devidas a interesses conflitantes mas circunscritos pela "submissão" a interesses superiores e susceptíveis de reconsideração à medida em que se viabiliza o projeto. Importaria menos dizer que se quer reduzir drasticamente o papel do transporte rodoviário ou impor mais pesadamente no imediato o carro particular; importaria mais criar um consenso sobre a importância de valorizar outras alternativas de transporte; importaria menos dizer que vai se reduzir drasticamente o número de funcionários e importaria mais propor uma outra concepção do serviço público. Isso evidentemente a partir da suposição que, a termo, efetivamente haverá menos assalariados na indústria automobilística e menos funcionários públicos, todos realocados em outros setores de uma economia e de

serviços reequilibrados.

Ao pensarmos em projeto estratégico, nos vem à mente a relação seres humanos x espaço x tempo. Seres humanos são os atores, são os sujeitos coletivos que constroem o seu espaço e fazem do tempo história. Neste campo conflitual/relacional, sumariamente circunscrito aqui, por onde poderia passar nas condições atuais a produção de um novo projeto? Sempre inspirado pelo trabalho do Fórum e, portanto, bem longe de esgotar a pergunta, listo aqui, sem ordem, alguns caminhos que estão sendo percorridos: projetos demonstrativos, desenvolvimento micro-regional, ações coletivas da sociedade e enfrentamento de políticas públicas.

1. Projetos demonstrativos

Não se trata aqui de experimentos de laboratórios ou de protótipos mas de projetos em condições reais, desenvolvidos em geral na escala local por organizações da sociedade civil e que colocam em prática uma outra concepção de desenvolvimento.

No campo, múltiplas experiências de agricultura ecológica, de comercialização alternativa, de gerenciamento do espaço rural e dos sistemas de produção desde já não mais questionam o padrão tecnológico e o modelo de propriedade dominantes mas comprovam a viabilidade de alternativas, cujo desafio consiste em passar de micro a um projeto macro. Assentamentos, projetos de reserva extrativista, movimentos setoriais ou regionais no campo recolocam na ordem do dia de modo inovador a questão da Reforma Agrária contra a desertificação humana do espaço rural, pela conservação dinâmica da biodiversidade e da riqueza paisagística e por



Reunião da Caixa Agrícola do Assentamento Araras, Pará.

novas relações entre o campo e a pequena e média cidade.

Projetos de tratamento das águas e do lixo oferecem propostas tecnológicas inovadoras e apropriadas, com participação local e descentralização, criação de empregos e custos bem menores do que os das tradicionais obras de saneamento.

Nas mais variadas áreas desenvolvem-se inúmeras experiências. Estas, isoladamente, são pouco relevantes frente aos desafios e às necessidades. Mas em conjunto e relacionadas configuram um novo projeto em gestação.

2. Desenvolvimento micro-regional

Sob este vocábulo – que pode recobrir um município ou um conjunto de municípios, uma cidade ou uma metrópole – aponta-se uma escala de construção de projeto adequada à concepção de um país e de uma sociedade diferenciada, adequada à uma visão ecossistêmica da realidade que questiona as divisões administrativas e propõe uma abordagem inte-

Favela do Catumbi, mutirão de urbanização, Rio de Janeiro.



JOÃO ROBERTO RIPPER

grada da realidade e, finalmente, adequada à possibilidade de compreensão/ inovação/participação de uma determinada comunidade humana.

Rasgada a camisa-de-força que representa as oligarquias locais, a dimensão local é o espaço apropriado à construção de alianças e ao estabelecimento de pac-

tos concretos onde podem se encontrar mais facilmente (no sentido em que os problemas têm uma visibilidade imediata e que a dimensão local não desencoraja o seu enfrentamento) os serviços públicos, o Executivo e o Legislativo, os setores empresariais e a sociedade organizada.

É assim uma escala de desenvolvimento fundamental tanto pela contribuição que propostas e experimentos de desenvolvimento nesse nível possam dar a um projeto para o país, quanto por ser nesse nível que um projeto de sociedade pode ser testado sem risco de desestabilização da sociedade. Mais do que isso, a soma e a combinação de dinâmicas de desenvolvimento micro e sub-regionais, numa lógica de descentralização e adequação às diferenças, poderia configurar – surgindo das pequenas realizações para o macro – um outro projeto para o país.

3. Ações coletivas da sociedade

Dois grandes tipos de ação coletiva me parecem relevantes para contribuir na construção de um projeto alternativo para o Brasil: o primeiro se refere a movimentos e organizações de natureza aparentemente setorial – senão corporativa –, mas que acabam colocando questões, propostas e realizações que dizem respeito ao conjunto da sociedade. O segundo, às articulações

que reúnem os mais diversos setores e colocam na pauta questões cruciais para o conjunto da sociedade.

No primeiro tipo estariam, por exemplo, o fórum nacional pela reforma urbana, o movimento dos sem-terra e a proposta de reforma agrária e assentamentos; os movimentos de seringueiros e outros extrativistas (CSN e outras entidades) e a proposta de reservas extrativistas; o movimento de atingidos por barragens e a manutenção do espaço rural e da pequena produção e o questionamento do modelo energético; os movimentos indígenas e indigenistas e a demarcação das terras indígenas; o movimento em torno da agricultura ecológica e da produção familiar, o Grito Terra Brasil, da CUT etc.

Todos são expressão de setores da sociedade que interpelam a outros. Colocam em questão a forma de apropriação e de construção do espaço, o padrão tecnológico dominante (a exceção do MST, para quem essa discussão está ainda aberta), o papel do Estado, a definição das políticas públicas e afirmam o papel da sociedade.

No segundo tipo estariam as articulações/campanhas como o Fórum de ONGs e os movimentos sociais sobre meio ambiente e desenvolvimento, o Movimento pela Ética, a Campanha Contra a Fome, a Conferência Nacional de Saúde etc. que permitem ver quais são as questões centrais que a sociedade se coloca e enfrenta, como e porque se estabelecem novos tipos de alianças e pactos e as possibilidades e limites de realização de elementos de um novo projeto no contexto atual.

4. O enfrentamento de políticas públicas

Já passou, em geral, o tempo em que a sociedade organizada progressista dava as costas ao Estado. Entretanto, há ainda estados e municípios em que a truculência extemporânea do poder local impede a expressão autônoma da sociedade. Talvez devido a isto – mas também às concepções

Acompanhar as políticas públicas mostra quão demorado pode ser um processo que leve a mudanças reais numa escala realmente importante.

basistas, puristas, utilitaristas e apolíticas da ação da sociedade – muitas organizações e movimentos se colocam numa total exterioridade em relação ao Estado: criticam e julgam de fora suas políticas.

Quando setores organizados da sociedade começam a ultrapassar os corporativismos e a se tornar realmente públicos, muda o seu “cara-a-cara” com o Estado. Passa a não haver mais o enfrentamento de interesses estreitos (os de um determinado setor da sociedade contra os interesses representados por um setor do Estado privatizado) e sim Estado e sociedade que se defrontam, tendo como referência, queiram ou não, o bem público. Não é um enfrentamento abstrato, de discursos sobre o que seria o interesse superior da sociedade, mas o confronto direto em cima de determinada(s) política(s).

Uso essas expressões – confronto, enfrentamento etc – para salientar aqui a necessária autonomia das duas esferas pois esta é condição para que possam se encontrar em torno do bem público, como “Estado ampliado”, que conjuntamente formam.

Enfrentar políticas públicas da parte da sociedade será assim, ao mesmo tempo, dialogar, negociar, pressionar, denunciar, bloquear, controlar, executar se for o caso. Esta participação deverá se dar a partir da concepção de um projeto ou política até a sua avaliação, passando pela sua implantação e execução.

Não há outro meio para adquirir experiência e para desnudar com cruza a distância que separa o nosso

discurso sobre um outro projeto para o país da realidade que não se deixa modelar tão facilmente.

Acompanhar as políticas públicas mostra quão demorado pode ser um processo que leve a mudanças reais numa escala realmente importante. Devemos fugir à tentação do mágico. Os partidários de um novo projeto se iludem se pensam que ao chegar ao picadeiro do poder conseguirão tirar o seu projeto da cartola. A pedagogia do projeto não se concilia com uma ruptura radical. É preciso mudar progressivamente – e desde já – para descobrirem um dia (dez, vinte ou trinta anos?) que o país e a sociedade são diferentes.

Como o leitor terá percebido, não são quatro caminhos paralelos, mas linhas que se cruzam e se entrelaçam nas tensões criativas da sociedade civil x Estado; na busca de novas formas de regulação pública, regiões e sociedades locais x país e sociedade nacional; na busca de novos equilíbrios entre excluídos x incluídos, classes sociais (trabalhadores e produtores); na busca de novas relações sociais, tecnologias pesadas (*hard*), exógenas x tecnologias suaves (*soft*), endógenas e na busca de uma novo padrão energético.

Sublinhar esses cruzamentos não é tão complicado para um observador atento, mas o desafio está em fazer com que atores sociais cruzem suas práticas para que conjuntamente as transformem em projeto(s).

Afora articulações, redes, fóruns setoriais ou temáticos, o Fórum de ONGs e movimentos sociais sobre o meio ambiente e o desenvolvimento é um espaço interinstitucional e intermovimentos que avançou no caminho de uma ampla reflexão sobre o Brasil. A Conferência Nacional “Projetos Estratégicos e Alternativas para o Brasil” talvez esteja indicando um outro caminho possível para a reflexão conjunta e participativa, englobando as quatro preocupações ou premissas aqui colocadas. Não deixar que essas iniciativas morram é da nossa responsabilidade. □

DEMOCRATIZAÇÃO COMO VALOR UNIVERSAL

Carlos Nelson Coutinho

PROPOSTA – Como você resumiria os principais elementos para a elaboração de um projeto estratégico para o Brasil?

CARLOS NELSON – Um projeto estratégico pressupõe um diagnóstico da situação brasileira. O grande problema do Brasil é a questão da exclusão social. Nós temos uma estrutura social capitalista mas com vícios muito especificamente brasileiros.

No Brasil sempre vivemos processos de modernização excludentes que consistem essencialmente de arranjos entre frações das classes dirigentes e com a permanente tendência a excluir a grande massa da população de uma participação tanto nas decisões políticas quanto nos benefícios da modernização e do progresso econômico. Este tipo específico de capitalismo brasileiro gerou um fenômeno extremamente perverso de exclusão das grandes maiorias da vida nacional.

O coração de um projeto estratégico alternativo, que gerasse mudanças no Brasil de hoje, deveria levar em conta o modo pelo qual se deve constituir uma verdadeira nação dando acesso a esses excluídos aos benefícios do progresso nacional. Todas as medidas econômicas deveriam visar a construção de um verdadeiro mercado nacional. O desenvolvimento econômico para ser eficiente no Brasil deve visar principalmente a resolução dos problemas dessa massa de excluídos.

Nós não nos colocamos de imediato, como tarefa histórica, a superação da ordem capitalista no Bra-

sil. Antes são necessárias reformas profundas no capitalismo brasileiro. Estas reformas vão implicar já em alguns elementos que irão contra a lógica do capital na medida em que esta lógica é a da busca exclusiva do lucro. Mas relações capitalistas certamente continuarão a prevalecer no Brasil durante um tempo que não podemos prever.

É preciso abandonar a falsa idéia, tão veiculada pela ditadura, de que é preciso primeiro fazer o bolo para depois dividi-lo.

Temos que conceber claramente o desenvolvimento econômico brasileiro como um desenvolvimento que ao mesmo tempo distribua a renda. É preciso abandonar a falsa idéia, tão veiculada pela ditadura, de que é preciso primeiro fazer o bolo para depois dividi-lo e imaginar de que maneira é possível fazer o bolo, aumentá-lo e, ao mesmo tempo, dividir a renda nacional. Acho que a única forma de termos um desenvolvimento sadio e sustentado no Brasil é através de um desenvolvimento que parta exatamente da idéia de uma forte distribuição de renda que inclua no mercado esses enormes segmentos que hoje estão excluídos. Estas são as linhas muito gerais de um projeto estratégico para o Brasil no sentido das reformas da estrutura econômica.

Ao lado disso, nenhum projeto estratégico sério para o Brasil pode deixar de lado a questão fundamental da democracia. Esta é uma questão global e não apenas política. Há também uma dimensão política que, entre nós, encontra o seu centro na questão da inclusão dos excluídos.

O grande limite do projeto neoliberal brasileiro – que aliás é um projeto que está fracassando no mundo inteiro – é que, no máximo, atenderia a alguns interesses dos setores organizados da população – das camadas médias e da classe operária – que poderiam lutar por algumas reivindicações e melhorias salariais, conseguindo, num primeiro momento, ter algum benefício com a implementação desse projeto neoliberal corporativista. Mas certamente esse projeto não tem a menor capacidade de resolver hoje esta grande questão nacional se é que ainda faz sentido falar numa questão nacional: como fazer deste país uma nação que permita a integração política e econômica do conjunto da população aos benefícios do progresso nacional? Este é o problema que um projeto estratégico alternativo tem que enfrentar.

PROPOSTA – Você disse que o projeto neoliberal está fracassando. Na sua opinião, ele ainda está presente com uma força relati-

CARLOS NELSON COUTINHO – Professor da Escola de Serviço Social da UFRJ, autor dentre outros do livro 'Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político' e 'Democracia como valor universal'.

va no cenário nacional? Qual é o grau de consistência capaz de operar as reformas radicais?

CARLOS NELSON – O projeto neoliberal se alimenta naturalmente do empresariado brasileiro, da burguesia – vamos usar o velho termo porque acho que tem absolutamente sentido –, mas também exerce alguma influência sobre esses setores de camadas médias e até sobre alguns setores operários que concordam em participar desse mercado competitivo da política, disso que se expressou muito claramente na idéia originária – depois houve alterações neste projeto – do sindicalismo de resultados da Força Sindical.

Por outro lado, a maioria dos setores populares tem interesse em um projeto alternativo, portanto, em um projeto não-liberal ou anti-neoliberal. O grande desafio que se coloca é como promover uma interlocução entre esses setores organizados da sociedade, interessados num projeto alternativo, e esses setores excluídos que não têm condições de organização em um primeiro momento. Os atores sociais dessa transição, ou setores de ponta desse projeto alternativo, estariam situados certamente na parte organizada da sociedade brasileira, naquilo que se chamaria do Ocidente brasileiro. O grande desafio para eles é justamente o de promover uma interlocução com os setores excluídos. De que maneira, por exemplo, a CUT pode colocar na sua pauta de reivindicações não só interesses dos trabalhadores empregados mas também dos desempregados, dos trabalhadores marginalizados? De que maneira politizar – no bom sentido da palavra – o sindicalismo para torná-lo não um sindicalismo de resultados que responde, portanto, aos interesses imediatos das corporações sindicais, mas um sindicalismo também desses setores que ainda não têm voz porque não têm organização para se fazerem expressar.

É impossível manter um país tão dividido quanto o nosso. Interessa aos setores organizados – inclusive para seu próprio bem estar material – que essas imensas faixas marginalizadas da população tenham uma participação ativa nos benefícios do progresso econômico e também na esfera da política.

PROPOSTA – **Você foi precursor de uma questão original quando escreveu ‘Democracia como Valor Universal’. Como você atualizaria a questão democrática frente à conjuntura eleitoral que se abre com a possibilidade do PT vencer as eleições?**

CARLOS NELSON – Continuo firmemente convencido de que a democracia é um valor universal. Durante muito tempo a esquerda teve a idéia de que a democracia era um instrumento para chegar ao socialismo. Eu diria hoje, sem medo de errar, que o socialismo é um instrumento para alcançarmos a democracia. A democracia deve ser entendida não como algo que se esgota em determinada configuração institucional e sim como um processo. Talvez eu mudas-

Eu diria hoje, sem medo de errar, que o socialismo é um instrumento para alcançarmos a democracia.

se hoje o título do meu artigo para ‘Democratização Como Valor Universal’ porque a democracia é necessariamente alguma coisa que se aprofunda e que combina indissolivelmente reformas políticas com reformas econômicas e sociais.

PROPOSTA – **O que é em última instância a democracia?**

CARLOS NELSON – A democracia é soberania popular, é cons-

Uma verdadeira democracia é um processo permanente que implica não só em modificações políticas mas também em modificações econômicas e sociais.

trução de uma comunidade participativa, é igualdade. São determinados valores que o capitalismo demonstrou claramente que é incapaz de realizar. Uma verdadeira democracia é um processo permanente que implica não só em modificações políticas mas também em modificações econômicas e sociais. Estou plenamente convencido de que não há solução para a humanidade fora da democracia. A experiência do Leste Europeu mostrou isto cabalmente. Mas há uma disputa sobre o que é democracia.

No Brasil, atualmente, nenhuma força social se apresenta no cenário político postulando o fim da democracia. Será que se trata de discutir qual democracia? Hoje há uma concepção liberal de democracia que se resume em algumas regras formais que permitem uma rotatividade no poder através dos processos eleitorais. Devemos ter um outro conceito de democracia que incorpore as conquistas liberais considerando-as imprescindíveis à democracia: os direitos civis, o direito de expressão, o direito ao livre pensamento etc. Deve incorporar também outros direitos democráticos que são os de participação. Para tanto devemos considerar formas de combinação da democracia representativa tradicional com a democracia participativa, de base, mas também direitos sociais que são direitos indiscutíveis da cidadania moderna: o direito ao bem-estar social, à educação, à saúde. É preci-

so discutir exaustivamente que de-
mocracia nós pretendemos.

Um dos graves erros do pensa-
mento de esquerda está explicitado
num pensamento de Lenin: 'ou de-
mocracia burguesa ou democracia
proletária'. Esta disjunção não exis-
te. O que existe é ou uma democra-
cia limitada, uma democracia pura-
mente liberal, ou uma democracia
de massa, conseqüente, profunda e
radical que incorpore elementos da
democracia liberal mas que vá além
deles.

Quando escrevi, em 79 – por-
tanto há 15 anos atrás –, o 'Demo-
cracia Como Valor Universal', a
grande batalha política que eu pre-
tendia enfrentar era no interior da
esquerda. A democracia era enten-
dida como uma coisa positiva por-
que propiciava a possibilidade de
uma melhor organização dos traba-
lhadores e através dessa organiza-
ção a esquerda poderia chegar ao
poder. Uma vez no poder, a demo-
cracia poderia ser até dispensável
ou se construiria essa democracia
proletária que sabemos bem a que
foi levada. O artigo, escrito ainda
sob a ditadura, tinha então uma pon-
ta polêmica muito clara pois valori-
zava elementos que naquele mo-
mento se colocavam contra a
institucionalidade vigente no Bra-
sil. Nenhum daqueles conceitos fun-
damentais formulados ali devem ser
abandonados, mas temos um terre-
no novo de luta política. A esquer-
da, hoje, precisa definir o que efeti-
vamente entende por democracia e
particularmente em que sentido se
pode falar que a democracia tem um
valor universal.

A democracia só tem um valor
universal no Brasil na medida em
que essas massas de excluídos fo-
rem incorporadas ao processo so-
cial. Só pode haver democracia para
as grandes massas da população se
elas forem capazes de se organizar,
de expressar os seus anseios e de
obter efetivamente conquistas so-
ciais, culturais e políticas no quadro
da institucionalidade.

Assim, a democratização é um
valor universal porque é um perma-
nente desafio. Nunca poderemos
chegar ao ponto de dizer que a de-
mocracia está acabada. A democra-
cia é um processo que devemos con-
ceber como em permanente cons-
trução.

Permanece ainda na cabeça da
esquerda que a democracia é uma
etapa que antecede o socialismo.

***A democratização é
um valor universal
porque é um
permanente desafio.
Nunca poderemos
chegar ao ponto de
dizer que a democracia
está acabada.
A democracia é um
processo que devemos
conceber como em
permanente construção.***

Há também um certo consenso de
que a democracia é um valor uni-
versal. Ao analisarmos, por exem-
plo, o programa de governo de Lula,
desde a eleição de 89, ele se apre-
senta como o de um governo demo-
crático-popular. Ele não pretende,
portanto, ser um programa socialis-
ta. Isto é um equívoco se concebe-
mos o socialismo como um proces-
so e não como uma coisa jogada
para o futuro. Ou seja, as reformas
que devem ser feitas agora, e que o
programa do PT contempla e pre-
tende implementar caso chegue ao
governo, já introduzem modifica-
ções na ordem social que apontam
para o socialismo. Devemos aban-
donar essa idéia de que no dia 23 de
janeiro do ano 2014 o Brasil deixará
de ser capitalista e se tornará socia-

lista. Não vejo porque chamar esse
programa de democrático-popular
e não de socialista. É um programa
democrático que contempla medi-
das que entram em choque com a
lógica do capital, que não se propõe
a extinguir o capitalismo com data
marcada mas tem elementos do so-
cialismo que serão introduzidos na
ordem social.

O capitalismo já está permeado
por elementos que são traduzidos
por uma lógica contrária à do pró-
prio capitalismo. Marx, em 1863 –
se não me falha a memória –, no
1º Congresso da Internacional dos
Trabalhadores, dizia que a fixação
legal da jornada de trabalho – que
tinha acabado de ser conquistada –
era a primeira vitória da economia
política do trabalho sobre a econo-
mia política do capital. Quantas
outras vitórias da economia política
do trabalho não foram obtidas de
1863 para cá? Temos que pensar o
socialismo como um processo cujo
momento definidor é a democrati-
zação da vida social. Mas ainda
continuamos, bem ou mal, hoje
menos do que antes, a incorrer no
mesmo equívoco.

Não estou modificando as idéias
que formulei há 14 anos atrás – e
que felizmente se tornaram um tema
de debate importante da esquerda
brasileira –, mas quero qualificá-las
melhor até porque o próprio proces-
so histórico demanda uma qualifi-
cação. Estou tentando colocar na
esfera de discussão o conceito de
reformismo revolucionário. Este
conceito foi menos assumido pela
esquerda brasileira, mas deveria sê-
lo. Originariamente é um conceito
de André Gorz, quando ainda era
marxista, que expressa exatamente
essa idéia de que a revolução é pro-
cessual, não ocorre em um momen-
to definido ou em um curto espaço
de tempo implicando na quebra da
máquina do Estado. A revolução é
um processo que se constrói através
de transformações gradativas, de
reformas profundas, e, portanto, não
é um mero reformismo.

A proposta enquanto projeto estratégico não é de melhorar o capitalismo brasileiro e torná-lo mais justo (até porque isto é contraditório com a própria idéia do capitalismo). Devemos, através de reformas profundas, apontar na direção da transformação da ordem social. É nessa medida que as reformas são revolucionárias porque têm um objetivo, uma meta. E qual é esse objetivo? É fazer com que, no lugar da lógica capitalista do lucro privado, passe a funcionar uma lógica – socialista – que vise prioritariamente o bem-estar social. Que formas terá o socialismo? Como será a propriedade? Estas são questões que devem ser postas de uma maneira mais concreta. Haverá um momento onde a lógica da organização da sociedade não será mais pautada no interesse privado e na busca do lucro mas sim no interesse público do bem-estar social. Nesse momento vamos poder falar de uma ordem social socialista e profundamente democrática: não há socialismo sem democracia assim como não há democracia sem socialismo.

PROPOSTA – A democracia nunca foi tão necessária no mundo e nunca se mostrou tão ineficaz. Você tem insistido na inclusão dos excluídos, com o que concordamos plenamente. Entretanto, os incluídos de hoje também não participam efetivamente das decisões sobre os rumos da nação. Como operar efetivamente a possibilidade de participação das grandes massas? Como ampliar a democracia?

CARLOS NELSON – Já existem várias formas de participação: quando se é membro de um partido, quando se participa de um sindicato, etc. São formas de participação que não são meramente eleitorais. Rousseau fazia uma brincadeira com os ingleses: dizia que os ingleses pensavam que eram livres; entretanto, só eram livres de 5 em 5 anos quando votavam no Parlamento. É

Devemos, através de reformas profundas, apontar na direção da transformação da ordem social. É nessa medida que as reformas são revolucionárias porque têm um objetivo, uma meta.

muito pouco apenas votar. Além de votar, é necessário controlar seus representantes e influir para que esta representação se cole às mudanças que a opinião pública exige. É por isso que deve haver formas de democracia direta. O movimento que levou ao *impeachment* do Collor, por exemplo, foi uma expressão clara de participação por canais não representativos formais, ou seja, canais de organização popular de rua, de comícios e de passeatas que são claramente participativas.

Imagino também formas de democracia mais direta na medida em que prevejo focos de autogestão. Esta é uma questão que deveríamos começar a discutir mais profundamente. As políticas sociais, por exemplo, devem ser claramente financiadas pelo Estado. Elas têm uma dimensão pública e por isso o Estado deve financiá-las. Mas a gestão das políticas sociais pode não ser do

Haverá um momento onde a lógica da organização da sociedade não será mais pautada no interesse privado e na busca do lucro mas sim no interesse público do bem-estar social.

Estado; pode ser de setores da sociedade civil. Vamos imaginar que pudessemos ter a universidade pública financiada pelo Estado mas gerida pelo conjunto dos seus criadores – professores, alunos e funcionários – e controlada pela sociedade civil através de mecanismos de participação de entidades, sindicatos e setores empresariais etc nos conselhos universitários. As políticas de saúde poderiam ser desburocratizadas na medida em que fossem geridas por seus próprios produtores (médicos e demais profissionais da área de saúde) e, sobretudo, pelos seus usuários. De que maneira conceber isso? Isto implica em questões técnicas, mas devemos imaginar que a participação também se dá na medida em que forem criados mecanismos de gestão coletiva não-estatal – e sim pública – que seriam canais incentivadores do aumento da participação nas decisões.

Ser membro do PT dá a possibilidade de influir nas decisões da linha política do partido que, por sua vez, influi nacionalmente. Mas, enquanto cidadãos, podemos ter mecanismos de participação? Uma dessas formas seria a construção de focos de autogestão que são possíveis não só nas políticas sociais como também nas próprias atividades econômicas como, por exemplo, com o desenvolvimento do cooperativismo, formas de controle público das empresas estatais de autogestão não só pelos seus funcionários mas com ênfase na sociedade. A autogestão traz sempre o grave risco do corporativismo. Ao se entregar uma empresa como a Petrobrás só aos funcionários, isso pode gerar – como gerou na experiência autogestionária da ex-Iugoslávia – elementos de um forte corporativismo. O grupo que controla a empresa vai defender os seus interesses enquanto corporação. Tem-se sempre que combinar a autogestão dos produtores diretos da empresa ou da entidade com formas de controle da sociedade civil e, portanto, de instâncias globalizadoras.

Temos que inventar – e esta é uma tarefa difícil – formas de combinação da democracia representativa tradicional, que no mundo moderno é imprescindível (já que as formas da democracia direta como as dos gregos na Antiguidade e as que Rousseau previu no Contrato Social são incompatíveis com a complexidade atingida pelo mundo moderno).

PROPOSTA – Na sua opinião, a experiência da social-democracia nos países nórdicos foi mais profícua no sentido da socialização da riqueza e da construção de instrumentos participativos? É importante, portanto, não transformar a social-democracia e o seu experimento num adversário?

CARLOS NELSON – Temos que reestudar a social-democracia, que é marcada por etapas bastante diferenciadas, procurando valorizar várias das suas contribuições.

Digo sempre que não sou social-democrata, não porque a social-democracia seja reformista mas porque ela é insuficientemente reformista. Todas as vezes que o processo de transformações por ela desencadeado se chocou com a lógica do capital, a social-democracia recuou e abandonou a reforma. É aí que reside o conceito do reformismo revolucionário. A lógica das reformas, do aprofundamento da cidadania, do aprofundamento da participação e do maior controle social aponta para a superação do capitalismo. Mas há um momento em que, no interior do capitalismo, se apresenta um limite nesse processo reformista e a social-democracia, particularmente depois de 45, tem recuado e frequentemente gerido a lógica do capital. É o que ocorre hoje em duas experiências social-democratas: a francesa e a espanhola. Acho que o limite da social-democracia não é o seu reformismo; é o seu reformismo fraco e a sua incapacidade de aprofundar o processo de reformas.

Digo sempre que não sou social-democrata, não porque a social-democracia seja reformista mas porque ela é insuficientemente reformista.

PROPOSTA – Qual é a sua visão sobre a nova ordem mundial?

CARLOS NELSON – Eu diria, como Cactano Veloso, que certamente 'alguma coisa está fora da ordem, fora da nova ordem mundial'. Hoje se reproduz em escala mundial este fenômeno da exclusão e o capitalismo, como forma de organização social na sua nova etapa, tem aprofundado sua característica de exclusão. Assim como no Brasil temos 1/4 da população vivendo mais ou menos dentro de padrões europeus enquanto 3/4 vivem marginalizados, temos, nos capitalismo desenvolvidos, 2/3 de incluídos e 1/3 de excluídos. São sinais claros da reprodução do fenômeno brasileiro. Isto é mundial. Há continentes inteiros excluídos do processo global de desenvolvimento do capitalismo. De uma maneira geral, é um fenômeno irreversível dentro do capitalismo.

Um fenômeno típico dos capitalismo periféricos está se reproduzindo mundialmente: um setor minoritário da população consegue viver com padrões bastante altos enquanto a maioria da população é excluída.

O caso mais trágico é o da África. É um continente que teve sua organização tribal esfacelada pelo colonialismo porque, em um dado momento do processo capitalista, interessava para a sua lógica matéria-prima e mão-de-obra baratas. Hoje isso já não interessa mais. Então, o que fez o capital? Abandonou a África. Estamos diante de uma situação que o capitalismo não pode como resolver com a sua lógica. A África não vai mais dar lucro. Então, como tratar este continente inteiro diante da lógica do capital?

Um fenômeno típico dos capitalismo periféricos está se reproduzindo mundialmente: um setor minoritário da população consegue viver com padrões bastante altos enquanto a maioria da população é excluída.

Havia o mito do capitalismo de que o colonialismo levaria o desenvolvimento às regiões colonizadas, mito que, no início do século, foi adotado pela social-democracia. Continha a idéia de que o colonialismo era fecundo e poderia preparar a passagem para o socialismo. Sabemos que isto não existe. O capitalismo é excludente internamente e também mundialmente. Não é, absolutamente, homogeneizador. Ele só se generaliza excluindo enormes setores da população. Não existe na lógica do capital a possibilidade de transferência de riqueza dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos. Não há como resolver os problemas de miséria do Terceiro Mundo – sobretudo da África e de várias regiões da América Latina – sem esta transferência. Ainda mais agora que temos um Terceiro Mundo ampliado com a entrada do ex-Segundo Mundo.

A Rússia vive hoje problemas tipicamente brasileiros. Existem algumas ilhas de desenvolvimento econômico como os Tigres Asiáticos, com um capitalismo altamente excludente como o brasileiro, mas onde há desenvolvimento econômico. Há a China que está se desenvolvendo economicamente, mas com formas incríveis de exclusão.

É uma ilusão esperar que a lógica do mercado resolva este problema tanto no Brasil como internacionalmente. Isto, aliás, aponta para a falácia do neoliberalismo, cuja ideologia e prática levam necessariamente à exclusão. O neoliberalismo pode até levar um determinado país a ter um crescimento espetacular de 10% ao ano. Mas ao fazer isto estará necessariamente reproduzindo em outro lugar a lógica da exclusão.

PROPOSTA – Como você vê as perspectivas de um governo democrático e socialista frente a esse processo de exclusão?

CARLOS NELSON – Sem dúvida, o governo Lula terá que enfrentar conflitos e contradições. Não devemos imaginar que as alianças anulam os conflitos. Não imagino que possa ser possível uma unanimidade nacional homogênea em torno de uma proposta. O PT terá que discutir permanentemente suas propostas.

No Brasil, a burguesia sempre foi extremamente tímida do ponto de vista político. Para usar categorias gramscianas, ela sempre foi econômico-corporativa e nunca chegou ao nível ético-político. A burguesia brasileira nunca formulou um projeto de nação. Ela nunca se propôs ser hegemônica. Só agora, talvez, ela esteja se colocando esta questão. A burguesia brasileira sempre preferiu viver à sombra de bonapartismos e cesarismos. Ela cresceu sob o governo Vargas, um oligarca gaúcho, desenvolveu-se largamente durante a ditadura e só agora tenta formular um projeto em termos neoliberais. Mas este é um projeto inviável no Brasil porque não promove a integração dos excluídos, mantendo e desenvolvendo assim a apatenação social que, em última instância, eleva a integração nacional.

A burguesia brasileira é, portanto, extremamente econômico-corporativa e combate a capacidade de formulação de projetos nacio-

nais e hegemônicos. Mas podemos construir mecanismos que atraiam setores da burguesia pelo seu próprio lado econômico-corporativo. Podemos prover, por exemplo, uma política de empréstimos a setores produtivos que desenvolvam indústrias de consumo popular. Podemos induzir oportunidades de investimentos lucrativos que possam favorecer alguns setores específicos da burguesia que, de certo modo, não obedecem à lógica do capital global do Brasil. Teremos que negociar com a burguesia mas sem ilusão de que ela vá aderir inteiramente ao projeto. Al-

O neoliberalismo pode até levar um determinado país a ter um crescimento espetacular de 10% ao ano. Mas ao fazer isto estará necessariamente reproduzindo em outro lugar a lógica da exclusão.

guns setores terão maior simpatia, alguns serão menos adversários, alguns mais. Eu não imaginaria a burguesia, enquanto classe social, como um ator capaz de participar coerentemente de um processo de transformação social no Brasil.

PROPOSTA – Está lançado aqui, portanto, um desafio à burguesia.

CARLOS NELSON – Nós temos que saber negociar pontualmente caso a caso. Certamente o setor dos latifundiários improdutivos será aquele contra o qual o PT vai se colocar duramente na tentativa de desapropriá-los. Assim como o PT terá que encontrar formas de

quebrar o monopólio frente a certos setores oligopolizados. Mas, em contrapartida, certamente, terá políticas abertas e favoráveis às pequenas e médias empresas e até às grandes empresas que sejam capazes de entrar na lógica do desenvolvimento nacional integrado.

Mas vamos pensar juntos: o capitalismo é global e cada vez mais se coloca como verdade a idéia de Trotski de que o socialismo em um só país é impossível. A globalização do capital como um fim do chamado socialismo real tornou-se mais evidente. É cada vez mais impossível que um país consiga ser socialista autarquicamente. Mas há alguns países que têm uma possibilidade maior do que outros de conseguir desenvolver processos de reforma interna articulados ao setor internacional pois têm uma maior autonomia para desenvolvê-los. O Brasil se coloca entre estes países. É muito difícil imaginar-se a Suíça fazendo reformas estruturais profundas e socializantes numa Europa capitalista justamente porque a sua integração é muito maior. O Brasil é um país com um enorme mercado potencial interno. Somos 150 milhões de pessoas. Temos um espaço muito grande para um desenvolvimento capitalista que não tenha necessariamente a mesma lógica da globalização. Não estou pregando a autarquia. Quero deixar isso claro. Mas temos um espaço de desenvolvimento onde políticas nacionais têm uma viabilidade maior do que, por exemplo, países como o Uruguai – para não falar dos países europeus –, que têm um nível de integração muito maior. Um dos grandes limites do reformismo de Mitterrand, na sua primeira fase de governo, foi exatamente o fato de que as reformas propostas para o interior da França rapidamente promoveram uma evasão de capital para outros países europeus. Como a Europa não estava num processo reformista simultâneo, as dificuldades para Mitterrand aumentaram muito.

O Brasil tem uma margem de autonomia curiosamente maior do que certos países europeus. Por que? Porque o Brasil tem um vasto setor da população que não está integrado em mercado nenhum e pode se construir para esse setor um tipo de desenvolvimento econômico capaz de lógicas que não são as lógicas do capitalismo hoje. Pode-se imaginar um desenvolvimento econômico que em grande parte se baseie, em alguns de seus setores, em tecnologias de trabalho intensivo e não de capital intensivo. Não é necessário para se fazer sapatos de consumo popular que se utilize o robô. Pode-se utilizar formas de trabalho que impliquem em maior oferta de emprego. Isto também é válido para a montagem de computadores e automóveis. Existem vários setores que não necessitam reproduzir os níveis tecnológicos mais avançados e que podem igualmente nos propiciar desenvolvimento. Outros setores não. É preciso manter um setor de exportação pois necessitamos de divisas para a importação. Não podemos destruir o nosso parque industrial instalado. Mas podemos ter vários setores da economia operando com um grau mais baixo de tecnologia pois temos mercado para isso.

PROPOSTA – Apesar das contradições no desenvolvimento, existe uma certa hegemonia no padrão americanista. Isso se traduz, no caso brasileiro, no casebre com televisão. A própria comissão com a morte do Ayrton Senna traduz um determinado grau de adesão a essa individualização, refletindo a adesão a alguém que conseguiu ter êxito, em nome da nação, na disputa no interior desse americanismo. No Brasil existem áreas em que o americanismo não é tão intenso mas, certamente, é muito intenso nas elites e mesmo na classe operária. Como você pensa esta questão da construção de novos valores? Como lidar, num espaço de

Está muito entranhado no povo brasileiro um forte individualismo que perpassa todas as camadas sociais. Não é um fenômeno restrito à burguesia; é também do povo.

cinco anos, com o investimento cultural que é decisivo?

CARLOS NELSON – Esta é uma questão importantíssima. Consolida-se uma hegemonia quando os valores desse projeto hegemônico são aceitos pela maioria da população. Seguramente tem-se no Brasil hoje um caldo de cultura muito favorável à ideologia neoliberal. A ‘brincadeira’ da lei de Gerson, de levar vantagem em tudo, reproduz a lógica do capital da ascensão social do individualismo etc. Há uma tendência a se repetir os valores do capitalismo e isto é hegemonia. Mas, por outro lado, essa hegemonia neoliberal é inviabilizada porque o capitalismo brasileiro não tem condições de oferecer um padrão decente de vida a todo mundo. Tem-se uma lógica contraditória que prega que pode realizar algo que não faz.

Partamos da seguinte idéia: o capitalismo não resolveu os problemas da desigualdade e da miséria e está ameaçado de cada vez menos satisfazer a um maior número de pessoas.

E isto traz a desagregação social.

Uma hegemonia democrática e alternativa ao neoliberalismo tem que difundir valores de solidariedade humana e de cooperação. O PT conseguirá em cinco anos? Acho difícil. Mas tem que tentar. Está muito entranhado no povo brasileiro um forte individualismo que perpassa todas as camadas sociais. Não é um fenômeno restrito à burguesia; é também do povo. Seria uma falsa colocação pôr a ética contra o interesse. Não somos kantianos. Não podemos imaginar a criação de valores solidários e de um espírito cooperativo que também não leve em conta os interesses individuais. Temos que demonstrar que estes serão melhor satisfeitos com formas de organização social cooperativas e solidárias. Sabemos que colocar como um postulado moral ‘ajude o seu próximo’ não vai funcionar. Temos que imaginar como criar valores solidários, cooperativos e públicos a partir do fato de que as pessoas também têm interesses individuais.

O capitalismo foi obrigado a incorporar populações e elevar o seu nível de bem-estar social por força das lutas sindicais, das demandas da classe operária, da pressão de partidos socialistas e pela pressão do socialismo real do Leste no período da Guerra Fria. Mas ao incorporar, ele corporativizou as demandas dos setores operários e populares de uma maneira geral. Com isso o capitalismo ganhou hegemonia. Se sou capaz de pagar um bom salário permitindo que o trabalhador tenha um automóvel, uma casa no subúrbio etc, quebro as demandas operárias e submeto-as à lógica do capitalismo. Não há classe operária mais ‘burguesa’ do que a classe operária americana que é individualista ao extremo. Ela se une apenas para ganhar vantagens materiais que, até certo ponto, o capitalismo propicia.

Partamos da seguinte idéia: o capitalismo não resolveu os problemas da desigualdade e da miséria e

está ameaçado de cada vez menos satisfazer a um maior número de pessoas. Temos que voltar portanto aos interesses puramente materiais e articulá-los com uma visão mais globalizante, mais pública, mais solidária e mais humanista, sem esquecer que as pessoas também se movem – e vão se mover sempre – por interesses individuais.

***No Brasil temos
uma possibilidade
extremamente
importante de vencer
uma eleição e fazer
um experimento
político renovador.***

Como combinar uma ética solidária e comunitária com os interesses individuais? Eis o grande desafio, cujas soluções o próprio capitalismo favorece encontrar, uma vez que não resolve nem o lado material e nem o carecimento de integração humana que o ser humano possui pois ele não é só individualista, ele é também alguém que carece do outro para existir. A busca da comunidade é também importante para a afirmação da individualidade humana. Queremos indivíduos sociais. Não queremos comunidades que esmaguem os indivíduos.

PROPOSTA – No caso da vitória de Lula, vários olhares externos se voltarão para o Brasil: o olhar de todos os radicalismos e fundamentalismos de direita e de esquerda, ou seja, todos os que vão querer derrubá-lo e todos os que vão querer que o PT ajude a derrubar outras situações pela estratégia jacobina. Por outro lado, a estratégia da social-democracia sem ideais e o resto da esquerda que sobrou integrada ou

não, mas sem muitas esperanças, também vão se debruçar sobre o experimento brasileiro. E, ainda, quem estiver tentando operar um governo de reformas meio a grandes dificuldades como Mandela e Fidel. Afora isso, o volume de expectativa interna vai ser brutal. Qual é a sua percepção do impacto que a vitória de Lula pode causar?

CARLOS NELSON – Sem excessivas vaidades e aumentando muito a nossa responsabilidade, a vitória eleitoral de Lula será um evento da esquerda mundial. Existe uma esquerda européia que tem sido sistematicamente derrotada. Nos Estados Unidos – afora em 1911 quando o PS americano obteve 15% dos votos – não existe uma esquerda atuante. Na América Latina a esquerda está debilitada. No Brasil, ao contrário, temos uma possibilidade extremamente importante de vencer uma eleição e fazer um experimento político renovador.

Um governo democrático reformista radical, que vise o socialismo no quadro da democracia, tem condições hoje bem mais favoráveis do que aquelas que foram enfrentadas por Salvador Allende, no Chile, quando havia uma Guerra Fria intensa no mundo e quando fenômenos internacionais interferiram enormemente no fracasso do seu projeto.

As expectativas quanto à eleição de Lula são sobretudo nacionais. Quem votar em Lula estará esperando mudanças imediatas e eu acho que isso não acontecerá. Vencer esta eleição não me parece difícil a não ser que fenômenos extremamente anormais ocorram – o que não está descartado –, mas o grande desafio será governar. A governabilidade implica em um desafio que é o de governar com o programa do PT. Não interessa apenas governar; o mais importante é governar realizando as reformas que almejamos. Isto implica, por um lado, em uma enorme capacidade de negociação com os setores adversos mas impli-

ca, sobretudo, numa enorme habilidade para conservar a legitimidade junto ao eleitorado que votará no PT. O que fazer, sem romper com os setores desconfiados do governo, para não romper com os setores que confiam no governo? Esse fio da navalha parece um grande desafio a ser enfrentado.

Se o PT vencer estará dando uma grande contribuição para a esquerda internacional. Não somos 'o elo mais fraco da cadeia imperialista', somos o elo mais forte dessa nova concepção da radicalização da democracia.

PROPOSTA – Por que esta possibilidade histórica se abriu no Brasil?

CARLOS NELSON – Porque o Brasil tem essa coisa interessante de ser uma sociedade Ocidental no sentido gramsciano com uma sociedade civil bastante articulada e pluralista. Mas temos dentro de nós essa contradição marcada do capi-

***Se o PT vencer estará
dando uma grande
contribuição para a
esquerda
internacional.
Não somos 'o elo mais
fraco da cadeia
imperialista', somos o
elo mais forte dessa
nova concepção da
radicalização da
democracia.***

talismo internacional que é a exclusão. De certo modo estamos na encruzilhada entre o que há de contradição e de vantagens do Primeiro Mundo e o que há de contradição no Terceiro Mundo. Talvez por isso tenha se aberto a nós, enquanto um

elo intermediário da cadeia, esta oportunidade histórica. É realmente um desafio enorme e tomara que consigamos realizá-lo bem porque senão podemos atrasar não só a esquerda no Brasil mas também a esquerda no mundo por vários anos.

Estamos no Brasil numa situação bastante nova. Tivemos tradicionalmente, na história brasileira, o que Gramsci chamou de dominação

A sociedade civil se tornou plural e hoje muito dificilmente pode se estabelecer no Brasil uma dominação de um bloco de classe sem hegemonia.

sem hegemonia. A burguesia é classe dominante no Brasil desde a abolição da escravatura, mas sempre dominou sem hegemonia. No período do populismo houve uma tentativa de hegemonia mas era uma hegemonia muito seletiva. A ditadura abriu uma situação paradoxal. Saiu do cenário deixando o Brasil como uma sociedade ocidental gramsciana. A sociedade civil se articulou durante a ditadura, o que é curioso e só foi possível porque não tivemos uma ditadura totalitária. A sociedade civil se tornou plural e hoje muito dificilmente pode se estabelecer no Brasil uma dominação de um bloco de classe sem hegemonia.

Nessa medida, a luta por valores se torna absolutamente decisiva. A burguesia está agora tentando se tornar hegemônica através da proposta neoliberal que se apóia em uma tendência individualista muito marcada no povo brasileiro em decorrência de nosso passado de pouca organização social. A própria criação da sociedade civil é um fator que pode controlar esse indivi-

dualismo, contanto que esta organização não degenera em corporativismo.

Isto que foi simplismente chamado de 'a ética na política' é o início de um movimento muito importante porque diz que a política é alguma coisa que tem que ter valores, que tem que se pautar pelo interesse público. Este pode ser o embrião da construção de uma nova hegemonia efetivamente democrática no Brasil que combine os interesses corporativos dos vários segmentos sociais com a visão pública de solidariedade, uma visão mais global que é uma outra maneira de falar de hegemonia com o pluralismo.

O pluralismo liberal é um pluralismo que nega o interesse público: cada um por si, quem tem força consegue, todos ao mercado e quem for competente que se estabeleça. É um pluralismo selvagem que não cria uma vontade coletiva comum. O nosso grande desafio é justamente criar uma vontade coletiva que se alimente das diferenças e das pluralidades.

PROPOSTA – Qual é o futuro do socialismo?

CARLOS NELSON – O que coloca o socialismo na ordem do dia são as contradições do capitalismo. O socialismo é uma proposta urgente porque o capitalismo não conseguiu resolver os problemas da humanidade. É evidente que o socialismo real também não. É um equívoco desqualificar a experiência soviética, sobretudo a do seu início quando houve um esforço legítimo de tentar romper com a ordem capitalista.

O colapso do socialismo real é um elemento positivo para recolocar o socialismo na ordem do dia exatamente porque a exclusão daquele socialismo que se tornou indesejável permite que voltemos a pensar o que é o socialismo. Sabemos hoje menos o que deve ser o socialismo do que sabemos o que o capitalismo deve ser. Se o capitalismo não deve ser porque não resolveu os proble-

mas fundamentais da humanidade, inclusive os de ordem material, uma nova ordem social tem que ser construída. A humanidade só se coloca problemas que pode resolver – já dizia Marx. Eu penso que o socialismo seja a solução para o capitalismo. Como será e que formas terá, isso é uma especulação abstrata. Mas podemos dizer que certamente será progressivo, começará se introduzindo nos poros da ordem social capitalista e progressivamente irá mudando a lógica do capitalismo. Provavelmente conviverá sempre com o mercado, só que a ordem socialista não seria compatível com a hegemonia do mercado. O mercado teria que estar a serviço do bem-estar social. Imagino também que o socialismo terá formas de economia mista. Haverá um pluralismo econômico onde a propriedade privada conviverá com a propriedade cooperativa, autogestionária e, em alguns casos, com a

O colapso do socialismo real é um elemento positivo para recolocar o socialismo na ordem do dia exatamente porque a exclusão daquele socialismo que se tornou indesejável permite que voltemos a pensar o que é o socialismo.

propriedade estatal. Isto evidentemente introduzirá contradições. Ainda bem, senão seria chatíssimo.

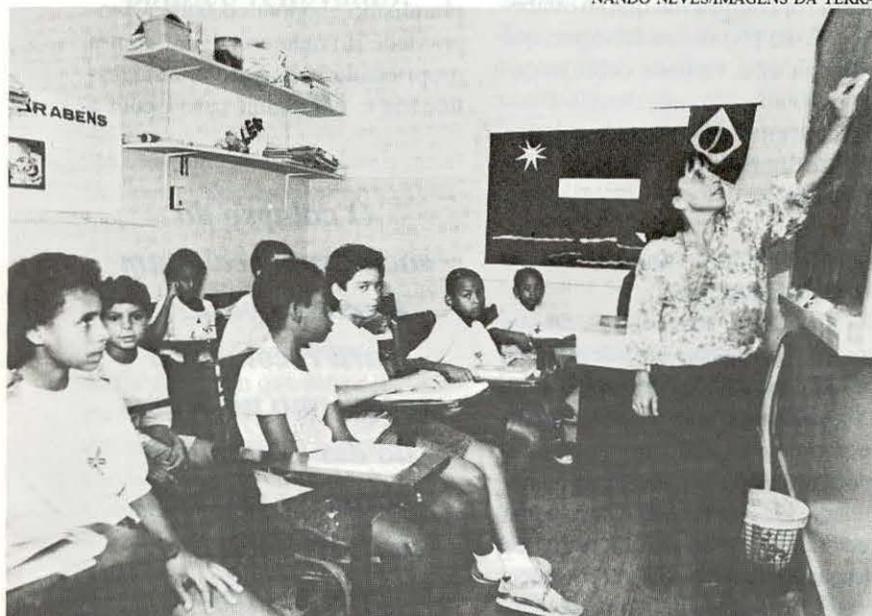
Mas quais serão as contradições do socialismo? Isso devemos nos colocar quando chegar o momento. □

ESCOLA, PARA QUE TE QUERO?

Regina Leite Garcia e
Edwiges Zaccur

*Aprofundar a discussão
em torno da crise em
que se debate a escola
é fundamental para
uma proposta de
repensar o Brasil.*

NANDO NEVES/IMAGENS DA TERRA



Escola pública em Niterói, RJ, 1994.

deveria servir ao novo projeto político. O revolucionário de duzentos anos atrás estava na tomada do poder pela burguesia, com a reviravolta histórica de uma escola para todos.

De olho no passado, com vistas ao futuro, colocamos duas questões: qual a escola necessária ao Brasil hoje e em que projeto político se insere – o hegemônico ou o contra-hegemônico?

Saltemos os duzentos anos de história. Ao longo de dois séculos, o capitalismo vem exercitando sua capacidade de superar suas próprias

*A esse ponto chegou
a escola: a uns enfada,
a outros subalterniza
e a ambos des-serve.*

crises e, apesar de tudo, a hegemonia de seu projeto vem sendo mantida. É forçoso reconhecer, porém, que o capital conta hoje com novos e poderosos suportes para a formação da mão-de-obra, para além da escola.

Teria a escola trocado uma função essencialmente político-cultural pelo papel de coadjuvante no aparato de transmissão/recepção/acumulação de informações? Estaria ela secundarizada, já que os meios de comunicação de massa, hoje cumprem eficientemente a função de informar, de divertir e de con(formar).

Entendemos que aprofundar a discussão em torno da crise em que se debate a escola é fundamental para uma **proposta de repensar o Brasil**. A perda de sintonia da escola com o seu auditório é visível. Está no olhar de desdém que os alunos burgueses lançam aos professores, como a dizer o interdito: *aprendo muito mais no mundo que herdei*. E está igualmente no olhar de resistência dos alunos das classes populares: *esse palavrório todo que eu não entendo serve para quê?* São olhares reveladores de que os alunos percebem a gratuidade de um currículo conteudístico e, no geral, esvaziado de sentido.

A esse ponto chegou a escola: a uns enfada, a outros subalterniza e a

REGINA LEITE GARCIA e EDWIGES ZACCUR – Professoras da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

ambos des-serve. Parafraseando Bakhtin, poderíamos dizer que um esforço equivocadamente sistematizado transforma a palavra, no espaço da sala de aula, em ponte do nada para lugar nenhum. O aluno se recusa a apropriar-se dela porque a presente esvaziada de sentido. O professor apenas a passa adiante enquanto retransmissor do que lhe incumbiram dizer e que tampouco para ele tem sentido.

A elite, porém, não se ressentida do conhecimento escamoteado em aulas tediosas, em que definições ocupam o lugar da formação de conceitos. Os filhos da burguesia dispõem de uma formidável rede de informantes. Cuidados extremos com a formação dos herdeiros garantem-lhes recursos e suportes necessários ao projeto de manutenção do *status quo*. Tanto assim, que as crianças burguesas, quando se afastam da escola, acompanhando os pais em viagens, na volta, retomam suas classes sem maiores prejuízos em seu aproveitamento. Progressivamente vai-se tornando cada vez mais nítida a faceta puramente cartorial da escola.

Não será mero exercício de futurologia antever um tempo em que computadores municiados por competentes programas irão assumir parte do papel desempenhado pelos professores. É possível até que, ao neotecnicismo em ascensão, suceda a redescoberta de uma pedagogia neoclássica, ressuscitando preceptores, chamados a acompanhar a educação daqueles que se outorgaram historicamente o direito de governar.

Enquanto isso não acontece, a onda neotecnicista nas escolas particulares e a crescente metodologização no front da escola pública têm muito em comum. Uma e outra correm o risco de viver o pior da escolástica, distanciando-se cada vez mais do melhor da cultura humanística.

O pior da escolástica está presente nas velhas fórmulas que, re-

Progressivamente vai-se tornando mais nítida a faceta puramente cartorial da escola.

petidas à exaustão, se cristalizam num fazer sem saber o porquê. Na Idade Média, a prática de estudo corrente, a *lectio*, se traduzia num tenso diálogo entre a razão (senhora do conhecimento – verdade dos homens) e a fé (senhora da revelação – verdade divina), enfatizando a sacralidade dos Textos. À escola da atualidade restou um conjunto de conteúdos e modos de usar transformados em doutrina sem crença nem

J.R. RIPPER/IMAGENS DA TERRA



Escola rural na Transamazônica, PA, 1990.

verdade. Apenas um fazer em que o depois repete acriticamente o anterior. Ensina-se o que está no programa sem maiores reflexões, sem busca de conhecimento, sem crença, sem sentido.

A *lectio* medieval vinha a ser uma leitura parafrásica, sem dúvida, porque parafrásicos eram comentários inseridos à guisa de exercício – as chamadas glosas interli-

neares. Mas não só. Na ânsia de compreender os Textos e à força de comentários mais ou menos reprodutores, a *lectio* se abriu à *questio*, em que se questionava até que ponto os comentários a respeito dos Textos traduziam uma leitura fidedigna. A *questio*, por sua vez, evoluiu para a *disputatio* do século XIV, em que se buscava a definição do leitor mais fiel aos Textos Sagrados. Todo esse rico e tencionado movimento foi freado pela *determinatio*, que buscou coibir o que se revelava um prenúncio de desagregação. Resultado: a determinação, a legitimação *a priori*, veio a ser a matriz da leitura unívoca com que a escola trabalha hoje.

Por outro lado, o melhor da cultura humanista vem sendo dei-

xado para trás como bagagem excedente e, portanto, desnecessária. Não se trata aqui de mero saudosismo. Quando nos ressentimos de um reducionismo dos currículos, não o fazemos por amor à erudição pela erudição, vício maior do humanista pretensioso e elitista.

Montaigne, em plena vigência do humanismo, já alertara para o mal uso do saber clássico, denun-

ciando 'que nossos mestres vão pilhando a ciência nos livros, alojando-a na ponta da língua, tão somente para vomitá-la e lançá-la ao vento'. Humanista, no sentido pleno do termo, entre teoria e tratados, optou por Ensaio, aproximações e leituras de temas essenciais, que ainda e sempre desafiam a compreensão dos homens. Ao fazê-lo, mostrou a erudição de um homem que convivera com os clássicos desde menino. A diferença é que a intimidade com os clássicos não silenciara a sua voz; antes o instrumentalizara para ler o seu tempo à sua maneira, especulando, ainda, como lhe ensinara a mais pura tradição do ócio grego.

O que lamentamos é o apagamento de uma cultura geral que passa pela história do que os homens viveram e construíram, tanto nas ciências como nas artes, na rica interação entre concepções e correntes de pensamento ao longo de diferentes épocas e latitudes. E não só lamentamos, como combatemos, uma escola em que o pseudo-conhecimento tomou o lugar do verdadeiro conhecimento, calando a ânsia natural da criança em se colocar questões sobre uma realidade que se complexifica. Aquela especulação tão cara aos debates clássicos, em que as mentes se compraziam em compreender e criar soluções para a realidade e seus enigmas, já não encontra espaço na sociedade de consumo que mal se permite parar e ver, que dirá enxergar.

Uma escola que distorce e aligeira o conhecimento e inibe a criação e a crítica, uma escola defasada de seu tempo vai perdendo terreno num contexto em que outras linguagens estão postas, sobretudo a televisiva e a informática. Contraditoriamente, a nova ordem econômica exige criatividade, compreensão da conjuntura global e rapidez na tomada de decisões. Portanto, não é de se estranhar que a elite possa um dia dar as costas para a escola, exclamando com desdém: 'Escola, para que te quero?'

Humanizamos a máquina e reificamos o homem: será essa a herança do século XX ao XXI? Terá a espécie humana recalçado o afã por conhecer e produzir conhecimento? Definitivamente não, que para isso somos feitos – para pensar e criar, avaliar e repensar, criticar e recriar. Mas se a burguesia pode até desdenhar a escola que já lhe deu a contribuição possível, diversa é a situação da classe trabalhadora. Tal como a antiga burguesia do século XVIII cobiçava os bens culturais que a nobreza tomara para si, hoje esse é o papel das classes populares que não mais se acomodam aos restos do banquete da elite, onde pouco ou quase nada lhe sobra.

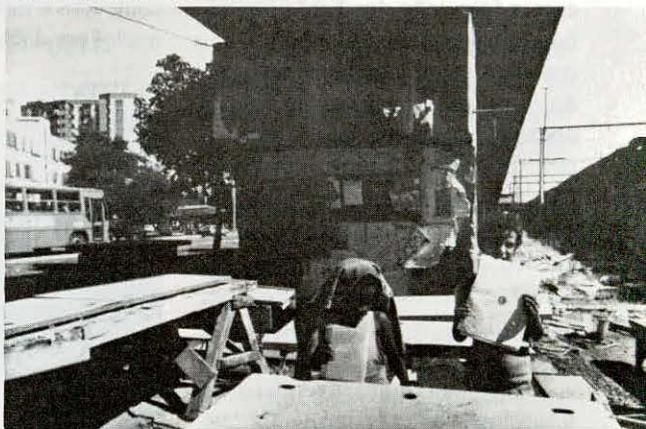
É, pois, de uma escola que reencontre sua história contra-hegemônica, conjugada a um projeto também emancipatório, que nos devemos ocupar. E porque a escola está em crise, é no bojo de uma crise global que se deve compreendê-la.

O primeiro passo é encarar sem meios-tons os impasses que nos assolam. Estamos, sim, entre os países retardatários da ordem capitalista. Temos 56 milhões de pessoas vivendo na miséria absoluta, dez milhões de crianças entregues à própria sorte nas ruas, herdamos uma escola excludente e consequen-

temente o número de analfabetos *tout court* se soma ao dos analfabetos funcionais, ultrapassando 50 milhões e, *last but not least*, temos uma saúde doente em que morrem 250 mil crianças por ano (a metade antes de completar um mês) e proliferam doenças (às de sempre: diarreia, cólera, dengue, sarampo e agora a AIDS), em meio ao mesmo desatendimento vergonhoso para não dizer criminoso. E envolvendo tudo isso, uma crise ética, cruamente posta a nú.

Chega de pensar o Brasil, abençoado por Deus que em futuro, sempre adiado, transformaria em terra prometida. O que temos é esse sana-

GIANNE CARVALHO/IMAGENS DA TERRA



Escola embaixo de viaduto, Praça da Bandeira, RJ.

Uma escola defasada de seu tempo vai perdendo terreno num contexto em que outras linguagens estão postas, sobretudo a televisiva e a informática.

tório às avessas, em que instituições, ética e valores morais apodrecem. Mas de nada vale olhar o olho da tragédia, não fosse para da morte extrair vida. Metáfora? Não. Apenas a dialética da natureza de que fala Engels e que está por trás da força mítica da fênix renascida. Mas se não cabe o desespero paralisante, o conformismo do vai **de mal a pior**, também não cabe o **seja o que Deus quiser**. A fênix só renasce quando um povo se faz nação, virando o jogo de forças.

A história recente da África do Sul nos ajuda a entender um processo de luta contra-hegemônica que, após quase quatro séculos de luta, ora se consagra vencedor. O país inaugura um novo ciclo, vindo o

que era morte se fazer vida, nas cores vivas de uma bandeira cujo povo não se viu obrigado a embranquecer. O presidente eleito, recém-empossado, marca a diferença entre um governante para um povo e um governante do povo. Na explosão da vitória da raça, nos gestos, nas palmas, no ritmo da dança, Mandela é reconhecido pelos seus, com eles dança e festeja a vitória, mas igualmente se faz reconhecer pelo mundo. É ao mesmo tempo a expressão daquele povo, um intelectual orgânico, que por ter mergulhado profundamente na cultura do seu povo, pôde também dar o salto para a cultura universal.

Na explosão da vitória da raça, nos gestos, nas palmas, no ritmo da dança, Mandela é reconhecido pelos seus, com eles dança e festeja a vitória, mas igualmente se faz reconhecer pelo mundo.

tar **escola para quê te quero?** e repensar uma resposta mobilizadora diversa da meramente cartorial que

EVERALDO ROCHA/IMAGENS DA TERRA



Escola Getúlio Vargas, Bangu, RJ.

E quanto a nós, país místico que historicamente se viu obrigado a embranquecer, mascarando um preconceito sempre presente? Também estamos diante do desafio de construir um projeto político contra-hegemônico que produza uma escola inclusiva, com identidade própria. Não somos um país de negros nem de brancos. Somos mestiços de variados matizes: do índio, do afro ao europeu, incluindo nipônicos e árabes e tantos outros. A riqueza dessa identidade mestiça seria a multiculturalidade – a afirmação do plural, sem que uma cultura abafe as demais, mas intercambiando cores, valores, crenças e saberes.

É dentro deste contexto que a classe trabalhadora pode se pergun-

postos, ainda que não-ditos. Que os negros se expressem via linguagem corporal, destacando-se nos espor-

É dentro deste contexto que a classe trabalhadora pode se perguntar escola para quê te quero? e repensar uma resposta mobilizadora diversa da meramente cartorial que lhe vem sendo inculcada.

tes, na dança e até na música, a sociedade aceita e aplaude, desde que se reserve aos euro-brasileiros a propriedade da cultura universal e o papel de formadores de opinião.

É contra isso que uma escola efetivamente emancipatória se coloca quando ensina a escrever dentro de um projeto que afirme desde cedo a identidade mestiça. Que se compreenda que aprender a ler e a escrever faz parte de um instrumental necessário para brigar melhor, como insiste Freire. Que não mais aconteça aos jovens brasileiros cumprir a escolaridade obrigatória sem se capacitarem a preencher um formulário, a compreender o que é lido e a escrever o necessário.

Em resumo, que todos possam se sentir donos da língua de sua nação, nos seus diversos usos. Para isso a escola: para se apropriar de outros usos que não o de seu grupo social. Mas para tanto é preciso que a língua se faça linguagem experimentada em todas as possibilidades. É essencial viver situações reais de interlocução, num amplo dialogismo que se estende ao interlocutor ausente e interroga o passado para entender o presente e construir o futuro. É essencial recriar o sentido de história no registro do vivido. É essencial ainda que a palavra escrita seja revitalizada pela co-presença de outras linguagens. Isto significa atender ao chamado de Benjamin, de Groddeck e de Freire que nos convidam a ir à escola da vida nas ruas e a desconfiar da escola sem vida.

As classes populares precisam primeiro se reconciliar com a sua história, descobrindo e redimensionando a sua cultura como parte de uma cultura universal. Não é fácil desconstruir a ideologia que os faz ver como estigma a própria identidade cultural. O que impede o avanço é não se ver como sujeito histórico que não se apropria da cultura letrada, segundo o modelo europeu e branco, nem conserva o orgulho da raça que se afirma na sua identidade e diferença. Para isso concorre o simulacro da ausência de preconceito social: não sendo assu-

mido e problematizado, pode seguir operando de modo duplamente perverso na negação da diferença e na cobrança do historicamente não incorporado.

Quando nos voltamos mais para a cultura afro-brasileira, o fazemos porque pelo menos 80% da população brasileira é constituída de mestiços e são esses os mais penalizados pelo paradigma excludente que a escola reflete.

Mal as crianças chegam à escola, precisam adaptar-se ao modelo em que prevalece o trabalho individual e silencioso, sem espaço para a explosão de emoções (risos e abraços, provocações e tapas) – impulsos do Eu para o Outro. Ignora-se uma história gregária, fortemente marcada pelo sujeito coletivo, presente em suas manifestações culturais (o candomblé, o samba de roda, a capoeira...). Não se percebe a negação de uma cultura quando se cobra uma disciplina que não foi historicamente construída. Espera-se uma rápida adaptação ao modelo europeu facilmente internalizado pelo euro-brasileiro porque integrante de sua cultura. Mas a resposta é um silêncio feito de resistência armada ou a internalização da culpa pela dificuldade ou ainda a resistência declarada, concorrendo seja para a expulsão, seja para a evasão.

Não faltam exemplos de práticas pedagógicas que operem em sentido oposto ao da cultura de origem. Mas isso não é tudo. A sociedade não consegue apagar as marcas da cultura afro, não chegando, portanto, a concretizar o projeto – um dia acalentado – de embranquecimento. Mas consegue, sim, marcar a diferença com o estigma da não-cultura. Uma escola emancipatória precisa ajudar os alunos das classes populares a descobrir a cultura de seus antepassados como parte da cultura universal. É esta identidade reconstruída e afirmada que fornece o chão necessário para o impulso e o salto para o universal.

A pedagogia emancipatória que avaliamos não nos impõe um modelo globalizador – que de resto não

pode sê-lo (até porque não incorpora as culturas que lhe são estranhas) –, mas, ao contrário, nos desafia a pensar o novo, levando em conta todas as nossas cores – a nossa identidade mestiça. E por isso é nova e não uma nova reformulação de velhas práticas. Mas para que o novo brote é preciso que o velho morra, deixando-se transformar.

Estamos entrando na questão do método como caminho para, tentar desfazer o equívoco que freqüentemente leva a escola a cair na metodologização. O neologismo faz sentido porque desejamos sublinhar a ação de metodologizar: ditar passos para que outros sigam as pega-

Mas para que o novo brote é preciso que o velho morra, deixando-se transformar.

das do caminho já trilhado. Como se isso fosse possível. Como se as águas que correm nos rios não fossem outras, como se outros não fossem os momentos, os espaços e os sujeitos. Trabalhamos, portanto, com uma direcionalidade: a identidade cultural e histórica de onde emerge um sujeito coletivo que tanto mais se mobiliza para pensar, criar, transformar, quanto mais empenhado em projetos solidários.

A partir de alguns fios se tecem redes de relações. Tomemos a palavra, fio primeiro, para urdí-lo como história de vida e trançá-la a história de um povo. Os alunos poderão compreender, em seu universo cultural, a força da palavra negada: a um só tempo história de dominação e resistência. A história oficial pode assim ser reescrita, enfatizando não a história dos vencedores ou apenas a história dos vencidos, mas os embates em que os valores, as culturas, os interesses, as concepções conflitantes se explicitam.

Faz toda diferença discutir a escravidão de forma crítica, com ênfase na identidade cultural de uma raça que não se rendeu e, apesar de tudo, conseguiu preservar valores genuinamente seus. Faz toda diferença assumir a diferença como categoria e não como distúrbio à harmonia positivista. Então, a escola se revitaliza porque transforma em conteúdo curricular a cultura da qual essas crianças fazem parte. E, sobretudo, sucessivos desvelamentos se colocam em curso.

De repente a professora descobre o que significa impor uma língua-padrão e desqualificar a língua falada pelas crianças. Elas que também são vítimas desse mesmo processo quando os doutores da universidade vêm lhes ensinar como ensinar, numa língua que não entendem. E, conseqüentemente, quando voltam para sala de aula, continuam a fazer o que sempre fizeram pois têm uma língua de 'treinamento de professora' e uma língua 'de dar aula'.

E se no cotidiano o exercício da descoberta chamar novas descobertas, a escola desvelará a questão essencial: que um povo só se faz nação quando forja sua identidade cultural, quando resolve sua história em busca de suas raízes. Esse Brasil multi-cultural tem nas diferenças que o matizam sua riqueza: euro-brasileiros, afro-brasileiros, nipo-brasileiros e os chamados índios, brasileiros desde sempre e quem mais tenha vindo para ficar, brasileiros todos, chamados a construir o projeto emancipatório de uma nação. Uma tal virada demanda a construção de nova pedagogia comprometida com a identidade desse povo, demanda uma escola emancipatória empenhada em formar sujeitos efetivamente cidadãos, senhores de sua história, de sua língua, de seu destino.

Só então uma nação mestiça, que se assume e se respeita como tal inteiramente, se fortalece para encarar o mundo sem se dobrar subservientemente. □

IGREJA CATÓLICA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO: UM PEQUENO BALANÇO

Lorenzo Zanetti

ENERALDO ROCHA/IMAGENS DA TERRA

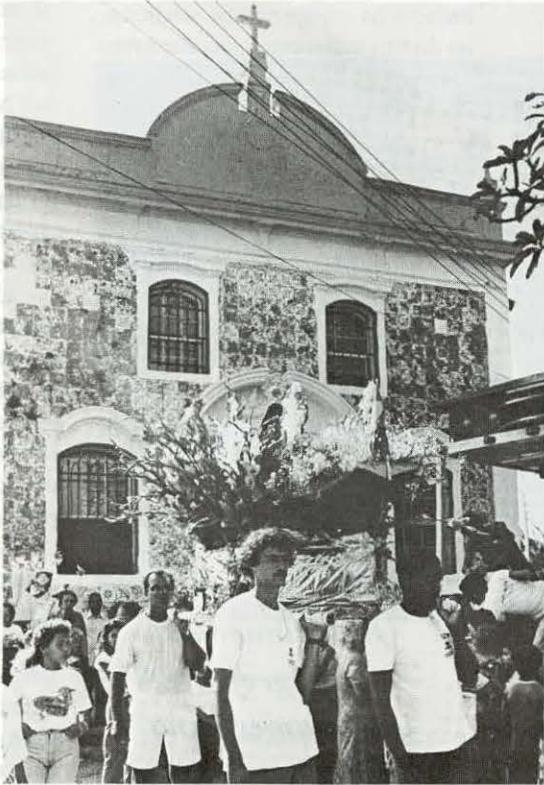
Qual é a expectativa que a sociedade brasileira pode ter em relação à Igreja na construção de um modelo de desenvolvimento para o País? Parece fora de discussão que a Igreja tenha uma contribuição a dar. Independentemente da avaliação de cada um – quanto a seu peso e significado –, é incegável a presença ativa da Igreja na história do Brasil.

Nos últimos trinta anos a luta contra a ditadura, a construção do movimento popular e a defesa dos direitos humanos tiveram uma contribuição significativa da Igreja.

Falando nesta instituição específica – a Igreja Católica –, torna-se necessário distinguir sua hierarquia – os bispos e o clero em geral – e os leigos.

No âmbito da política do País, a hierarquia da Igreja, em vários momentos, teve uma participação direta desde a colonização. Afinal esta hierarquia era um “poder” e, implícita ou explicitamente, sempre foi consultada e muitas vezes chamada a participar nos momentos de grandes decisões.

Um dos aspectos interessantes, e que mereceria ser melhor analisado, é que a hierarquia da Igreja Católica brasileira nunca adotou a postura de criar o partido ou o sindicato cristão. A Liga Católica e os círculos operários cristãos, que são formas mais elaboradas de engaja-



Procissão Marítima de São Pedro – RJ.

mento dos cristãos até 1960, ficaram dentro dos parâmetros de uma organização cristã sem pretensão de substituir ou de competir com partidos e sindicatos. A mesma política se manteve fundamentalmente também quanto à criação da Ação Católica e suas estruturas setoriais: JEC, JUC, JOC, ACO. Com o surgimento, no final da década de 60, das Comunidades de Base (CEBs) e pastorais sociais, nos anos 70, (CPT, CPO, CIMI), a idéia de um partido ou um sindicato cristão sempre foi descartada pela maioria dos bispos.

Nossas considerações têm como referência a Igreja Católica, mas poderíamos referir-las também a outras igrejas, cristãs- evangélicas, que partilham da mesma postura e cujos membros, em vários casos, integram as CEBs e participam das pastorais. Os cristãos, mesmo os militantes nas diferentes organizações da Igreja, mantiveram esta postura de trabalhar e disputar a hegemonia nos movimentos populares e sindicais.

Estas considerações iniciais nos parecem importantes para a definição da natureza e estilo que pode ter a contribuição da Igreja e dos cristãos no desenvolvimento do País. Esta contribuição não se dará a partir de uma proposta política global que se contraponha ao atual modelo de desenvolvimento ou aos diferentes projetos partidários, nem apoiando e muito menos ainda criando um partido político.

LORENZO ZANETTI – Técnico da FASE, coordenador do SAAP (Setor de Análise e Assessoria a Projetos). Mestre em Educação pelo IESAE (Fundação Getúlio Vargas). Trabalhou junto ao movimento sindical (oposições sindicais, sindicatos cutistas) e nos movimentos de igreja sobretudo na pastoral operária das Dioceses do Rio e de Nova Iguaçu. A convite da CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil) deu cursos de formação sócio-política como parte do currículo de formação de novas religiosas e religiosos (noviços).

***O campo de ação
não é a disputa
política mas a
formação das
consciências dentro de
valores éticos que são
imprescindíveis para a
vida pessoal e social
dos cidadãos.***

“A Igreja como instituição, para preservar sua unidade, não opta por partido, mas oferece princípios e exigências éticas” diz uma das declarações da 32ª Assembléia da CNBB, citada pelo seu presidente, D. Luciano Mendes de Almeida.¹ Seu campo de ação não é a disputa política mas a formação das consciências dentro de valores éticos que são imprescindíveis para a vida pessoal e social dos cidadãos.

Com isso a Igreja deixa a seus membros a responsabilidade de sua opção política partidária. Oferece critérios éticos, procura educar seus fiéis nesta perspectiva, deixando para cada um a interpretação dos fatos.

Esta postura da CNBB, colocada assim, fica clara, porém deixa margem a uma série de questões:

(a) É possível uma educação ética? Qual seu peso real na medida em que os princípios não são referidos aos processos concretos das pessoas e das sociedades?

(b) Até que ponto a Igreja limita sua ação educativa aos “princípios abstratos” e até que ponto tais princípios refletem uma interpretação a priori da realidade do homem e da sociedade e de uma análise das dinâmicas concretas nas quais a humanidade está envolvida?

(c) A Igreja, a partir dos valores que a inspiram, já avançou na definição da sua posição não só em relação ao comportamento individual mas também em relação às estruturas sociais. Na encíclica

“Centesimus Annus”, escrita para comemorar o centenário da “Rerum novarum” (encíclica escrita pelo Papa Leão XIII em 1891, considerada como documento que abre a história da doutrina social da Igreja), o Papa João Paulo II tenta uma síntese da doutrina da Igreja em relação aos conceitos de nação; de Estado (e seus papéis) em relação à questão do poder; ao capital, à propriedade privada, ao lucro, ao trabalho e às organizações sindicais; ao direito individual, social e internacional; à democracia, à liberdade, à pobreza, à justiça, à ecologia, ao avanço tecnológico etc. Se a Igreja, a partir dos princípios que defende, já tem sua posição frente a tudo isso, pode continuar se apresentando só como defensora de princípios éticos sociais?

(d) Os documentos da Igreja latino-americana (Medellín, Puebla, Santo Domingos) concretizam, mais que os documentos papais, as análises de nossa sociedade; condenam não só os efeitos mas os mecanismos e as estruturas sociais que são a causa dos problemas no continente.

***Os documentos
da Igreja
latino-americana
condenam não só os
efeitos mas os
mecanismos e as
estruturas sociais que
são a causa dos
problemas no
continente.***

O que falta para “dar o nome aos bois” na complexa disputa de poder que caracteriza hoje a realidade brasileira? Porque na análise e na crítica ao comunismo e aos países socialistas não houve, por parte da Igreja, essa “isenção”?

***A criação da CUT
e do PT, assim como
sua implantação
pelo Brasil inteiro,
tem como um dos
apoios fundamentais
os grupos ligados à
Igreja e às suas
pastorais.***

Não vamos aprofundar estas questões, mas voltando ao tema proposto podemos concluir que o campo de contribuição da Igreja, enquanto instituição, está definido e não vai mudar.

Esta contribuição se coloca em relação a valores e princípios que se baseiam numa certa visão da pessoa humana (cuja valorização é a referência máxima da moral e da doutrina social da Igreja) e numa análise da realidade sócio-política marcada por esta visão.

No Brasil, não teremos um episcopado que coloque como obrigação dos cristãos sua unidade política e que para garantir isso aponte o partido a ser apoiado, como por exemplo aconteceu na Itália. Mesmo que haja uma mudança (como está de fato havendo) na escolha dos bispos, que leve à diminuição do número de bispos progressistas, o quadro definido em relação à Igreja do Brasil não irá mudar.

De nossa parte preferimos a postura da Igreja brasileira, mais respeitosa da liberdade dos indivíduos, mesmo que nossa expectativa em vários momentos tenha sido de uma maior incisividade e clareza de posições. Pensamos que, com todos seus limites, a contribuição da Igreja no campo ético-político é fundamental porque, como diz D. Luciano,

1 - Folha de São Paulo, 23/04/94

“sem a superação da crise ética, as atuais mudanças sociais e culturais não poderão conduzir a uma sociedade justa e fraterna”.²

Cabe à esquerda e aos setores progressistas brasileiros conhecer, valorizar e divulgar as contribuições que a Igreja vem dando e superar preconceitos que minimizaram a importância da Igreja, de suas análises e de suas posições.³

Se no âmbito da Igreja enquanto instituição há uma definição de espaços e contribuições estabelecidas e mais ou menos determinadas, o mesmo não se pode dizer em relação à Igreja entendida como o conjunto de povo e hierarquia. Olhando a Igreja desta forma, o quadro e as expectativas, no Brasil, podem se alterar bastante.

A Ação dos Cristãos

As experiências, sobretudo nos últimos 30 anos, mostram a importância dos cristãos na vida sócio-política brasileira: as CEBs e as pastorais sociais (respaldadas pela hierarquia) tiveram um papel fundamental para “democratizar” uma cultura anti-autoritária na época da ditadura e para motivar amplos setores populares a um engajamento político. Os frutos deste trabalho aparecem em todos os recantos do país com a criação do movimento de mulheres (Clube de Mães), de associações de bairro e de favelas, de oposições sindicais etc. A criação da CUT e do PT, assim como sua implantação pelo Brasil inteiro, tem como um dos apoios fundamentais os grupos ligados à Igreja e às suas pastorais.

Ressaltamos estas contribuições diretamente ligadas à organização sócio-política da sociedade civil popular, mas a contribuição dos cristãos é mais ampla: Pastoral da Saúde e das Crianças; participação na campanha pela ética na política contra a fome; luta dos índios pelos seus direitos e pela demarcação de suas terras; luta pela terra etc.

Qual será no futuro a contribuição desta “Igreja Popular”?

É importante não esquecer, mesmo que tenhamos feito uma distinção entre esta e a Igreja institucional, que estamos tratando de uma só realidade, onde uma parte depende de outra. Portanto esta “Igreja popular”, sem o respaldo de setores da hierarquia e do clero em geral, teria muito maior dificuldade em continuar e se consolidar.

J. R. RIPPER/IMAGENS DA TERRA



Escola em área de conflito – Pará.

Se, na postura da Igreja como instituição, as mudanças de bispos não trarão maiores alterações em sua prática no que diz respeito à ação dos cristãos engajados na política e nas lutas sociais, a mudança na hierarquia poderá ter um peso muito grande. Os exemplos locais não nos faltam: é só pensar as mudanças em Viana, no Maranhão, depois da morte de D. Hélio, ou a situação de padres e leigos engajados, de Recife, com o substituto de D. Helder.

Sem esquecer esta importante “variável”, quais as contribuições desta Igreja-povo no desenvolvimento do País? Apontamos alguns dos eixos por onde poderá se dar tal contribuição:

(a) As pastorais populares, ao mesmo tempo que se aproveitaram do apoio hierárquico, atuaram no sentido de mudar o perfil da Igreja instituição. Trata-se de uma contribuição que deverá continuar. Para isso será importante manter-se na instituição e atuar para que esta assumira posições coerentes com a libertação dos pobres e excluídos.

Inseridas nas lutas populares, estas pastorais podem ser instru-

mentos privilegiados para a Igreja entender os “sinais dos tempos”, através dos quais, como dizia o Papa João XXIII, Deus continua falando à humanidade.

(b) O modelo neoliberal do capitalismo acentua o caráter discriminatório e excludente deste sistema.

Todos, que crêem num mundo justo e solidário, estão comprometidos na mudança deste sistema.

A Igreja tem um acúmulo, em sua história, de atenção “aos últi-

2 - Folha de São Paulo, 23-04-94

3 - Há muitos anos ‘L’Unitá’, jornal do Partido Comunista Italiano, hoje PDS, divulga as encíclicas papais, criticando nas também destacando suas contribuições.

mos". E com certeza esta atenção vai continuar. Cabe aos cristãos, engajados nos movimentos, fazer com que a opção pelos pobres e pelos últimos não se reduza a ações assistenciais e que sua ação politize esta opção da Igreja. Neste sentido uma das tarefas dos cristãos é avançar na identificação destes "últimos".

A primeira Semana Social brasileira (nov. 91) organizada pela CNBB reconhece que, "embora a massa sobranse seja sobranse também nela (na Igreja), e embora esteja, de fato, ausente deste mundo (assim como estão ausentes o movimento sindical e os partidos progressistas), a percepção desta realidade pode significar um novo planejamento pastoral".

O documento elaborado durante a Semana Social tenta avançar nesta reflexão identificando a funcionalidade destes últimos ao sistema: sua exclusão não só econômica, mas também cultural, os sujeitos capazes de articular "os grupos sociais marginalizados e os movimentos organizados da sociedade civil".

(c) A contribuição dos cristãos e da Igreja em seu conjunto se caracterizou, muitas vezes, pela denúncia, pela condenação e por uma missão que os cristãos chamam de "profética".

A Igreja tem a obrigação e as condições através de seus quadros técnicos e a partir de seus princípios de participar, junto a outros setores da sociedade civil, na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento.

Acreditamos que a maior contribuição dos cristãos engajados, que constitui também um grande desafio, é procurar encontrar as mediações políticas construídas com o apoio de técnicos, cristãos ou não, de diferentes áreas do saber e com o envolvimento dos setores sociais onde desenvolvem sua ação pastoral, para que os princípios e valores, historicamente reafirmados pela doutrina social da Igreja, sejam traduzidos em propostas historicamente assimiláveis na for-

mulação e implementação de um novo modelo de desenvolvimento.

O que se espera dos cristãos, na realidade, além de uma ação "profética" é que continuem, ampliem e aprofundem seu comprometimento com os processos concretos que nossa sociedade está vivendo, atuando no interior de movimentos, partidos e grupos, levando propostas qualificadas e substanciais, sem complexos (de inferioridade ou superioridade, sem sectarismo, abertos ao diálogo e a uma relação profundamente democrática.

Todos, que crêem num mundo justo e solidário, estão comprometidos na mudança deste sistema.

Lembramos alguns dos princípios e valores cuja reafirmação é importante, mas cuja eficácia política depende de mediações técnico-políticas que os cristãos serão capazes de produzir:

1) A centralidade do homem, "como pessoa, dotada de subjetividade, capaz de agir de maneira programada e racional, capaz de decidir por si mesma e tendente a realizar-se a si mesma" (João Paulo II, *Laborem Exercens* n° 6);

2) O trabalho, da pessoa humana, a serviço de sua humanidade e de sua vocação como pessoa. Neste sentido, "o trabalho humano é uma chave, provavelmente a chave essencial, de toda a questão social, se nós procurarmos vê-la verdadeiramente sob o ponto de vista do bem do homem" (João Paulo II, *Laborem Exercens* n° 3);

3) Os valores conseqüentes desta visão do homem e do trabalho, pensados no contexto global da realidade contemporânea:

– "prioridade do trabalho em confronto com o capital";

– "o primado do homem em relação às coisas";

– "o direito à propriedade privada subordinado ao direito ao uso comum". E isto diz respeito, de modo particular, à propriedade dos meios de produção. Considerá-los isoladamente, como um conjunto à parte de propriedades, com o fim de os contrapor, sob forma de "capital", ao "trabalho" e mais ainda com o fim de explorar o trabalho, é contrário à própria natureza de tais meios e a de sua posse".

– os direitos humanos relacionados ao trabalho: "é precisamente a consideração dos direitos objetivos do homem ao trabalho, – de todo o tipo de trabalhador braçal, intelectual, industrial, agrícola, etc. – que deve constituir o critério adequado e fundamental para a formação de toda a economia, na dimensão tanto de economias de cada uma das sociedades e de cada um dos Estados como no conjunto da política econômica mundial e dos sistemas e das relações internacionais que derivam da mesma política".⁴

4) A democracia, como estilo de convivência social e a valorização dos mecanismos que garantam a participação dos trabalhadores, sobretudo os sindicatos.

A contribuição dos cristãos no Brasil, pode assumir variadas formas em diferentes níveis: na formação, na organização, na proposição. De nossa parte gostaríamos de lembrar mais uma missão: manter viva a esperança.

Concluímos usando as palavras de Everlindo Henklein, na primeira Semana Social brasileira: "trata-se de hoje recriar de novo um caldo cultural – de preocupação social, uma esperança – para desmanchar a paralisia que nos acomete pelo pesadelo por que passamos. Mais do que nunca, as palavras de W. Benjamin são importantes nos tempos que passam: "Por amor aos desesperados, ainda conservamos a esperança." □

4 - Todas as citações colocadas entre aspas são tiradas da encíclica papal 'Laborem Exercens'.

REFLEXÕES PARA UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NO CAMPO

Mesa-redonda com Chico Menezes, Jean Marc von der Weid, Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Emília Lisboa Pacheco

PROPOSTA – O Brasil não fez a reforma agrária quando a maior parte dos países do mundo, inclusive países em desenvolvimento, promoveu sua reforma agrária. Por que?

LEONILDE – Para entender porque o Brasil não realizou a reforma agrária é preciso clarear alguns processos históricos do país.

Desde o século passado falava-se na necessidade de alterar as estruturas fundiárias. Mas a questão da reforma agrária, enquanto tal, começa a aparecer nos anos 20 com o sentido de abrir caminho para a democratização da sociedade. Mais tarde, nos anos 50, ela é retomada intimamente articulada à questão do projeto de desenvolvimento, passando a ser vista como uma condição para deslanchar esse processo. Este é um momento diferente porque a discussão da reforma agrária aparece fundada em um movimento camponês extremamente vivo que demandava terras, efetuava resistências de posseiros e lutas de arrendatários para permanecer na terra.

No início dos anos 60 começaram as ocupações de terras em diversos pontos do país - tanto no Nordeste, quanto no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul -, dando vitalidade e uma presença política muito forte à bandeira da reforma agrária, a ponto de ser transformada

EVERALDO ROCHA/IMAGENS DA TERRA



Foi em torno da disputa pela reforma agrária, nos anos 60, que os proprietários vitalizaram as suas organizações empresariais.

em carro-chefe das chamadas reformas de base do período pré-Golpe.

Mas nesses dois momentos distintos o debate em torno da reforma agrária se defrontou com a localiza-

ção da estrutura de poder dos proprietários fundiários que conseguiram bloquear qualquer perspectiva de reforma agrária nos anos 30, quando não era acompanhada de movimento popular forte, e nos anos 60, quando o movimento era forte.

Foi em torno da disputa pela reforma agrária, nos anos 60, que os proprietários vitalizaram as suas organizações empresariais, como, por exemplo, a Confederação Rural Brasileira que se constituiu em grande medida - embora não exclusivamente - no sentido de questionar a idéia de reforma agrária. Foi neste período que os proprietários também conseguem - numa primeira exibição do filme que continuamos a ver até hoje - se articular eficientemente no Congresso através de um bloco ruralista que bloqueia qualquer possibilidade de passar

CHICO MENEZES – Economista e coordenador da Área de Estudos Agrários do IBASE.

JEAN MARC VON DER WEID – Agroeconomista e diretor executivo do AsPTA.

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS – Socióloga e professora do curso de pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola da UFRJ.

MARIA EMÍLIA LISBOA PACHECO – Antropóloga e diretora do Programa de Pequenos Produtores da FASE Nacional.

projetos de reforma agrária no Congresso. Era uma bancada numerosa e formalizada, com um perfil semelhante ao de hoje. Foram mais de duzentos projetos de reforma agrária que passaram no Congresso e todos foram engavetados ou freados em algum momento. Nas votações, a rejeição se amplia para muito além do número dos ruralistas.

Nos anos 50-60, as esquerdas tinham a esperança de que a burguesia industrial pudesse ter interesse e apoiasse a reforma agrária. Mas o grande momento da reforma agrária nos anos 60 não se realizou por causa de um bloqueio político muito forte do setor industrial. Ela não dependia da reforma agrária para a expansão do mercado interno (como efetivamente depois se fez através de máquinas, equipamentos etc). E no Brasil, naquele momento, não existia nenhuma posição semelhante às histórias clássicas dos países europeus, de um profundo interesse entre os segmentos industriais e a propriedade da terra.

Imediatamente depois do golpe militar, paradoxalmente, tivemos a aprovação do Estatuto da Terra, entendido como lei de reforma agrária, que vem atender a algumas reivindicações básicas do movimento pré-64. O Estatuto é aprovada por um Congresso que tinha sido expurgado de todos os seus elementos mais à esquerda.

Na verdade, a compreensão deste fato permanece ainda como um desafio para nós. Mas, sem dúvida alguma, correspondeu aos interesses de um setor, uma espécie de elite pensante do segmento, que promoveu o Golpe e que tinha uma proposta de modernização intensa da agricultura onde haveria espaço e interesse em incentivar a empresa rural e, nos termos da época, combater o latifúndio. Mas o Estatuto da Terra, enquanto legislação, foi produto do encontro e da disputa de concepções diferenciadas. O grupo que elaborou o Estatuto da Terra tinha posições diferentes no seu in-

terior e houve um debate intenso. Aprovado, o Estatuto da Terra se tornou um instrumento de disputa política e começou a ser progressivamente deixado de lado.

Até o início dos anos 80 houve um novo fôlego a partir da política de crédito subsidiado que modificou profundamente a agricultura, promovendo uma enorme mudança nas características da agricultura brasileira, modernizando-a intensamente e ligando como nunca os negócios financeiros à questão da terra.

Aprovado, o Estatuto da Terra se tornou um instrumento de disputa política e começou a ser progressivamente deixado de lado.

JEAN MARC – Em 71, no auge da repressão, surgiu também o Pró-Terra com uma formulação de um instrumento radical. Os latifundiários se sentiram extremamente ameaçados, inclusive falando em pegar em armas. Não era jogo de cena: estavam de fato apavorados. Existia uma ameaça real mas que nunca foi posta em prática nem pelo Pró-Terra nem pelo Estatuto da Terra.

Nos anos 50/60, as esquerdas tinham a esperança de que a burguesia industrial pudesse ter interesse e apoiasse a reforma agrária.

PROPOSTA – Por que o movimento social rural não se radicalizou mais?

LEONILDE – Um lado da questão é porque as classes dominantes foram impermeáveis à reforma agrária. E o outro é porque os setores populares nunca tiveram, em relação à reforma agrária, um grau de radicalidade que se viu em outros países onde podemos encontrar situações em que, debaixo de uma repressão violentíssima - maior até do que a nossa daqui -, chegou-se a fortes enfrentamentos - alguns derrotados, vitoriosos outros -, que provocaram mudanças ou não.

A conclusão é de que a radicalidade estava sempre colocada num limite pois havia outras alternativas. É claro que eles prefeririam ficar na terra, prefeririam tomar aquele lugar. Mas, colocados frente à questão de vida ou morte, procuravam outras saídas tais como migrar para o oeste ou ir para a cidade. Dependendo da época isso foi uma solução.

CHICO – Existe um outro fator importante que é de como a própria proposta de reforma agrária refluíu no meio urbano. No final de 64, o debate sobre a reforma agrária estava muito vivo enquanto dentro de um programa para o país. O novo modelo de desenvolvimento implementado pelos militares propiciou as condições para o esvaziamento da proposta de reforma agrária. A bandeira da reforma agrária tinha como justificativa principal, nos anos 50 e 60, a possibilidade de produção de alimentos para a população. Isto foi sendo desmentido a partir do próprio processo de modernização que mostrou existir uma outra via para o aumento da produção de alimentos que não recaía apenas sobre a pequena produção.

PROPOSTA – E como a esquerda se posicionava e se posiciona atualmente em relação à questão da reforma agrária?



Caminhada contra a fome e pela reforma agrária

JEAN MARC – Com essa modificação no perfil da agricultura, de modernização conservadora, a questão do debate sobre a reforma agrária ganhou uma dimensão inteiramente diferente. Ela sai do campo dos conservadores de um lado e a esquerda progressista de outro e passa a dividir a esquerda. A esquerda – tomada como um todo – não tem até hoje uma posição única com relação à reforma agrária. Temos hoje explicitamente setores importantes da esquerda que são contra a reforma agrária, são claramente contra a distribuição de terra.

A questão do campo e da reforma agrária para a esquerda marxista é uma questão tática; nunca foi uma questão estratégica. Faz até um certo sentido: não se luta pela propriedade quando se está, em última análise, contra a propriedade enquanto tal. Mas é uma visão extremamente reducionista do que é possível se fazer na agricultura, isto é, a idéia

de que é possível formar unidades de produção agrícola que sejam tão normalizadas quanto é uma unidade fabril. É a redução do campo a uma fábrica. É uma visão que não é

A esquerda – tomada como um todo – não tem até hoje uma posição única com relação à reforma agrária.

diferente da visão do modelo capitalista de desenvolvimento, só que as relações de propriedade são outras: não há diferença em relação ao padrão de desenvolvimento, não há nenhuma diferença entre uma concepção e a outra. A diferença está entre as relações de produção.

MARIA EMÍLIA – A discussão sobre o lugar da agricultura na sociedade, numa perspectiva mais geral do chamado desenvolvimento, se dá num contexto em que o próprio bloco de forças da esquerda que se une a esse movimento também se alimenta de concepções que, em alguma medida, eram bastante complicadas.

Na década de 60 o campesinato era tido como uma forma passada. Se apostava que a generalização das relações de assalariamento no campo era o que mais aproximaria a sociedade da possibilidade de transformações mais radicais. O Estatuto da Terra, na verdade, é o primeiro instrumento no Brasil que trouxe uma certa regulamentação da questão da agricultura, mas contraditoriamente trouxe em si a incorporação de algumas demandas do movimento no que diz respeito ao acesso à terra. Ele acabou influenciando também, em alguma medida, a lei-



Produção da uva no Rio Grande do Sul

tura da própria esquerda e dos movimentos nas décadas seguintes onde se continua dissociando o caráter da questão agrária da questão agrícola.

O processo da chamada modernização – que preferimos intitular de modernização conservadora no campo – continuou a ocorrer sem uma contestação por parte dos próprios movimentos. É muito recente, no Brasil, uma contestação ao modelo como tal, em que está em jogo não apenas a discussão sobre as formas da apropriação, utilização e gestão da terra, mas também sobre as formas de produzir, do padrão tecnológico que foi implementado nesse processo com a chamada modernização conservadora e também as formas de regulação do Estado. A contestação desse conjunto de aspectos, que conforma a discus-

são sobre modelo da agricultura, que permite pensar o lugar da agricultura e dos seus atores sociais na sociedade, é recentíssima, embrionária e polêmica.

Nós do campo intelectual também não conseguimos dizer para a sociedade que a luta pela reforma agrária hoje é uma luta com o maior dos significados. É uma luta que não pode estar reduzida à interpretação da democratização do acesso à terra ou à produção de alimentos. Ela incorpora um componente que diz respeito à preservação do meio ambiente, a uma nova forma de gestão mais democrática do próprio espaço rural e também da geração de empregos. Em última análise, significa falar de democracia e cidadania mas com alguns componentes bem mais marcados nessa

discussão que precisam ser revitalizados. Mesmo em relação ao acesso à terra, o debate ainda está muito circunscrito a uma determinada visão de apropriação da terra.

PROPOSTA – Mas há os que afirmam que o pequeno produtor não dá certo, é inviável. Com tantas experiências fracassadas, é possível desmentir isso?

JEAN MARC – Foi demonstrado ao longo do tempo que o pequeno produtor com condições mínimas de funcionamento produz. Mas tem que haver um certo nível de ordenamento que o Estado faz, que a sociedade faz, que permita que esses sistemas se reproduzam.

Desde o início, esse esforço para o processo de modernização no Bra-

sil teve a extraordinária capacidade de perpassar todas as correntes. Foi muito recentemente que as primeiras vozes no Brasil se levantaram para dizer que o modelo de desenvolvimento agrícola estava errado. Como alguém podia dizer que o modelo não era bom? Mesmo para a esquerda o modelo era bom. O problema era saber quem se apropriaria do quê. No atual debate sobre o programa de governo do Lula existem duas correntes: os que querem democratizar o modelo, ou seja, levar os paradigmas da agricultura moderna para todo e qualquer pequeno produtor, e pessoas como o Grazziano que sabem que isso não funciona e por isso querem trabalhar só com os grandes.

Nenhum dos dois lados questiona o modelo, o que ele representa, que base social está por trás dele e que impacto tem na sociedade. Esse debate é muito recente mesmo.

Os projetos sociais frequentemente são tratados em separado do projeto econômico ou do modelo tecnológico como se fossem passíveis de serem tratadas de maneira separada. Quando se começa a discutir o padrão tecnológico, vê-se que ele exclui automaticamente uma certa parcela. Não é um problema simplesmente de se colocar mais ou menos recursos. O problema é que ele automaticamente exclui e é ineficiente a partir de uma determinada escala porque não foi concebido para escalas pequenas mas para escalas maiores. Alguns preferem não ver isso porque facilita o seu discurso e outros claramente passam a dizer que quem está abaixo de determinada faixa não está dentro da viabilidade. Para esses então resta a LBA. Como disse o José Serra uma vez num debate de reforma agrária: esse negócio de reforma agrária custa tão caro que é melhor dar um táxi para cada assentado. Para muita gente sem consciência de que a tecnologia exclui, a exclusão é um processo normal, natural, que tem que acontecer.

PROPOSTA - Qual seria a saída para esse enorme contingente de pessoas apartadas da modernidade em função desse modelo excludente?

JEAN MARC - Se olharmos o espaço rural que temos, do ponto de

Foi muito recentemente que as primeiras vozes no Brasil se levantaram para dizer que o modelo de desenvolvimento agrícola estava errado.

vista de propriedades rurais a introduzir e absorver gente, ele é muito grande. Em segundo lugar, se a economia se descentraliza, abre-se uma enorme quantidade de outros empregos não-agrícolas.

LEONILDE - Não se trata só de uma política agrícola entendida no sentido tradicional, de créditos, cus-

teio etc. Tem-se que conciliar isso com políticas de educação, saúde, criação de infra-estrutura, enfim, de ver o que pode melhorar o padrão de vida nas pequenas e médias cidades.

JEAN MARC - O primeiro impacto possível de se obter não estará na transformação do padrão tecnológico da produção agrícola pelo próprio perfil da distribuição de terras. Isso só vai se conseguir com o tempo. É só ter uma política minimamente inteligente, de escolhas tecnológicas e escolhas culturais. Precisamos lembrar que existe conhecimento acumulado em termos de alternativas de baixo custo e de ótima capacidade de resposta para as questões de saneamento, para as questões de construção, de habitação e mesmo para escolas.

MARIA EMÍLIA - É preciso reforçar essa idéia de começar a trabalhar de forma associada a partir do fortalecimento e do reconhecimento do papel econômico dos pequenos produtores, em última análise, da sua condição de cidadão, porque essa grande maioria é meio-cidadão. Essa idéia está associada ao que alguns têm chamado de

CLAUDIA LINHARES/IMAGENS DA TERRA



Cooperativa de pequenos agricultores

humanização do espaço rural. Na verdade essa discussão sobre alternativa de modelo está permeada também pela discussão do reordenamento do espaço.

Não podemos mais continuar reproduzindo aquela ideologia de uma paralisação em nome do 'grande', da grande cidade, da grande metrópole. O processo tem que ser de valorização, de implementação, de obra, de infra-estrutura, de humanização de novos espaços e de descentralização.

É importante lembrarmos que não estamos partindo do zero. Na hora de buscar propostas ou soluções é importante verificar o que já se tem de acúmulo.

Políticas de fortalecimento e de reconhecimento desses pequenos produtores também permite revitalizar em outra direção a produção industrial e inclusive descentralizá-la. Estamos falando de pequenos produtores que em vastas regiões do Brasil sequer chegaram à tração animal ou a ter acesso a alguns implementos que permitem uma melhor produtividade no trabalho ou uma redução do esforço físico. É bom deixar claro que a valorização e o reconhecimento dos pequenos produtores é político e econômico mas não significa, como muitos acham, a valorização do atraso.

Estamos tentando pensar o pós-moderno. Isso se relaciona com uma discussão que está na ordem do dia que é a da reforma do Estado. Na verdade, tivemos um Estado extremamente forte que alavancou, através de subsídios e incentivos, essa modernização ocorrida favorecendo as elites. Hoje, com essa onda

neoliberal, se prega o Estado mínimo. Estamos precisando mesmo é de uma nova definição da coisa pública, do bem público.

CHICO – Também nos preocupa a própria desarticulação do aparelho de Estado e do nível de dismantelamento a que chegou. Falávamos da questão da segurança alimentar. Hoje a CONAB, criada no governo Collor, talvez seja o órgão, dentro do aparelho dos governos, onde mais se concentra a corrupção. Esse órgão cuida da gestão do abastecimento. Teremos que pensar alternativas muito ágeis para enfrentar esta situação.

PROPOSTA – Percebemos que os movimentos rurais estão tomando um certo fôlego. De repente, a imprensa tem dado ênfase às manifestações que ocorrem simultaneamente em vários estados. Temos um aparelho de Estado totalmente dismantelado nessa área e temos a possibilidade de um governo popular e democrático. Como será o enfrentamento dessas questões, considerando que existe uma gama de expectativas e demandas reprimidas muito forte?

JEAN MARC – É importante lembrarmos que não estamos partindo do zero. Na hora de buscar propostas ou soluções é importante verificar o que já se tem de acúmulo pois senão ou acabamos reinventando a roda ou, pior, acabamos cometendo erros que outros já cometeram antes. Este acúmulo no campo é muito variado.

Existe uma série de propostas. A questão é usar a inteligência para correr atrás de localizar e identificar, em todos os níveis, projetos de educação, projetos de saneamento, projetos de abastecimento de água etc. Existe uma série de experiências utilizadas aqui e ali, em vários lugares, que podem ser prioridade para uns ou específicas para outros. Não há um modelo único.

Há, nos últimos anos, uma multiplicação extraordinária de associações de produtores que vai no sentido inverso do enfraquecimento dos sindicatos rurais. Os sindicatos estão se esvaziando e paralelamente esse processo organizativo está em ascensão. A curto prazo, o efeito mais rápido que se tem é a organização da comercialização. Com isso podemos conseguir dar uma apropriação maior ao resultado do trabalho do produtor, captado por ele mesmo, frente ao sistema de intermediação existente.

É impossível continuar convivendo com modalidades de trabalho escravo em unidades produtivas que se apropriam privadamente de fundos públicos.

PROPOSTA – Como pensar um programa de governo que inclua um novo modelo para a agricultura?

JEAN MARC – Existem várias experiências nessa área que podem começar a ser generalizadas mas tem que haver um esforço de pesquisa muito grande, a longo prazo, de investimento, de desenvolvimento científico, ao nível de centros de pesquisas, das universidades, na formação de quadros. A agroecologia, por exemplo, não é algo que se venda ou que se encontra no balcão. A agroecologia tem uma diversidade de aplicação de acordo com cada espaço ecológico. Não há um modelo único. Ele se adapta a cada situação específica; portanto, exige um esforço criativo muito grande do ponto de vista tecnológico.

CHICO – Pensando em um modelo para a agricultura, há um outro aspecto a se ressaltar que é o da necessidade de uma íntima relação desse modelo com a proposta mais geral que existe para o país. Na medida em que se consiga mexer com o nosso perfil de distribuição de renda, isso coloca a possibilidade de um modelo agrícola que não vai existir se este perfil se mantiver inalterado. Isso nos preocupa quando vemos que, pela sua forma de elaboração, os programas acabam sendo um somatório setorial muito pouco articulado.

MARIA EMÍLIA – Gostaria de colocar ainda dois pontos nessa nossa conversa. Um deles é que um programa de governo deve ter, de fato, um sentido de afirmar a cidadania. Este programa teria que co-

locar também como uma de suas prioridades a fiscalização sobre as relações de trabalho no campo.

É impossível um país continuar convivendo com modalidades que são chamadas de trabalho escravo e que se dão em unidades produtivas que se apropriam privadamente de fundos públicos também. Nós temos situação de trabalho escravo em projetos agropecuários na Amazônia, em projetos de exploração florestal, nos quais o BNDES e a Sudam, por exemplo, entram com recursos públicos, ou seja, não só os recursos são apropriados privadamente como levam trabalhadores a viver em situação de não-cidadania. Mesmo quando não é exatamente essa a modalidade de trabalho, as condições são péssimas. Os milhões de cortadores de cana no Nordeste, por exemplo, vivem em

péssima situação e vários estudos têm mostrado, inclusive, o quanto é sugado da remuneração que lhes é devida. Ao mesmo tempo, os usineiros acumulam milhões de dólares de dívidas.

Na verdade, quando se discutiu a lei agrária que foi aprovada em janeiro do ano passado, havia uma proposta que lamentavelmente foi vetada na última hora pelo Itamar: era a determinação do confisco de terra nas propriedades em que fosse constatado o trabalho escravo. Como ainda estamos nesse impasse em relação à reforma constitucional, provavelmente ela vai ser retomada. Os grandes proprietários e os grandes grupos econômicos atuam sem nenhum controle no próprio Estado.

A segunda questão é quanto às relações internacionais: que questões estão colocadas hoje para os

GENERALDO CARNEIRO/IMAGENS DA TERRA



Carregamento manual de cana

rumos da agricultura brasileira num quadro que internacionalmente é bem complicado para os países do Terceiro Mundo? Temos aí como exemplos bem concretos, e que também diz respeito à nossa soberania alimentar, a questão das patentes.

CHICO – As negociações da rodada do Uruguai do GATT foram concluídas. Supõe-se que o Brasil vai ser seu signatário mas há uma série de aspectos que possivelmente se confrontam muito com essas idéias que estamos colocando aqui. A própria questão das patentes foi levantada. Mas a forma como foi colocada no GATT radicaliza para além do que o projeto brasileiro já contempla. Até o Brasil foi mais realista que o rei no seu projeto apresentado inicialmente pelo governo Collor mas que ainda não está aprovado. De qualquer forma existe uma pressão no sentido da regulamentação da propriedade industrial sobre os recursos genéticos que coloca em risco inclusive todo o aspecto da biodiversidade do país.

Não podemos esquecer também o aspecto do Mercosul. É outro problema a ser enfrentado na medida em que, dentro do seu calendário – precipitado e acelerado, comparando-se com qualquer processo de integração no mundo – até o final de 94 praticamente todas as rodadas de negociação vão estar concluídas. Ficarão criadas, assim, as bases para o início dessa área integrada. E o que tem acontecido? Primeiro que tudo, temos que denunciar um total fechamento à participação de qualquer tipo de representação dos trabalhadores rurais.

Existe um subgrupo de negociação mas, na prática, ela esteve sempre vedada, não se criaram as condições mínimas para a participação. E os pequenos produtores do Sul do país poderão ser duramente afetados. Eles são diretamente interessados mas não foram chamados a opinar e sequer o Estado está oferecendo alternativa para eles.

A primeira coisa que se revela no próprio debate é que o PT está com dificuldade de pensar um novo modelo.

PROPOSTA – Como está se dando o debate, às vésperas das eleições, da questão agrícola como parte de um projeto estratégico?

CHICO – A primeira coisa que se revela no próprio debate é que o PT está com dificuldade de pensar um novo modelo, acabando por revelar correntes que caem na tentação de tentar resolver o problema pela troca apenas dos sinais, fazendo uma tentativa de adaptação de um padrão tecnológico que foi implantado voltado para a grande produção no sentido de beneficiar os pequenos. Isso se revela muito claramente.

JEAN MARC – Existe os que não questionam o modelo e existe os que questionam o modelo. Dentro dos que não questionam, há duas posições: os que querem levar o modelo para a pequena produção e os que acham que isso é uma bobagem, que não tem sentido nenhum pois, que para produzir alimento é preciso trabalhar mesmo com o grande produtor. Para os pequenos resta a LBA.

O Lula como presidente deveria afirmar o campo como prioridade para o governo até para poder fazer sobreviver o meio urbano industrial.

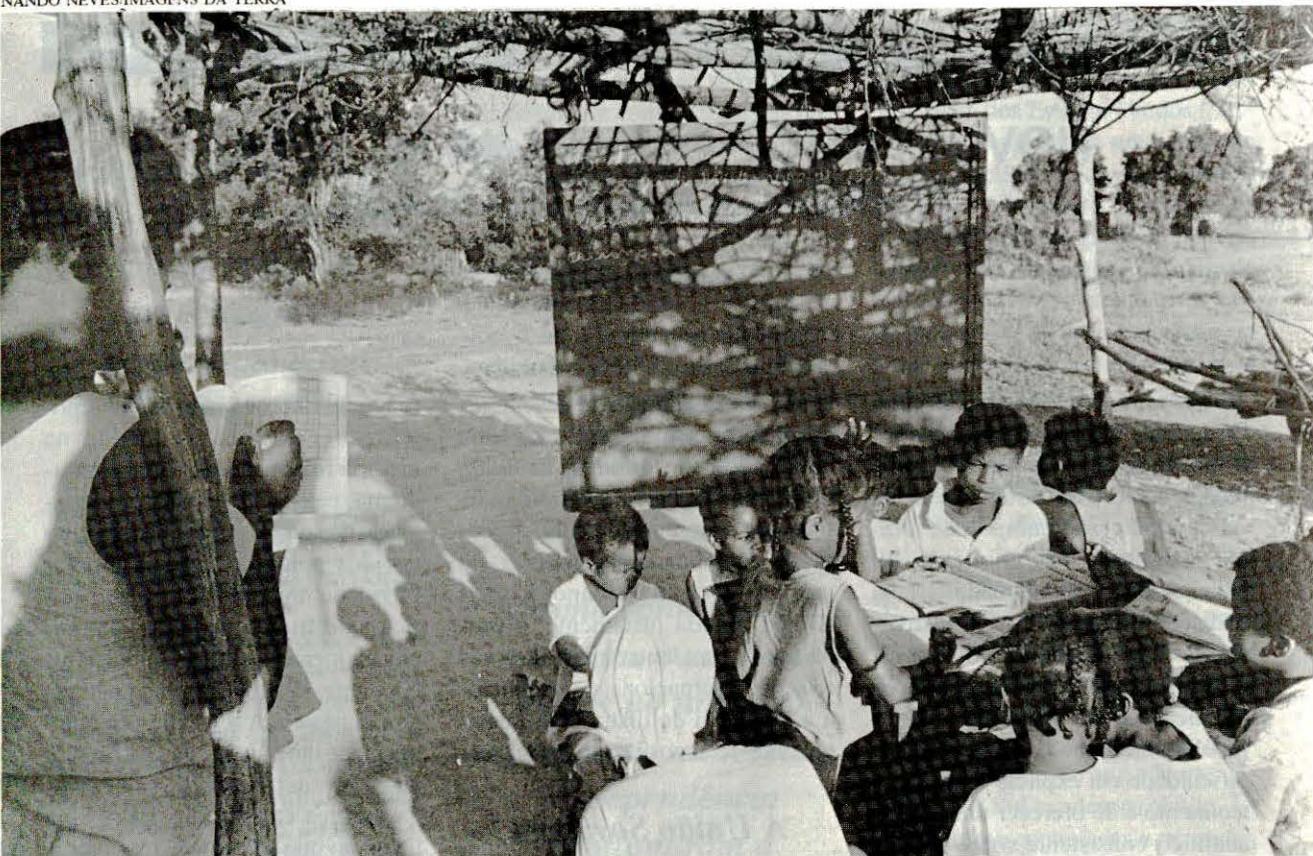
CHICO – Esses últimos têm que considerar que existem no campo 15 milhões de miseráveis. É para estes 15 milhões que eles apontam políticas sociais assistenciais como a LBA.

JEAN MARC – Os que, como nós, questionam o modelo na verdade são uma minoria.

PROPOSTA – Que propostas foram formuladas até agora?

JEAN MARC – São várias propostas. Uma parte se concentra em torno da questão do modelo de desenvolvimento: criar as condições para fazer uma transição do modelo centrado na grande propriedade, na industrialização da agricultura para o modelo centrado na pequena e média propriedades baseado principalmente na mobilização dos recursos naturais renováveis, ou seja, agroecologia versus agroquímica, na base tecnológica; e na base social, grande produção versus pequena e média propriedade simplificada. O Lula como presidente deveria afirmar o campo como prioridade para o governo até para poder fazer sobreviver o meio urbano industrial. Existe um buraco entre esses dois universos; o déficit é de tal ordem que se não se reverter essa tendência de uma presença muito forte do Estado no campo, isso não se resolve nunca mais.

Quando olhamos o quadro das cidades vemos insegurança, pobreza, miséria, prostituição, falta de saneamento etc -, percebemos que todo esse complexo não se resolve só dentro do meio urbano. Tem que ser resolvido no meio rural pois se começarmos a resolver só aqui, continuará vindo gente de lá enquanto as condições no campo estiverem do jeito que estão. As pessoas não saem do campo só porque não têm terra; elas saem do campo porque as condições são muito ruins. Além disso, hoje em dia, em qualquer aldeia do interior tem televisão: as



Escola Rural - Bahia

peças vão para a praça pública e ficam assistindo a Globo mostrar o mundo do meio urbano. A juventude é fascinada pelo que sabemos ser irreal mas que, para eles, frente à realidade que estão vivendo, é um sonho no qual embarcam.

A proposta, então, é investir no campo para poder segurar e, até se possível, reverter em parte esse processo migratório. Esta é uma questão fundamental para a sobrevivência do país. O padrão de industrialização que estamos vivendo hoje é mais difícil de ser revertido e traz ainda mais problemas do que a questão agrícola. Ele aponta para uma exclusão espetacular da mão-de-obra. No Primeiro Mundo já se trabalha com a idéia de que 1/3 da mão-de-obra será excluída e vai ter que ser amparada pelo serviço social, seguro desemprego etc. Um terço da mão-de-obra não tem condição de ter um emprego permanente capaz de remunerá-lo de acordo

com os padrões aceitáveis de consumo naquela sociedade.

CHICO – É importante frisar que existe um esforço de construção da idéia de um novo modelo. Não cabe apresentar uma fórmula mágica final. Ele tem que estar muito

***A questão da
reforma agrária
para a esquerda
marxista é
uma questão tática;
nunca foi uma
questão estratégica.***

bem adaptado à realidade que estamos vivendo. Existe hoje, na discussão que estamos conseguindo

travar, a fixação de alguns compromissos que são fundamentais: um deles é o compromisso com a democracia. Por isso existe um aspecto de fundamental importância que é o processo de participação na construção desse modelo.

Na hipótese do PT ser governo, vocação de um diálogo das forças representativas da sociedade em relação à questão da agricultura para pensar o conjunto de medidas iniciais a serem tomadas. Isto me parece uma coisa fundamental. Mas existem outros compromissos como, por exemplo, o da prioridade em relação à agricultura familiar, o compromisso com a questão da segurança alimentar e, sobretudo, o compromisso com a questão de um modelo agroecológico preocupado com a preservação do meio ambiente que não poderão, de maneira nenhuma, ser descuidados sob o risco de se viver uma situação de crise que um governo como esse não poderia viver. □

NOVOS PRINCÍPIOS PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL

João Nogueira

As transformações na estrutura do sistema internacional ocorridas a partir de 1989 levaram a uma reconsideração do paradigma teórico dominante no campo das relações internacionais. O intenso debate no interior da chamada "escola realista", e entre esta e – principalmente – os neoliberais e os institucionalistas, é motivado não só por sua incapacidade de prever o fim do bipolarismo, mas antes pela nítida dificuldade em explicar esse acontecimento e de oferecer um quadro analítico consistente sobre as tendências sistêmicas atuais.

Segundo a vertente realista, a estrutura política de um sistema internacional muda quando muda a configuração distributiva dos recursos de poder entre unidades que o constituem (os estados nacionais). Considerando que balanças de poder tendem a se formar, recorrentemente, nos sistemas internacionais, de forma a garantir seu equilíbrio e a segurança dos estados, a mudança de uma dada configuração de poder deverá levar à formação de um novo equilíbrio protagonizado por novos atores (novas potências), ou seja, aqueles que se beneficiaram da nova estrutura distributiva.

Os realistas consideram que um processo deste tipo explica a ocorrência das guerras e que, em poucas palavras, as mudanças na estrutura de poder internacional se operam através de conflitos armados, uma vez que um estado hegemônico em declínio não renunciará a sua posição no *status quo* senão através da força. Ou melhor, um estado só

abandona a condição de hegemônico quando outro estado, ou uma combinação de estados, demonstram, numa guerra, possuir mais recursos materiais de poder. A teoria da estabilidade hegemônica, do teórico norte-americano Robert Gilpin, aborda justamente, o problema da mudança sistêmica nas relações internacionais, atribuindo-a à dinâmica de distribuição desigual dos recursos econômicos, tec-

A União Soviética deixou de ser uma potência hegemônica não porque tivesse sido derrotada pela aliança ocidental ou pelos Estados Unidos, mas simplesmente porque renunciou à condição de superpotência.

nológicos e militares entre as nações, através do tempo, que levaria a um lento mas consistente declínio do poder relativo das grandes potências. Uma nova ordem internacional, no entanto, sempre se estabelece depois de uma guerra hegemônica.

A União Soviética deixou de ser uma potência hegemônica não porque tivesse sido derrotada pela aliança ocidental ou pelos Estados Unidos, mas simplesmente porque

renunciou à condição de superpotência. É este fato – inédito na história internacional – que o paradigma realista não explica. A desistência dos russos em manter-se como um dos pólos do sistema bipolar provocou uma transformação pacífica na estrutura de poder internacional, jogando o mundo numa nova era, cujos parâmetros ainda não estão delineados. A reivindicação americana de uma vitória na Guerra Fria não convence. O ímpeto agressivo da política externa dos EUA, que levou ao que se convencionou chamar de 2ª Guerra Fria, não perdurou no segundo governo Reagan que, ao contrário, acabou firmando com Gorbachov os acordos de Reykjavik e de destruição dos mísseis de médio alcance Pershing e SS-20.

Na verdade, a interpretação realista sobre a época da bipolaridade, inclusive sobre os anos 80, dá conta de uma considerável estabilidade internacional garantida, além do equilíbrio estratégico proporcionado pelas armas nucleares, por um conjunto de normas e regras – não escritas – de convivência entre as superpotências, que só comprovavam as qualidades daquela estrutura de poder internacional para a manutenção da ordem mundial. Para autores realistas como John Mearsheimer e J. L. Gaddis, o fim do bipolarismo representaria um risco pois qualquer estrutura multipolar do sistema internacional tenderia a ser mais

JOÃO NOGUEIRA – Pesquisador do IBASE e mestrando do IRI/PUC-RJ.

Em muitos países do Terceiro Mundo – inclusive o Brasil – lideranças políticas e intelectuais de esquerda acolheram com preocupação e pessimismo o fim da Guerra Fria.

instável e mais propensa à guerra, a exemplo do que ocorreu nos períodos que antecederam às duas Grandes Guerras.

Apesar das qualidades do bipolarismo, a ordem mundial ruiu sem que o ator internacional mais interessado na derrota da URSS tivesse feito qualquer esforço extraordinário para vencer o conflito. Alguns autores, pelo contrário, ao lamentar o fim da estabilidade desse sistema, chegaram a sugerir que os EUA empenhassem esforços no sentido de garantir a sobrevivência da URSS e, com ela, do mundo da Guerra Fria. Mas não foram apenas intelectuais e *policy-makers* norte-americanos ou europeu-ocidentais que adotaram uma atitude nostálgica em relação à velha ordem. Em muitos países do Terceiro Mundo – inclusive o Brasil – lideranças políticas e intelectuais de esquerda acolheram com preocupação e pessimismo o

Os povos em luta pela liberdade, pela autonomia, pela democracia e justiça social não possuem hoje “retaguardas” políticas nem militares como tiveram no passado.

fim da Guerra Fria. Suas razões não eram as mesmas dos americanos ou dos ingleses, mas não se pode deixar de notar a coincidência nas preferências pelo bipolarismo diante da alternativa muito mais indefinida que passou a prevalecer. Para essas lideranças de países em desenvolvimento, a derrota do socialismo real significou, por um lado, que o neoliberalismo encontraria menos obstáculos para consolidar-se enquanto ideologia hegemônica na economia política global; por outro, representava, concretamente, uma perda de capital político

Mesmo contestadas e relegadas a um lugar menor no universo acadêmico, as teorias da dependência continuaram a influenciar a concepção da esquerda em matéria de política internacional.

para o Terceiro Mundo. Marco Aurélio Garcia, secretário de relações internacionais do PT, assume essa posição em seu artigo sobre a nova ordem mundial: “O fim da URSS – a despeito de nossa crítica radical ao Estado soviético – e a evolução pragmática da política externa da China – independentemente da condenação a seu regime político – contribuíram para a preeminência absoluta dos Estados Unidos (...) Os povos em luta pela liberdade, pela autonomia, pela democracia e justiça social não possuem hoje “retaguardas” políticas nem militares (por mais problemáticas que fossem) como tiveram no passado, e somente uma complexa, nova e di-

fícil política de reconstrução de laços de solidariedade internacional é que permitirá contrabalançar, em parte, o peso dos Estados Unidos (...)”

A percepção de uma redução do peso político relativo dos países em desenvolvimento com o fim da Guerra Fria (em especial de países intermediários como o Brasil), da URSS enquanto “retaguarda” do Terceiro Mundo e a proposição de uma nova aliança anti-americana baseada em “novos laços de solidariedade internacional” – que exemplificam a forma como as forças importantes de esquerda encaram a nova ordem mundial – deriva, grosso modo, de duas visões das relações internacionais, de base teórica diversa, mas cujas expressões políticas muitas vezes coincidem. A primeira tem raízes na teoria do imperialismo e na sua expressão enquanto referencial de análise das relações de dominação entre Norte capitalista e Sul subdesenvolvido.

Mesmo contestadas e relegadas a um lugar menor no universo acadêmico – principalmente enquanto teorias do desenvolvimento capitalista na periferia –, as teorias da dependência continuaram a influenciar a concepção da esquerda em matéria de política internacional. Em particular, prevaleceram: a idéia de dependência enquanto manifestação contemporânea do imperialismo; da expressão da luta de classes no plano internacional como confronto entre nações capitalistas centrais e estados do Terceiro Mundo; e o entendimento da hegemonia do Norte enquanto dominação de natureza econômica e militar. Apesar da denúncia de inspiração maofista do revisionismo soviético por autores como Samir Amin, a existência do campo socialista ainda era vista, como fica evidenciado no artigo de Marco Aurélio Garcia, como um fator de equilíbrio da expansão imperialista, mesmo que a URSS não desempenhasse a liderança das forças revolucionárias em âmbito internacional.

Por outro lado, a consideração do fim do conflito Leste-Oeste – ao menos nos padrões da Guerra Fria – como um acontecimento negativo para o Brasil e para o Terceiro Mundo, deriva de uma percepção de tipo realista sobre política internacional. A versão pragmática e globalista da política externa brasileira inspirou-se nesse paradigma e, na análise de Maria Regina Soares de Lima: “resulta da articulação no pensamento [de Araújo Castro] de diversas influências intelectuais. Entre elas destacam-se: a crítica nacionalista à matriz americanista da política externa gerada no âmbito do ISEB, mais particularmente nos trabalhos de Hélio Jaguaribe; a visão cepalina das relações centro-periferia, em especial o pensamento de Raul Prebisch, que forneceu as bases conceituais para a construção de uma identidade econômica dos países latino-americanos e sua emergência como atores coletivos no plano internacional; e finalmente a tradição do pensamento realista nas relações internacionais, em particular a concepção do sistema internacional como um âmbito anárquico, em que a ‘inexistência de um sistema de justiça distributiva entre as nações’ faz prevalecer o princípio da auto-ajuda na conduta dos Estados, conferindo a estes últimos ‘o direito, e talvez o dever, de promover a defesa ativa de seus interesses nacionais.” [LIMA, 1993:10]

De acordo com essa visão, o país deveria evitar qualquer alinhamento automático com os Estados Unidos – que no passado não produziu os resultados esperados – e optar pela diversificação de suas relações internacionais, estreitando os laços de cooperação com outros países em desenvolvimento, independentemente da natureza política de seu regime.

A opção pela globalização de sua política externa, com um viés terceiro-mundista, tendia a valorizar a posição brasileira diante dos Estados Unidos e, de certa forma,

A política externa pragmática – em particular a partir do governo Geisel – nunca foi sujeita a uma crítica séria pela esquerda que, ao contrário, ao que tudo indica, ainda a tem como referência.

conferir-lhe um certo poder de barganha nos foros multilaterais bem como nas relações bilaterais. Além disso, a política externa pragmática era concebida como um instrumento da estratégia de desenvolvimento, cujo eixo principal era a ampliação da capacidade industrial do país, “condição fundamental para uma atuação autônoma do país no sistema internacional” [LIMA, 1993:11].

Assim, a preocupação com o prejuízo da posição do Brasil no cenário internacional posterior à Guerra Fria é inspirada, no caso do pensamento da esquerda, tanto pelas teorias da dependência (e do imperialismo) quanto por um enfoque teórico realista, caracterizado pela busca do poder como meio para realizar o interesse nacional. A coincidência nas interpretações de uma visão de esquerda e de outra conser-

É possível que na conjuntura internacional atual regiões como a América Latina – e países como o Brasil – tenham perdido importância estratégica ou mesmo política.

vadora é resultado de problemas teóricos bastante complexos que não cabe analisar aqui. Basta lembrar, contudo, que a política externa pragmática – em particular a partir do governo Geisel – nunca foi sujeita a uma crítica séria pela esquerda que, ao contrário, ao que tudo indica, ainda a tem como referência. Neste caso, as implicações desse posicionamento são de ordem política e questionam o conteúdo democrático do projeto nacional que a esquerda propõe ao País.

É possível que na conjuntura internacional atual regiões como a América Latina – e países como o Brasil – tenham perdido importância estratégica ou mesmo políticas. Não está claro, contudo, se essa irrelevância no plano das questões de segurança internacional se reflete em uma marginalização econômica ou, como querem alguns, em uma integração subordinada à economia global de acordo com os cânones neoliberais. Há mais coisas entre a economia e a política do que relações de poder: instituições, por exemplo.

Por outro lado, é duvidoso que o *approach* globalista de viés terceiro-mundista seja eficaz no contexto radicalmente novo do mundo pós-Guerra Fria. Da mesma forma, uma política anti-imperialista parece estar inquietantemente fora de lugar. Na verdade, o desafio parece estar em construir um novo paradigma para as relações internacionais que não tenha o conflito entre as nações como princípio organizador e que não seja pautado pela lógica da política de poder.

No mundo anárquico dos realistas não há possibilidade de afirmação de uma moralidade baseada em valores, normas e direitos apenas para a defesa do interesse nacional através da acumulação de recursos de poder. Por outro lado, as teorias do imperialismo também se sustentam na concepção de um mundo no qual o conflito de classes se traduz na dominação dos países

do Terceiro Mundo pelos estados capitalistas centrais e se caracteriza, tal como no pensamento realista, pela tentativa de transformar o *status quo* através da acumulação de recursos de poder e da formação de alianças. A influência destas matrizes teóricas sobre a formulação de políticas externas de países em desenvolvimento, e no pensamento da esquerda sobre política interna, é responsável por muitos dos impasses na busca de uma nova inserção internacional desses países e de sua capitulação diante das estratégias de internacionalização neoliberalis.

As relações internacionais do Brasil no contexto do novo ordenamento mundial devem, por um lado, expressar primordialmente as necessidades de seu processo de democratização e, por outro, considerar que a mudança na estrutura política do sistema internacional não se deu (como deveria se o mundo fosse como querem os realistas) como resultado do conflito entre potências hegemônicas; o desaparecimento do antigo equilíbrio do poder mundial não deu lugar a uma nova balança de poder; e que as formas do poder hoje são mais diversificadas. Além disso é preciso considerar que as relações de poder têm um peso menor hoje do que no período bipolar, que aumenta a importância das instituições internacionais, da cooperação em matéria de segurança e que há uma tendência para a busca de soluções de consenso para os principais conflitos internacionais. Neste contexto as oportunidades de democratizar as relações internacionais são maiores do que antes de 1989. Não é isso que os países pobres deveriam almejar? Por acaso não são os princípios democráticos que criam as condições para garantir a justiça distributiva e a igualdade não só formal mas substantiva entre os indivíduos?

O mundo bipolar permitiu que alguns países do Terceiro Mundo

Na verdade, o desafio parece estar em construir um novo paradigma para as relações internacionais que não tenha o conflito entre as nações como princípio organizador e que não seja pautado pela lógica da política de poder.

obtivessem maior poder de barganha diante dos Estados Unidos e da Europa, mas certamente contribuiu muito mais para a supressão da democracia na maior parte desses países. Um projeto estratégico alternativo – e democrático – para o Brasil deveria sustentar-se em uma política internacional que tivesse como objetivo o fortalecimento de processos e princípios democráticos no âmbito das instituições multilaterais – particularmente a ONU e a

O mundo bipolar permitiu que alguns países do Terceiro Mundo obtivessem maior poder de barganha diante dos Estados Unidos e da Europa, mas certamente contribuiu muito mais para a supressão da democracia na maior parte desses países.

OEA –, apostando na reforma da primeira (particularmente do Conselho de Segurança) e na revitalização da segunda que reúne os países latino-americanos e os EUA na mesma organização. A socialização da política deve ser tanto um objetivo nacional quanto internacional. Mantendo-se a separação entre os princípios que regem a ordem doméstica e os que regem as relações entre estados, é impossível formular uma política internacional coerente com o projeto nacional. Na convivência entre uma política externa calcada no poder e no conflito e um projeto de consolidação da democracia, a história tem mostrado que o sucesso da primeira implica na restrição do segundo.

Uma política internacional baseada nos princípios da velha ordem colocará em risco o sucesso de um projeto nacional democrático. Crer na ampliação de nossa capacidade de intervenção militar e na acumulação de recursos de poder como forma de apoiar nossa projeção no cenário internacional é apostar em uma política de confronto com as nações industrializadas, em particular com os Estados Unidos. Se, além dessas medidas, a esquerda propuser como eixo de nossa política internacional o estreitamento das relações com países do Terceiro Mundo – tais como o Irã, a China, a Índia etc – com vistas a formar um novo bloco anti-imperialista, pode-se dizer que estamos diante de uma política reacionária e irresponsável que poderá conduzir o Brasil ao isolamento internacional e ao colapso da democracia. □

Referências:

Marco Aurélio Garcia: "O PT E A NOVA ORDEM", em Teoria e Debate, n.18, 2º trimestre de 1992.

Maria Regina Soares de Lima: "EIXOS ANALÍTICOS E CONFLITO DE PARADIGMAS NA POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA", mimeo, 1993.

VÍDEOS

APARTACAO SOCIAL

PRINCESA, CADE VOCÊ ?

U-Matic, 22', 1986, NTSC
Direção: Márcia de Almeida
Produção: Cristal Produções Ltda. e Fast Vídeo
Vídeo sobre o trabalho escravo de mulheres e crianças no Vale do Ribeira (SP).

ILHA DAS FLORES

VHS, 15', s/d, NTSC
Direção: Jorge Furtado
Com narração de Paulo José, o premiado "Ilha das Flores" é uma crítica contundente dos valores da sociedade moderna examinados com fina ironia e com um sarcasmo demolidor.

ESCOLA ANASTÁCIA

U-Matic, 7', 1994, NTSC
Direção: Alberto López Mejía
Produção: FASE/PIC - Programa de Investigação e Comunicação
Retrata a experiência de uma escola informal, criada pelos moradores analfabetos de uma favela sob um viaduto no Rio de Janeiro, como reação à discriminação dessas crianças nas escolas da rede pública de ensino.

O ÚLTIMO GARIMPO

U-Matic, 23', 1984, NTSC
Direção: Waldir Martins e Nelson Baltrusis
Produção: Núcleo de Estudos da Memória Popular do ABC
Realizado no Aterro Sanitário do bairro Alvarenga, em São Bernardo do Campo, mostra o dia-a-dia dos catadores de lixo e as crianças que disputam seu trabalho lado a lado com os adultos.

DESENVOLVIMENTO

O JOGO DA DÍVIDA: QUEM DEVE A QUEM?

U-Matic, 58', 1990, NTSC
Direção: Eduardo Coutinho
Produção: CECIP
Documentário sobre a dívida externa latino-americana. Realizado em cinco blocos que abordam desde um breve histórico da dívida até algumas possíveis alternativas de solução, passa por seus mecanismos, suas crises mais graves e suas conseqüências sociais.

AMAZÔNIA SOMOS NÓS

VHS, 30', 1991, NTSC
Produção: FASE Belém/Cepepo
Os agricultores e pescadores de Afuá, na região das ilhas da foz do Rio Amazonas, Estado do Pará, levantam a sua voz como "povo da floresta" para denunciar o modelo de desenvolvimento predatório que destrói o meio ambiente e os seus meios de vida.

POLÍTICA AGRICOLA

O CANTO DA TERRA

VHS, 90', 1991, PAL-M
Direção: Paulo Rufino
Produção: Casa de Cinema
Grande painel sobre a reforma agrária no Brasil, com depoimento dos bispos da CPT, dos sem-terra, da UDR e dos órgãos oficiais do governo. Documenta as causas da má distribuição de terras no Brasil desde seus primórdios até a época atual.

DESERTO VERDE

VHS, 23', 1992, PAL-M
Realização: FASE Vitória
Depoimentos de vários setores da sociedade civil denunciando o crescente impacto sócio-ambiental que vem ocorrendo no norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia. A causa é a implantação, em grande escala, de florestas de eucalipto destinadas à indústria de celulose.

UMA QUESTÃO DE TERRA

VHS, 80', 1989, PAL-M
Direção: Manfredo Caldas
Produção: Fundação do Cinema Brasileiro
Este vídeo relata o assassinato de Margarida Maria Alves, líder camponesa da Paraíba, destacando a impunidade do crime. Questiona a má distribuição de terras, as más condições de trabalho no campo e o processo de votação da emenda da reforma agrária na Constituinte.

PODER LOCAL

ACESSO À TERRA

VHS, 14'55", 1992, NTSC
Produção: FASE Porto Alegre e Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Este vídeo mostra a participação dos movimentos e das entidades populares na Constituição Municipal garantindo uma Lei Orgânica mais avançada em Porto Alegre.

REFORMA URBANA: FAÇA ESSA LEI

VHS, 15', 1992, NTSC
Produção: FASE Porto Alegre
Documentário que discute a importância da elaboração da Lei Orgânica Municipal com a participação da sociedade civil. Aponta soluções de mudança para uma cidade mais humana.

PERÍMETRO URBANO

U-Matic, 20', 1993, NTSC
Direção: Mabel de Faria e Alberto López Mejía
Produção: FASE/PIC - Programa de Investigação e Comunicação
Trata de questões relativas à reforma urbana tais como produção e gestão da cidade, papel dos movimentos sociais, importância da opinião pública e desafios.

QUESTÃO INDUSTRIAL

REFLEXOS DA CRISE

U-Matic, 17', 1993, NTSC
Direção: Alberto López Mejía
Produção: FASE/PIC - Programa de Investigação e Comunicação
A crise atual da economia brasileira tem seus reflexos na organização operária, no modelo de produção e no conceito de cidadania do trabalhador. Isso coloca desafios que vão além do espaço próprio do sindicato. Primeiro vídeo de uma série sobre OLT (Organização por Local de Trabalho), focalizando o quadro atual de crise e reestruturação.

OS TRABALHADORES E AS NOVAS TECNOLOGIAS

VHS, 26', 1990, NTSC
Produção: TV dos Trabalhadores
Direção: Paulo M. Teixeira e Renato Bulcão
Telecurso para formação sindical sobre inovações tecnológicas e organizacionais que estão sendo introduzidas nas empresas.

QUE SE ABRAM OS PORTÕES

VHS, 27', 1992, NTSC
Direção: Nando Perry
Produção: Sandra Mayrink Veiga
Esse vídeo questiona a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) através de depoimentos de lideranças sindicais e políticas. Faz uma análise sócio-econômica desta situação e aponta o caminho alternativo - a publicização da empresa, o que infelizmente não ocorreu.

C • H • E • G • A • R • A • M

OS CADERNOS DE PROPOSTA!

A FASE, através de seu Programa de Investigação e Comunicação (PIC), acaba de lançar mais uma linha de publicações: os Cadernos de Proposta.

Cadernos de Proposta vêm para divulgar seminários internos e resultados das pesquisas realizadas pela FASE, bem como os trabalhos e experiências de seus Programas.

E Cadernos de Proposta já chegam com dois números:



1 - Crise e Reestruturação Industrial

Resultado do seminário organizado pela Equipe Sindical da FASE Rio, que debateu os novos conteúdos do seu programa sindical para o triênio 93-95, cujo eixo central é elaborar propostas que possam contribuir para a ação dos trabalhadores e do movimentos sindical num quadro de crise e de reestruturação.

'Crise e Reestruturação Industrial' aborda a questão nos contextos nacional e internacional – o colapso do modelo de desenvolvimento industrial brasileiro; complexo industrial brasileiro; complexo industrial e inovações tecnológicas; sindicalismo e reestruturação, dilemas e perspectivas –, realidades regionais – Carajás, Mercosul e a recessão na Zona Franca de Manaus – e sindicatos – formas organizativas no local de trabalho, a CUT, o BNDES e as relações de trabalho.

2 - Novos Caminhos Para a Amazônia?

de Thomas W. Fatheuer

Inúmeros planos transformaram a Região Amazônica num laboratório de conceitos e ideologias de desenvolvimento e lá instalaram um campo de manobras para as políticas nacionais e internacionais. Mas não seriam as populações locais a decidir sobre seu destino. O resultado: um desenvolvimento predatório que ameaça destruir o ecossistema que possui a maior biodiversidade do mundo. O Banco Mundial e o grupo dos sete países mais ricos do mundo (G-7) elaboraram, com o governo brasileiro, o 'Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil'. 'Novos caminhos para a Amazônia?' faz um primeiro balanço de Programa Piloto do G-7.



Preço: 2,5 URVs

Onde adquirir: FASE - Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo
Tel.: (021) 286-1598 - CEP 22270-070 - Rio de Janeiro - RJ

A inserção do Brasil na globalização e reestruturação econômica está produzindo, além das mudanças no mercado de trabalho e na estrutura produtiva, a exclusão social de importantes segmentos da sociedade cujas condições de reprodução dependerão crescentemente de políticas urbanas focalizadas e compensatórias, elaboradas e geridas no plano local.

O ideário da descentralização e da participação redefiniu o padrão de política urbana em muitos municípios, nos quais foram implantados um arcabouço institucional jurídico favorável a uma verdadeira inversão de prioridades na alocação dos recursos.

No entanto, apesar da participação da sociedade nos processos de elaboração das leis orgânicas e planos diretores – fato observado em várias cidades –, as conquistas obtidas em termos de novos instrumentos de política e de gestão urbana encontram dificuldades para serem aplicados pelo poder público e cobrados pela população.

Este número de PROPOSTA discute os desafios teóricos e práticos da política urbana gerados pelo quadro da crise e mudanças por que passa a sociedade brasileira. O combate à pobreza tornou-se um objetivo estratégico para a construção de uma nova ordem social. Que modelos de política pública são capazes de habilitar as camadas sociais em situação de exclusão e vulnerabilidade para manter relações de integração com os circuitos de produção e distribuição da riqueza e simultaneamente promover um projeto de desenvolvimento econômico nacional?

A construção de novos modelos de gestão urbana suscita à reflexão de um poder público legitimado pela democracia, honestidade e eficácia. Uma gestão urbana democrática, com efeito, deve exprimir a busca da instauração de uma nova contratualidade, nova relação entre público e privado e nova sociabilidade.

Partindo de experiências concretas, PROPOSTA discute os impactos da participação popular na formulação dos novos sistemas locais de decisões implantados em vários municípios. PROPOSTA convida você, leitor e leitora, a mergulhar neste debate atual, apaixonante e pleno de desafios.